

PESCADORES ARTESANAIS DE TRADIÇÃO OCEÂNICA:
IDENTIDADES, PRÁTICAS COTIDIANAS E CAPITAL SOCIAL,
ITAIPAVA-ES

CARLA ROCHA SOUSA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO - UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
DEZEMBRO - 2009

PESCADORES ARTESANAIS DE TRADIÇÃO OCEÂNICA:
IDENTIDADES, PRÁTICAS COTIDIANAS E CAPITAL SOCIAL,
ITAIPAVA-ES

CARLA ROCHA SOUSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador:
Prof. Dr. Sérgio de Azevedo

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
DEZEMBRO - 2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

006/2010

S725 Sousa, Carla Rocha

Pescadores artesanais de tradição oceânica : identidades, práticas cotidianas e capital social, Itaipava – ES / Carla Rocha Sousa -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

135 f. : il

Orientador: Sérgio de Azevedo

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2009

Bibliografia: f. 121 - 127

1. Pesca Artesanal – Itaipava (ES). 2. Pescadores Artesanais. 3. Capital Social. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 306.364

PESCADORES ARTESANAIS DE TRADIÇÃO OCEÂNICA:
IDENTIDADES, PRÁTICAS COTIDIANAS E CAPITAL SOCIAL,
ITAIPAVA-ES

CARLA ROCHA SOUSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo (Orientador - UENF)

Prof(a). Dr(a). Yolanda Lima Lobo (UENF)

Prof. Dr. Jaime Roy Doxsey (ESAB)

Prof. Dr. Erly Euzébio dos Anjos (UFES)

Campos dos Goytacazes, em 16 de dezembro de 2009.

BOM TEMPO

Um marinheiro me contou
Que a boa brisa lhe soprou
Que vem aí bom tempo
O pescador me confirmou
Que o passarinho lhe cantou
Que vem aí bom tempo

Do duro toda semana
Senão pergunte à Joana
Que não me deixa mentir
Mas, finalmente é domingo
Naturalmente, me vingo
Eu vou me espalhar por aí

No compasso do samba
Eu disfarço o cansaço
Joana debaixo do braço
Carregadinha de amor
Vou que vou
Pela estrada que dá numa praia dourada

Que dá num tal de fazer nada
Como a natureza mandou
Vou
Satisfeito, a alegria batendo no peito
O radinho cantando direito
A vitória do meu tricolor
Vou que vou
Lá no alto
O sol quente me leva num salto
Pro lado contrário do asfalto
Pro lado contrário da dor

Um marinheiro me contou
Que a boa brisa lhe soprou
Que vem aí bom tempo
Um pescador me confirmou
Que um passarinho lhe cantou
Que vem aí bom tempo
Ando cansado da lida
Preocupada, corrida, surrada, batida
Dos dias meus
Mas uma vez na vida
Eu vou viver a vida
Que eu pedi a Deus

Chico Buarque, 1968

AGRADECIMENTOS

Mais cedo ou mais tarde, o choque da realidade se impõe, e com a sua chegada a crença na dificuldade de expor aquilo em que acredita por meio de um trabalho com o quilate de uma dissertação em Sociologia Política. Trata-se de uma tarefa angustiante, e de uma produção solitária. Por ser um trabalho que expõe a sua compreensão de mundo e, de alguma forma, o início da trajetória enquanto pesquisador social. Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, o processo não é solitário, porque sempre há por perto seres humanos com os quais pode dividir e trocar experiências, saberes.

Portanto, a todos esses seres humanos que contribuíram de diversas formas para a concretude desse trabalho, correndo o risco de cometer alguma injustiça ou indelicadeza, desejo registrar os meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente gostaria de agradecer ao Professor Sérgio de Azevedo, meu orientador, que confiou no meu trabalho, e com seu jeito, ensinou-me que o aprendizado é um processo de crescimento individual e o respeito e o tempo são fatores fundamentais.

Ao Professor Arno Vogel que aos poucos, com disponibilidade e cortesia, me permitiu conhecer mais sobre o universo da pesca, possibilitando-me novos olhares, apresentando-me mais possibilidades, propondo questões e desafios desde o início do meu mestrado; um agradecimento especial ao ser humano que me apontou caminhos que trilharei, com certezas, mas dessa vez, com mais dúvidas.

Ao Professor Lacir Soares pela inteligência e presteza por todas as vezes que solicitei ajuda para o entendimento de questões que não estavam ao meu alcance.

Aos Professores Agnaldo Silva Martins, Jaime Roy Doxsey, Márcio D'olne Campos. Suas contribuições foram muito importantes para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Oceanógrafo Leandro Bonesi Rabelo pelo incentivo, compreensão e apoio por mais essa etapa. Com quem aprendi a olhar o ambiente marinho de uma forma diferente.

A Quésia de Souza Francisco, que levou mais do que o título de Mestre nesse percurso, mas, o enorme carinho de minha parte, além da admiração pela determinação e profissionalismo com que conduz os trabalhos que desenvolve e, espero que em um reencontro possível, mesmo depois de anos, a amizade seja tão forte quanto sempre.

Aos amigos especiais Flavílio da Silva Pereira e Artur Dalla Cypreste, que muito contribuíram com críticas salutares aos questionamentos, pelo equilíbrio e razão que sempre apresentaram, mas, principalmente, pela demonstração da verdadeira amizade.

Aos amigos da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, pela convivência diária, especialmente, Claudiméia do Rosário Almeida, Rafael de A. Ávila Lobo, Juliana Mauri, Juscelina Ferreira, Laureana Pelegrini, e, os importantes companheiros, com os quais compartilhei experiências e aprendizados, Alessandra R. Faria, Juliana B. da Silva, Rafael Pinheiro C. Damasceno e Rafael Borges Deminicis.

Do mesmo modo, os muitos companheiros da graduação e das aventuras campistas, e a todos aqueles que me receberam muito bem em Campos dos Goytacazes. Obrigada!

Aos amigos da Universidade Federal do Espírito Santo, em especial aos que participaram do Projeto Recos, que compartilharam momentos fascinantes de trabalho e respeito às técnicas e saberes das populações litorâneas tradicionais, que começou lá em 2002; sem vocês, eu não teria tido o despertar e direcionamento para esse trabalho.

Aos meus pais Creuza Eni Rocha Sousa e Alberto Francisco de Sousa, aos meus irmãos, Alberto Francisco de Sousa Junior e Fernando Rocha Sousa, à minha tia, Terezinha do Carmo Rocha, que durante todo o período vivido de mestrado, continuaram acreditando em minhas habilidades e competências.

Aos mestres da tradição oceânica, William Pedro da Rocha, Wallace Vieira Raposo, Marcelo Amaro Vieira e Marcelino Amaro Vieira; aos pescadores Mário Sérgio Machado Marques, Sr. Aluísio, Sr. Arlindo e Luiz Amaro Viana; ao carpinteiro naval Lucimar Bernardo dos Santos; aos armadores Sr. Lorival Rocha e José Américo Barbosa Barreto; aos empresários Mauro Lúcio Peçanha de Almeida, da Atum do Brasil Ltda, Sr. Almar, Simone e Leomar da LBN Equipamentos de pesca; José Artur Machiori da Rádio ZXU 75; Sr. Aurely Lopes, presidente da Colônia de Pescadores “Dom Pedro I” (Z-10); Sr. Jorge Viana, presidente da Apedi; Andréia Brum da Secretaria de Pesca de Itapemirim. Pelo tempo disponibilizado em Itaipava e pelas histórias e questões discutidas, pelo comprometimento e presteza de todas as vezes que solicitei ajuda na concatenação das idéias sobre o cotidiano da atividade pesqueira da localidade, que por muitas vezes pareceu-me mágico, e ao mesmo tempo estranho.

Aos pesquisadores do Projeto Tamar, Nilamon de Oliveira Leite Júnior e Carlos Eduardo Stein. As contribuições da realidade experimentada por vocês foram essenciais.

À Dona Constância, moradora de Itaipava, pela hospitalidade e cafezinhos deliciosos.

À Colônia de Pescadores Z-10 “Dom Pedro I” e à Associação de Pescadores e Armadores do Distrito de Itaipava (Apedi), pela disponibilidade e acesso aos documentos e para a identificação dos atores e do sistema produtivo da atividade pesqueira de Itaipava.

À Capes pela bolsa de mestrado.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política e a todos os seres humanos que de alguma forma contribuíram para essa etapa.

Obrigada a todos.

RESUMO

Essa dissertação tem objetivo de analisar as identidades, práticas cotidianas, valores, técnicas e capital social dos pescadores localizados no distrito de Itaipava – litoral sul do Estado do Espírito Santo. A identificação de uma tênue e equilibrada transformação das características da atividade pesqueira artesanal com as semi-industriais, devido à utilização de técnicas artesanais competitivas, direcionando-as à pesca de tradição oceânica é realidade notável na região. Tornando-a distinta, assim como os pescadores que dela fazem parte quando comparadas suas técnicas e práticas com as utilizadas pelas demais comunidades pesqueiras. Características que consolidaram a designação “Barcos de Itaipava” ou “Frota de Itaipava” – em função de grande parte dos barcos serem ali construídos e identificados a partir das singularidades da carpintaria naval às necessidades de atuação em oceano aberto, e principalmente pela origem de seus pescadores, reconhecidos pelas habilidades de captura de pescados de significativo valor comercial, à escala de atuação, de abrangência nacional. Os referenciais que tratam do capital social e da confiança, dos pequenos grupos sociais localizados em espaço geográfico determinado foram aqui utilizados para problematizar até que ponto estes pescadores se encontram em uma conjuntura de transição que afeta os “trade offs” com outros atores públicos e privados, inseridos em um complexo e dinâmico sistema de produção pesqueira.

Palavras chave: Pesca artesanal oceânica, pescadores litorâneos tradicionais, identidades, práticas cotidianas, capital social, Itaipava - Espírito Santo - Brasil.

ABSTRACT

This study's goal is to analyze the identities, daily practices, human values, techniques and social capital of the fishermen harbored in Itaipava district, southern shore of Espírito Santo State, Brazil. The identification of a slim but balanced transformation of the main features of the artisanal fishery activities with the industrial features influence, due to the use of competitive handcraft techniques, pointing them to a traditional oceanic fishery is a remarkable reality in this region. Making these skills unusual, as long as the fisherman that are part of this community, when comparing their techniques and practices with the ones used by other fishery communities. This features gave the fleet of this region the designation of "Barcos de Itaipava" (Boats from Itaipava) or "Frota de Itaipava" (Fleet of Itaipava) due to the majority of the boats been built there, in the Itaipava area and differentiated from the other boats because of naval carpentry singularities originated from the open sea use and mainly for the origin of the fisherman, recognized by their skill in hand capturing high market price fish and by their broad area of operation covering the entire Brazilian coast. The references that deal with social capital and trust of small social groups located in a determined geographic space were used here to point the issues in which this fisherman find themselves in a conjuncture of transition that affects the "trade offs" with other public and private actors, inserted in a complex and dynamic system of fish production.

Key words: Artisanal oceanic fishing, traditional marine fishermen, identities, daily practices, social capital, Itaipava - Espírito Santo - Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Panorama da orla de Itaipava.	24
Figura 02 – Exemplo recente de estaleiro com barcos em reforma, reformados e em construção.	28
Figura 03 – Modo como é realizado, atualmente, o desembarque do pescado.	33
Figura 04 – Exemplo de barco em construção no estaleiro com 17 metros de comprimento.	33
Figura 05 – Praia de Itaipava, barcos, crianças	34
Figura 06 – Representação geográfica da costa do Espírito Santo mostrando a localização de algumas comunidades pesqueiras e as regiões a que pertencem	68
Figura 07 – A) embarcações sendo construídas na praia; B e C) barcos da “Frota de Itaipava” ancorados à praia; D, E e F) desembarque de atum e dourado sendo realizado.	90
Figura 08 – Porão (esq.) e casa de máquina (dir.)	91
Figura 09 – Proa (esq. e dir. sup.), casa de roda (esq. inf.), e popa (dir. inf.)	92
Figura 10 – Modelo esquemático do espinhel de meia-água (esq. sup.). Caixa (dir. sup.) contendo as linhas secundárias com anzóis (esq. inf.) e o carretel ou guincho com a linha principal (dir. inf.)	101
Figura 11 – Modelo esquemático do espinhel de superfície (esq.). E esse equipamento sendo lançado para pescar (dir.)	101
Figura 12 – Modelo esquemático do corrico (esq.). Caixa contendo o petrecho (dir.)	103
Figura 13 – Esquema do sistema produtivo da atividade pesqueira de Itaipava: atores, instituições	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Definições e benefícios do capital social segundo abordagem do autor....	63
Tabela 02 – População residente no município de Itapemirim por distrito no ano de 2000.	66
Tabela 03 – Frequência e porcentagem das principais espécies-alvo e tipos de pescarias realizadas nas regiões do Estado do Espírito Santo.....	84
Tabela 04 – Veem aumento no número de barcos na região?	85
Tabela 05 – Destino final do pescado que é desembarcado de cada região do Estado do Espírito Santo	85
Tabela 06 – Frequência e porcentagem dos cadastrados em Colônias de pescadores em cada região do Estado do Espírito Santo	86
Tabela 07 – Frequência e porcentagem do nível educacional dos entrevistados de cada região do Estado do Espírito Santo	86
Tabela 08 – Frequência e porcentagem da origem do entrevistado de cada região do Estado do Espírito Santo	87
Tabela 09 – Fiscalização e eficiência da fiscalização nas pescarias realizadas pelos entrevistados de cada região do Estado do Espírito Santo	88
Tabela 10 – Relação de trabalho no tipo de pescaria realizado pelo entrevistado de cada região do Estado do Espírito Santo	89
Tabela 11 – Valores médios dos custos de armação.....	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRA PARTE	
2. PESCA, TERRITÓRIOS E INTERESSES: ICCAT, BRASIL E O SUL DO ESPÍRITO SANTO	15
2.1. DOS OBJETIVOS DO TRABALHO E DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	18
2.2. O RETORNO AO FENÔMENO DE CONSTRUIR BARCOS, CONSTRUIR VIDAS	22
3. A PAUTA DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS TRADICIONAIS	35
3.1. DAS OBSERVAÇÕES PROPOSTAS ELEVADAS À NOÇÃO DE COMUNIDADE	37
4. DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS	39
4.1. <i>COMMONS</i> OU <i>COMMON-POOL RESOURCES</i> (CPRS).....	40
4.2. DA “ <i>TRAGÉDIA DOS COMUNS</i> ” PARA O CASO AO AVESSE: ITAIPAVA.....	45
SEGUNDA PARTE	
5. DAS TRANSFORMAÇÕES DE COMUNIDADES LITORÂNEAS TRADICIONAIS	48
5.1. O CONTEXTO E O CONHECIMENTO NO COTIDIANO.....	49
5.2. DA CONSTITUIÇÃO DE COMUNIDADES LITORÂNEAS TRADICIONAIS	52
6. SISTEMAS DE RELAÇÕES SOCIAIS E “<i>EMBEDDENESS</i>”	58
6.1. DOS CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA.....	60
TERCEIRA PARTE	
7. ITAIPAVA E A ATIVIDADE PESQUEIRA	65
7.1. EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À PESCA E À VIDA EM GERAL.....	69
7.2. DADOS DO DIAGNÓSTICO DA PESCA: PROJETO RECOS	84
7.3. COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA “FROTA DE ITAIPAVA”.....	89
7.4. PRINCIPAIS ARTES DE PESCA	99
7.5. AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESCA DE TRADIÇÃO OCEÂNICA ...	104
7.6. ATORES REGIONAIS E LOCAIS: MAPEAMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO	107
7.6.1. Colônia de Pescadores Artesanais “Dom Pedro I” (Z-10).....	107

7.6.2.	Associação de Pescadores e Armadores de Itaipava (Apedi)	108
7.6.3.	Rádio Costeira de Itaipava, Rádio ZXU 75.....	108
7.6.4.	Atum do Brasil Indústria de Pescados.....	109
7.6.5.	Estaleiros locais.....	112
7.6.6.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca de Itapemirim.....	113
7.6.7.	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).....	113
7.7.	DA “FROTA DE ITAIPAVA” E O SISTEMA PRODUTIVO	114
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
9.	REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES		
	APÊNDICE A	129
	APÊNDICE B	130
ANEXOS		
	ANEXO A	133
	ANEXO B	134

1. INTRODUÇÃO

Como expus em *O fim da história e o último homem*, todo ser humano deseja ver sua dignidade reconhecida (isto é, apreciada pelo seu devido valor) por outros seres humanos. Na realidade, esse anseio é tão profundo e fundamental que é um dos principais motores de todo o processo histórico humano. [...] Para além dos níveis de subsistência, a atividade econômica frequentemente é empreendida visando antes ao reconhecimento do que à satisfação de necessidades materiais naturais. Como observou Adam Smith, essas necessidades são pouco numerosas e relativamente fáceis de ser satisfeitas. Trabalho e dinheiro são muito mais importantes como fontes de identidade, status e dignidade, quer se tenha criado um império multinacional nos meios de comunicação, quer se tenha sido promovido a capataz. Esse tipo de reconhecimento não pode ser obtido individualmente; ele só pode acontecer num contexto social. (FUKUYAMA, 1996: 21)

Propositalmente na introdução desta dissertação inserimos o excerto do filósofo e economista político Francis Fukuyama, pois no processo da presente pesquisa buscou-se compreender a formação das identidades dos pescadores profissionais de Itaipava, distrito do município de Itapemirim, localizado no litoral sul do estado do Espírito Santo, sendo esses denominados pescadores de tradição oceânica desde os primeiros dias de trabalho de campo.

Este estudo teve por objetivo analisar, além das identidades, as práticas cotidianas, os valores, técnicas e o “capital social” desses pescadores de Itaipava – que contam com uma frota com mais de trezentos barcos de “média escala” e utilizam técnicas artesanais competitivas na pesca oceânica proporcionando pescarias singulares quando se comparadas as demais frotas nacionais voltadas para a pesca de atuns e afins.

Os referenciais mais recentes apontam a pesca “como uma atividade incerta e sujeita a efeitos externos, devido ao seu desenvolvimento em ambientes complexos influenciados por oscilações climáticas e sazonalidade” (RANGEL, 1995: 9). Caracteriza-se, também, por ter grande sensibilidade às mudanças do mercado e depender de altos investimentos (tanto para as embarcações como para a capacitação da mão-de-obra), que influenciam na quantidade ofertada da produção do pescado. Assim, “a atividade pesqueira envolve desde a captura até a venda do pescado realizada diretamente ao consumidor final, podendo incluir o intermediário” (ABDALLAH, 1998: 10).

Adotou-se como base para a análise as estratégias de reprodução social das famílias – que vivem em seu cotidiano a realidade da pesca – os conceitos de “capital social” e de “confiança”. Em outras palavras, optou-se por uma abordagem que compreende a constituição

do ser humano enquanto sujeito via suas relações sociais, que são estabelecidas face a face, mediados pelo social, internalizando regras e comportamentos ante a vida.

A reflexão sobre as características do sujeito, pescador de tradição oceânica, e a contextualização de suas relações sociais conduziu ao resgate das histórias de vida a fim de compreender as trajetórias inerentes às experiências individuais. Nesse sentido, as narrativas pessoais tornaram-se também elementos essenciais a análise e entendimento da transformação da localidade com relação à atividade pesqueira.

Ressalte-se que, além dos conceitos de “capital social” e “confiança”, trabalhou-se com o de “grupos sociais”, levando em conta que a complexidade da realidade exigia análises concomitantes tanto de atores individuais como de coletivos.

A compreensão do todo social na constituição do sujeito é destacada por Margareth Mead (1982: 54) ao afirmar que para o entendimento dos procedimentos de um indivíduo é necessário compreendê-lo dentro da conduta do grupo social, e não o contrário, como uma explicação sobre a conduta organizada do grupo a partir do comportamento dos diferentes indivíduos pertencentes a ele.

Para melhor compreender a formação das identidades do pescador profissional de Itaipava, outra questão a ser levada em conta é a própria biografia. Na acepção de Mead (1982: 76): “existen hechos que son importantes solo em cuánto residen em la biografía del sujeto”. Isso não significa dizer que aquilo vivido por um determinado indivíduo não tenha sido constituído na interação com os outros e nem que não tenha ressonância nos demais.

A experiência é comum, não apenas no sentido de ser igual, idêntico, mas devido aos processos resultantes de uma mesma rede complexa de relações dentro da sociedade onde vivem. Sujeitos únicos, experiências compartilhadas. Formando então um duplo processo de interiorização-exteriorização, à medida que interioriza o mundo exterior, exterioriza-se como sujeito; o que significa construir em todo este processo uma subjetividade própria, formada a partir da relação com esse mundo.

Com isso, colocamos a questão da socialização e da formação das identidades do pescador profissional de Itaipava construída como tal, a partir do momento da atribuição dessa. Iniciada, na verdade, com a família, já reconhecida pela trajetória de outros tantos

pescadores da localidade, também profissionais, e concretizada quando o futuro aprendiz encontra-se na categoria de “Ajudante de Convés”, posição necessária para a iniciação.

Neste momento, além do conhecimento técnico e práticas específicas rumo ao oceano aberto, o tempo da pescaria em alto-mar deixa implícito a transmissão de valores, crenças, preconceitos sobre a própria profissão e responsabilidades; na busca pela otimização do tempo e o sucesso da pescaria para assim poder retornar à terra firme, e para esta mesma família e localidade com quem compartilha a recompensa e o reconhecimento do trabalho.

Processo esse, considerado como a primeira etapa, sendo grande parte do aprendizado das práticas informal, justamente pelo modo como as relações são estabelecidas entre os grupos no dia a dia no exercício da profissão. E repetido tantas vezes quantas forem necessárias. Isso porque, não somente pela singularidade histórica, mas exatamente pelos ritmos árduos de trabalho, fazendo com que esses pescadores possuam uma trajetória ímpar.

Ao mesmo tempo, sabe-se que essa pesquisa comportou complexidade e desafios, uma vez que traz consigo o caráter interdisciplinar, devido à proximidade com temas intrinsecamente remetidos a variáveis ambientais.

O processo de investigação não se esgota nos questionamentos aqui levantados, o que não é pretensão, como também não é anseio encontrar o maior número de respostas às indagações admitidas. Divididas em três partes, a dissertação apresenta na primeira parte capítulos que apontam para um breve contexto histórico e as questões atuais da pesca, territórios e interesses do país com relação à atividade pesqueira do sul do Espírito Santo.

Na segunda parte a abordagem está centrada na transformação das comunidades litorâneas tradicionais e como referencial para a análise teórica adotou-se duas perspectivas sociológicas sustentadas em campos de localização correlatos. A corrente teórica da sociologia do conhecimento, dividida em duas subdisciplinas da sociologia. Às Histórias das Ideias; e a segunda reconhecida enquanto sociologia fenomenológica.

Na terceira parte relata-se o contexto em que está inserida a comunidade do distrito de Itaipava contemplando a realidade observada durante o trabalho de campo quando tratamos do exercício da atividade pesqueira e caracterização das variadas e distintas formas de relação social entre atores e instituições. E, por fim, as considerações finais.

PRIMEIRA PARTE

2. PESCA, TERRITÓRIOS E INTERESSES: ICCAT, BRASIL E O SUL DO ESPÍRITO SANTO

A pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pela humanidade, mas apenas no século XX foi viável a expansão em escala global, especialmente em consequência, do avanço tecnológico das frotas pesqueiras e do aumento da demanda por alimento, devido, entre outros fatores, ao crescimento da população mundial.

Em um primeiro momento, a abundância da produção induziu uma percepção equivocada da inesgotabilidade dos recursos pesqueiros oceânicos (McGOODWIN, 1990), como também, a ideia de acesso ilimitado a esses recursos de uso comum, a qualquer interessado, na qualidade de “patrimônios da humanidade” (FLOETER, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, ao constatar que várias zonas pesqueiras tradicionais estavam bastante exploradas¹, sobrexploradas e até colapsadas, as potências pesqueiras como China e Japão passaram a explorar recursos virgens ou subexplorados em diversas regiões do mundo, tais como Mar de Bering, Marrocos, Namíbia, África do Sul, Alaska, Atlântico Sudoeste, Pacífico Sudeste e, por último, a região subantártica (FLOETER, 2008). Esta ampliação internacional da indústria pesqueira, por parte dos países tecnologicamente mais desenvolvidos, levou várias nações emergentes, como o Brasil, a estender suas territorialidades costeiras.

A demarcação de territorialidade visou a preservação dos recursos, forçando as potências pesqueiras ao pagamento de licenças ou celebração de contratos de exploração com os países costeiros. Em 1982, foram acordadas as bases da chamada Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar que, no que diz respeito aos recursos marinhos, estabeleceu a Zona Econômica Exclusiva (ZEE²). Mediante esse instrumento jurídico, os países costeiros passaram a ser donos e gestores dos recursos ali existentes. Além desses direitos, a Convenção conferiu deveres a esses países, como o de conservar e administrar os recursos vivos de suas respectivas ZEEs (FLOETER, 2008).

¹ Os significados estabelecidos para o verbo *explorar* e suas derivações, segundo o Dicionário Aurélio (2008) [*on line*], significa tirar proveito econômico de (determinada área), sobretudo quanto aos recursos naturais.

² A ZEE é a zona marítima situada ao largo das costas que podem atingir 200 milhas náuticas (370 quilômetros) na qual o Estado exerce direitos soberanos sobre os recursos vivos nos fundos marinhos e coluna d'água.

Em nossa história recente, o Brasil, visando racionalizar a exploração dos recursos marinhos, criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – Presidência da República (SEAP–PR) em 2003. Inicialmente, buscou-se criar programas e incentivos a pesca industrial voltados, principalmente, para a exploração da ZEE (COSTA et al., 2001). Processos em execução que estão fortalecendo ainda mais os programas como o de arrendamento de barcos estrangeiros e de financiamento da construção da frota nacional oceânica (PROFROTA Pesqueira³), sendo esse último um dos projetos criados com a perspectiva de aumento de captura em águas profundas⁴.

Embora essas iniciativas sejam consideradas, pelo governo e empresários, estratégicas para o desenvolvimento do setor, há especialistas renomados que questionam tanto os estoques disponíveis da costa brasileira, quanto nossos potenciais recursos pesqueiros a médio e longo prazos (ANEXO A).

Ainda para examinar tais peculiaridades do setor, na última semana de junho de 2009 foi sancionada a lei que modifica o status da existência da SEAP–PR na Esplanada dos Ministérios, agora oficialmente consolidado como o Ministério da Pesca e da Aquicultura – MPA (ANEXO B).

Antes dessa nova política, o Brasil já havia constatado o aumento das capturas de atuns de uma média de 30 mil toneladas na década de 80 para 35 mil toneladas nos anos 90. Atualmente estima-se mais de 40 mil toneladas ao ano⁵, ou seja, o que se produzia em uma década, é realizado em apenas um ano, elevando assim as cotas de pesca do espadarte⁶ – de pouco mais de 2,2 mil toneladas em 2002 para cerca de 4,7 mil toneladas em 2006, sendo essa uma das espécies mais pescadas na região Sudeste (SEAP, 2008).

³ O Decreto nº 5.474, de 22 de junho de 2005 regulamenta a Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, que cria o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, e institui o Grupo Gestor do Profrota Pesqueira e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.dji.com.br/decretos/2005-005474/2005-005474.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

⁴ Em 2005, a produção total de pescado no Brasil foi estimada em um milhão e nove mil toneladas. Destes, 51,4% são oriundos da pesca artesanal, 23,0% da pesca industrial e 25,5% da aquicultura (IBAMA, 2007). Na zona costeira e marinha, neste mesmo ano, a pesca extrativa foi responsável por 507.858 toneladas e a maricultura produziu 78.034 toneladas, totalizando 585.892 toneladas. Destes, 47,5% foram capturados pela frota artesanal (IBAMA, 2007). Das 63.868 embarcações que compõem a frota litorânea, 99,3% atuam na pesca artesanal (FUNDAÇÃO PROZEE et al., 2006). Em 2006, foram cadastrados 391 mil pescadores em todo o país (SEAP, 2006).

⁵ Cf. ICCAT. Statistical Bulletin: (1950-2005). 36: 12-17.

⁶ Espadarte (*Xiphias gladius*) é a única espécie da família Xiphiidae que ocorre no oceano Atlântico e ao longo/largo da costa do Brasil. Cf. PAIVA (1997: 219).

Atualmente a política pesqueira do país é reconhecida internacionalmente, motivo que o levou a ser eleito por unanimidade para presidir nos próximos dois anos o Comitê Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico, ICCAT⁷ (SEAP, 2008).

Esse Comitê conta atualmente com 45 países membros e um orçamento anual de cerca de 2,5 milhões de euros. Sendo uma das principais organizações internacionais de ordenamento pesqueiro, responsável pela gestão dos recursos pesqueiros oceânicos compartilhados (atuns e afins)⁸ de todo o Oceano Atlântico e mares adjacentes, incluindo o Mar do Norte, Mar do Caribe e Mar Mediterrâneo (SEAP, 2008).

O atum é um dos principais recursos pesqueiros da ZEE brasileira segundo a SEAP-PR. Em 2005 a produção de atuns e afins no país chegou a 46 mil toneladas, com receita de US\$ 24 milhões em exportações no ano de 2007 (SEAP, 2008). As espécies são consideradas importantes para a geração de empregos na indústria pesqueira, em especial, nos estados do Nordeste, do Rio de Janeiro e Santa Catarina e para a pesca artesanal no Estado do Espírito Santo que juntos participam do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca de Atuns e Afins do Brasil, instituído pela então SEAP-PR. A pesca de atuns e afins é realizada exclusivamente pelas frotas pertencentes ao litoral sul do Estado do Espírito Santo, como observado por Martins e Doxsey (2006: 97).

O desenvolvimento da pesca de atuns e afins na localidade de Itaipava ocorreu aparentemente a partir da década de 80, juntamente com alguns dos principais programas de fomento para a pesca, implementados à época, através de incentivos fiscais proporcionados pelo governo federal (MARTINS; DOXSEY, 2006: 111)

A partir de então, observou-se nessa região um incremento no total do pescado desembarcado e no número de barcos, assim como a formação de uma cadeia de inter-

⁷ O ICCAT é uma das principais organizações regionais de ordenamento pesqueiro (OROPs) de que o Brasil faz parte. As OROPs são organismos supranacionais de gestão dos estoques pesqueiros e são responsáveis por editar as medidas de conservação e gerenciamento da pesca entre as nações integrantes. Assim, o ICCAT estabelece os princípios para a gestão compartilhada dos atuns do Atlântico, desenvolvendo indicadores de pesca que possam subsidiar a avaliação da situação dos estoques, definindo normas (como as cotas de captura) e propostas de combate à pesca ilegal. A pesca de atuns e afins no Brasil começou em 1956, sendo que o país integra o ICCAT desde sua criação, há 41 anos (o Comitê foi criado no Rio de Janeiro, em 1966). A representação e ação do país no ICCAT são coordenadas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP - PR) e pelo Ministério das Relações Exteriores. Cf. SEAP, 2008.

⁸ A ICCAT considera como atuns e afins todas as espécies da ordem Scombriformes, com exceção das famílias Gempilidae e Trichiuridae, bem como do gênero *Scomber* Linnaeus. Cf. PAIVA (1997: 216).

relações voltadas ao setor pesqueiro. Cenário que está propiciando há décadas grande dinamismo ao distrito de Itaipava, resultando no ano de 2006 na inclusão no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca de Atuns e Afins do Brasil – a ainda SEAP-PR. Atualmente Itaipava possui uma frota registrada de número superior a 300 embarcações de “média escala”, obtendo sucesso na pesca de atuns e afins, dentre outras espécies⁹.

Nesse sentido, essa frota, com características particulares, destinada à pesca oceânica, goza de grande notoriedade em todo o país, sendo denominada pelos agentes externos como “frota de Itaipava” ou “barcos de Itaipava”, em função da origem dos seus pescadores e pelas características das construções da maioria de seus barcos.

Outro fator de destaque é a abrangência em escala nacional dessa frota, operando desde o estado do Pará até o Rio Grande do Sul, com relatos esparsos de embarcações trabalhando, inclusive, no Uruguai.

Esses variados fatores contribuíram para tal prosperidade da atividade pesqueira e propiciaram um lugar de destaque para o litoral sul capixaba, diferenciando-o da realidade da pesca estadual. Contexto que induziu a priorizar nessa dissertação a pesca realizada pelos profissionais¹⁰ de Itaipava, em razão de suas idiossincrasias únicas, se comparada às demais trajetórias históricas de outras localidades e pescarias do cenário nacional.

2.1. DOS OBJETIVOS DO TRABALHO E DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Das ponderações colocadas e com o propósito de melhor entender a dinâmica sociocultural entre diferentes atores sociais envolvidos (pescadores, empresários, funcionários da administração municipal, estadual, federal e outros), a pesquisa elegeu como objetivo central, como anteriormente mencionado, a trajetória dos pescadores no litoral sul do estado do Espírito Santo, especificamente na localidade de Itaipava, referente às pescarias realizadas

⁹ Ressalte-se que este valor estimado não considera as embarcações de menor porte, que atuam em um limite mais restrito, ou seja, mais próximo da costa, possuindo outras pescarias enquanto recurso alvo.

¹⁰ Os pescadores de Itaipava se auto-intitulam, muitas vezes, como pescadores profissionais. Outra categoria de uma distinta classificação, muito utilizada para diferenciar-se dos pescadores amadores. Esta última seria uma classificação mais simples, mas de menor importância para as instituições e organizações governamentais de fomento que necessitam de critérios precisos, ou mesmo de demarcadores territoriais para a tomada de decisões em seus processos institucionais.

em oceano aberto. Para tanto, foi necessário realizar um recorte estabelecendo os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar as características sociais dos grupos de pescadores profissionais que realizam a pesca de tradição oceânica na localidade de Itaipava;
2. Interpretar atitudes, opiniões, crenças, valores, e o significado simbólico que povoa o imaginário daqueles que praticam a pesca de tradição oceânica;
3. Identificar a rotina de venda, comercialização ou trajeto de um suposto “sistema produtivo” existente com relação à atividade pesqueira.

Considerando o exposto acima, a proposta direcionou-se à escolha de técnicas qualitativas de investigação, além da utilização de dados quantitativos coletados por meio do método de pesquisa de *survey* (BABBIE, 2005), sistematizado em um banco de dados cedido pelo Professor Agnaldo Silva Martins, Coordenador do Grupo Temático Modelo Gerencial de Pesca no Espírito Santo (MGP), do Projeto Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros – Recos¹¹.

Alguns dados dessa pesquisa exploratória sobre as comunidades pesqueiras capixabas constam no decorrer do texto dissertativo por apresentarem informações sobre as pescarias em diferentes vertentes de análise e, em especial, informações sobre o litoral sul do estado e a comunidade pesqueira de Itaipava.

O processo de consolidação da pesquisa, do trabalho de campo e da realização de entrevistas teve duração de seis meses, entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 – com algumas interrupções, devido a fortes chuvas prejudicando a região de estudo nos últimos dois meses do ano de 2008.

Os roteiros semiestruturados foram os principais instrumentos de coleta de dados. Desses originaram as histórias de vida e relatos do cotidiano e de pescarias, para a análise de

¹¹ A coleta de dados ocorreu nos anos de 2003 e 2004 e utilizou a metodologia de pesquisa de *survey*, sendo produto de um diagnóstico realizado pelo Grupo Temático Modelo Gerencial de Pesca (MGP) do Projeto Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros – Projeto Recos do INSTITUTO DO MILÊNIO, finalizado em 2006 – de toda a costa capixaba e respectivos pontos de desembarque, considerando a influência dos aspectos sócio-ambientais, tecnológicos e ecológicos.

conteúdo, e de imagens, utilizadas na descrição das narrativas históricas não oficiais, escritas e visuais, tendo sempre como foco o pescador profissional de tradição oceânica de Itaipava.

Com isso, obteve-se como resultado um trabalho de campo intensivo, apropriando-se de alguns fundamentos do método de estudo de caso (YIN, 2005) e da participação observante, baseada na construção de relações intersubjetivas junto aos pescadores e setores institucionais diretamente envolvidos.

Utilizou-se de estratégias que permitiram aprofundar-se em casos específicos, a fim de sistematizar dados relativos aos saberes e práticas que orientam as atividades dos grupos sociais de pertencimento, destacando sua diversificação, mudanças, registros e modelos de produção familiar e outros. Levantando-se também o “idioma” interno, utilizado como forma de autoidentificação, para enfim alcançar informações e registrar a memória local sobre o uso do território e das práticas pesqueiras.

As entrevistas realizadas, se comparadas com o roteiro inicialmente elaborado, resultaram numa multiplicidade de variáveis não esperadas, que foram em parte incorporadas ao estudo. A ordem dessas entrevistas não seguiu uma hierarquia metodológica pré-definida, pois se utilizou, concomitantemente: indicações de pescadores representativos por outros pescadores na própria orla da praia de Itaipava; referências cruzadas das lideranças locais; e famílias reconhecidamente apontadas como as primeiras a iniciar a pesca na região.

Empecilhos de toda ordem ocorreram: interrupções das entrevistas por diferentes motivos; vizinhos batendo à porta para resolver problemas; horários não cumpridos pelos entrevistados, etc. Apesar dessas dificuldades, comuns em todo o trabalho de campo, realizaram-se 22 entrevistas – somando juntas mais de 45 horas de gravações – permitindo um marco inicial para a composição da história da atividade pesqueira no distrito de Itaipava, até então relegada ao esquecimento.

Essas entrevistas estão caracteristicamente ordenadas pelas experiências vivenciadas e narradas através do formato do método de histórias de vida. Percebeu-se isso, pela organização das opiniões, atitudes e valores da profissão que rege a forma como interpretam todo o ambiente em que estão contidos enquanto seres humanos.

Para ultrapassar essas barreiras primárias da constituição de um pensamento e julgamento prematuros sobre os pescadores e outros atores, foi necessário adentrar em seus

mundos. Tal dinâmica é possível se colocada de acordo com a temporalidade da observação direta de qualquer universo que necessita de tempo para ser conhecido, ou seja, estar no campo, observar o cotidiano, as relações de trabalho, as relações de confiança entre os atores, antes de iniciar formalmente as entrevistas¹².

A escolha e justificativa do estudo desta singular localidade tornaram-se possível a partir da verificação dos dados relacionados à pesca no Estado do Espírito Santo que apresentam estatísticas singulares de produção, colocando em destaque a vocação do litoral sul para a atividade pesqueira.

Como referência, o diagnóstico realizado por Martins e Doxsey (2006), constatou uma produção pesqueira estadual, no ano de 2002, em torno de 22.095 toneladas e uma média de 6.733 pescadores, trabalhando em 2.038 embarcações. Considerando as variadas formas de organização da produção da pesca artesanal, uma vez que as de menor escala são normalmente excluídas das estatísticas oficiais.

O litoral sul do estado foi responsável pela metade dessa produção estadual, participando, também, com 44% do número de barcos e 50% dos pescadores registrados, ou seja, a maior parte da frota está direcionada para a pesca de atuns e afins, recurso-alvo que possui grande aceitação no mercado internacional e alto valor comercial, o que garante bom retorno financeiro para os atores envolvidos nessa atividade (MARTINS; DOXSEY, 2006).

A pescaria de atuns e afins foi reconhecidamente localizada na comunidade de Itaipava, decorrente da habilidade dos pescadores na captura do pescado e, especialmente, do investimento crescente em tecnologias e embarcações. Conjuntura que engendra o seguinte círculo virtuoso: a forte demanda e valorização do recurso-alvo permitem pagamentos à produção com valores tidos altos, se comparado aos recursos costeiros cada vez mais escassos, por sua vez, valoriza a profissão na localidade e incentiva um aperfeiçoamento constante dos pescadores pertencentes a essa lógica, proporcionando mão de obra mais qualificada, aliada a investimentos tecnológicos, facilitando o aumento da produção e consequente ampliação da atividade pesqueira.

¹² No Dicionário Aurélio (2008) [on line] o substantivo masculino protocolo estava entendido dentre alguns significados como um *conjunto de regras e especificações técnicas que regulam a transmissão de dados entre computadores ou programas, permitindo a detecção e a correção de erros*. Abstraindo este significado para o protocolo de uma entrevista, a permissão aqui está dada para discutir a temporalidade e a ocupação do espaço antes, durante e depois na forma de uma experiência de pesquisa.

2.2. O RETORNO AO FENÔMENO DE CONSTRUIR BARCOS, CONSTRUIR VIDAS

Como de um retorno ao trabalho de campo quando ainda estudante da Universidade Federal do Espírito Santo, a questão provocadora desta investigação foi instigada ao conhecer o distrito de Itaipava ainda no ano de 2004, para um diagnóstico que foi realizado pelo Grupo Temático Modelo Gerencial de Pesca (MGP) do Projeto Recos (INSTITUTO DO MILÊNIO, 2006) de toda a costa capixaba e respectivos pontos de desembarque, considerando a influência dos aspectos socioambientais, tecnológicos e ecológicos.

Notou-se à época uma linearidade das populações pesqueiras capixabas com relação às práticas e saberes, métodos e técnicas utilizadas, de acordo com suas devidas proporções. Ou seja, são na grande maioria, populações de pescadores caracterizadas como tradicionais, e de acordo com as categorias de definição propostas por Diegues (1983), são dotadas de uma pequena produção mercantil simples (produção familiar), e em menor escala à produção capitalista de pesca.

E nessa busca por conhecimentos para identificação dos elementos sociais do desenvolvimento da pesca no distrito, foi possível descobrir a trajetória particular que referencia a localidade. A história seguinte faz parte de um dos relatos coletados durante a realização do trabalho supracitado que, ao ser novamente apreciado, tomou nova perspectiva.

Ao se posicionar em direção à estreita orla (Figura 01), é possível, numa visão panorâmica da beira-mar, se deparar com uma quantidade elevada de canoas a remo e barcos pesqueiros de grande arqueação. Com mais de 10 metros de comprimento, e qualidade potencial para permanecer no mar por mais de 25 dias, arriscar-se-ia uma contagem superficial de cerca de cinquenta dessas embarcações, no entanto, o total de barcos sediados em Itaipava está atualmente em torno de trezentos, encontrando o restante no mar. O que surpreende, pois se trata de uma região considerada isolada, sem atrativos e belezas naturais suficientemente interessantes.

As longas e emaranhadas redes e espinhéis espalhados pelas areias próximas às castanheiras denunciam ser os espaços apropriados para a sua tecedura e remendos, devido à sombra convidativa dessas árvores que, durante as tardes dos finais de semana, sugestivamente após a refeição com os familiares e do merecido descanso, os pescadores examinam.

Os estaleiros se localizam mais próximos das pedras ao término dessa faixa litorânea, ficando mais distantes dos barcos n'água; daqueles, a produção da maior parte da frota existente na localidade se originou. O primeiro olhar, não habituado com a realidade apresentada, é senão de espanto, surpresa, pela constatação da imponência dos barcos ali construídos.

Esses, não ficam muito próximos das peixarias existentes, a contar por alto aparentam ser mais de dez, devido ao barulho das motosserras e as batidas nas madeiras, além do forte odor característico dos materiais e tintas utilizadas na pintura, para o acabamento das embarcações novas ou em reforma.

O principal meio de escoamento da produção é através de frigoríficos, sendo dois principais, Atum do Brasil e Centro-Leste. Eles realizam a venda para o intermediário, normalmente outros mercados consumidores – Rio de Janeiro, São Paulo e exterior –, e peixarias, propiciando a venda para comerciantes locais e consumidor final. Esses empreendimentos têm uma fundamental importância nos momentos de desembarque do pescado pelas estruturas de refrigeração e condicionamento – apresentam grande capacidade de armazenamento e conservação, além de estabelecer a ligação com outros elos e setores da cadeia, como os fornecedores e vendedores, atraindo atravessadores, turistas, compradores de todos os tipos e de diferentes lugares.

Os bares e restaurantes também complementam o contexto, em sua maioria, direcionados para as pessoas da localidade, sendo o distrito distante dos locais de comércio mais completos e variados, tendo ali que oferecer uma estrutura que suporte a demanda da população.

As residências, em seu conjunto, aparentam ser bem organizadas e constituídas a partir de modelos e estilos muito similares, de forma proposital para que cada família tenha um espaço igualmente configurado; os poucos terrenos baldios existentes, com mensuração dos construídos, são arenosos e vegetação de restinga.

O cenário vislumbrado a partir de uma posição da faixa de areia foi somente constatado ao aproximar-se de seus ritmos de vida e cotidiano, percebido seus agrupamentos, e conhecido seus modos de trabalho e entretenimento. Logo, este será o primeiro dos muitos relatos que se seguirão nesse processo para o exame, desdobramento e à busca pelos fatores impulsionadores desse contexto.



Figura 01 – Panorama da orla de Itaipava.

Na tentativa de conhecer e colecionar registros sobre o distrito, a primeira opção foi frustrada, pois a história desse não é encontrada na Biblioteca Municipal de Itapemirim, localizada na sede do município, nem em outras fontes impressas “oficiais” acessíveis a um público não especializado, ou seja, população local, estudantes, turistas, etc. A história do distrito de Itaipava está guardada nas lembranças de seus moradores e é repassada oralmente através das gerações, e atualmente, estudantes de nível superior que residem no distrito têm contemplado a história da localidade em seus trabalhos acadêmicos.

Como uma das principais “fontes históricas” encontradas na localidade, a referência é um de seus mais antigos moradores, José Fernandes da Rocha, conhecido por “Seu Zuza”, com 84 anos de idade, todos passados e divididos entre o mar e a vida em terra. Lúcido, transpassa sobriedade, tranquilidade e leveza. Receptivo, disponibilizou seu tempo, permitindo um encontro na varanda externa de sua residência. A simpatia transmitida trouxe conforto para ambas as partes do momento então construído, criando um contexto caracterizado como uma entrevista, justamente por não ter o tempo disponível para se valer de uma observação participante, e para o entrevistado o momento mais parecia estar valendo como teste à memória e prazer em relembrar através do desabafo, os fatos que marcaram sua trajetória, parecendo ao final uma coleção de relatos da memória viva.

O questionamento que deu início ao encontro e estabeleceu o teor da conversa, como não poderia deixar de ser diferente à pergunta inicial desta presente investigação, foi direcionada à constituição de Itaipava e à história de seu desenvolvimento. Como de costume aos roteiros comuns, a tentativa foi de partir do início.

A história começa na década de 20 quando Leopoldino Domingos da Rocha, pai de “Seu Zuza”, adquiriu de João Carlos Novaes as terras onde hoje está localizado o distrito de Itaipava, que apesar de ser o primeiro dono da propriedade nunca a havia habitado ou realizado alguma benfeitoria de qualquer tipo.

Na propriedade habitavam Leopoldino Rocha, sua família e alguns outros poucos moradores que viviam das lavouras do milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, dentre outras plantações temporárias e não dependentes de terras férteis, pelas características do solo arenoso. Produziam também o melão e gado.

“(...) [Como] era uma só propriedade fechada de mata, e a intenção do papai era fazer lavoura, papai foi três vezes a pé pelo litoral, tendo o privilégio de participar destas praias, pretendendo chegar ao Farol de Santa Luzia, até a cidade de Vitória, onde residia João Carlos, para fazer o contrato do terreno (...) foi na primeira vez para ver se ele vendia, na segunda para fazer o primeiro pagamento, e a terceira para fazer outro pagamento e pegar a assinatura e registros dos contratos de transferência das terras.”

Aos poucos, atraídos pela possibilidade de trabalho, o número de pessoas abrigadas por Leopoldino Rocha em sua propriedade foi aumentando. Como era costumeiro à época, os arrendatários cobravam um valor, mesmo sendo pouco significativo, porém Leopoldino não o fazia, podendo ter incentivado provavelmente o crescimento da população em suas terras, mesmo que num ritmo lento. A agricultura e a pecuária representaram as primeiras atividades econômicas desenvolvidas.

Ainda nos anos 20, a propriedade de aproximadamente 120 alqueires, precisou ser loteada devido à chegada de, cada vez mais, novos moradores. Esses vinham principalmente da região mais ao sul do estado, sendo a maior parte proveniente de Rio Novo do Sul, Ibatiba e da região sul de Marataízes, na época denominada Lagoa Funda.

Entre esses, estavam os primeiros pescadores de Itaipava, Antonio Cardoso e Manoel Julião, vindos de Lagoa Funda, território hoje pertencente a Marataízes, todos vindos em busca de melhores rendimentos e terras para o estabelecimento de suas famílias. Mesmo já idosos promoveram o início da pesca no distrito, influenciando também “Seu Zuza”:

“Com esses velhos que eu aprendi a pescar, que eu comecei a minha vida de sofrimento, desde os quatros anos, meu pai me colocava na canoa e me levava junto com eles, eu só rolava para um lado e para outro, rolando no meio dos peixes (...)”

Assim, entre o fim da década de 20 e início da década de 30, quando o atual distrito ainda era habitado por um grupo em torno de 20 pessoas, os homens da pequena vila iniciaram as suas pescarias, relegando a agricultura e a pecuária em segundo plano – Leopoldino Rocha permaneceu cuidando da lavoura e do gado, pois sua intenção ao transferir as terras era promover nela o cultivo e ampliar a criação de animais, apesar de “Seu Zuza” relatar ser descendente de uma das primeiras famílias de pescadores na localidade.

Os primeiros barcos de Itaipava, por influência das artes de pesca praticadas em Anchieta, Piúma e Marataízes – regiões que já possuíam embarcações pela influência da região norte do estado do Rio de Janeiro –, foram construídos por pessoas de fora, chamados para empreitadas, recebendo em troca produtos da lavoura.

Esses eram confeccionados em forma de canoas de quatro metros de comprimento e 60 centímetros de largura que alcançavam distâncias próximas de 200 a 300 metros da costa. Cabia em cada uma delas um ou dois adultos que iam e voltavam no mesmo dia em busca de capturar, através da pesca de linha, peixes como garoupa, pargo (na época, denominado calunga) e tartaruga – quando ainda era permitida a captura. A maioria dos peixes capturados eram salgados para conservação, pois ainda não dispunha de mecanismos de refrigeração.

Os próprios pescadores e seus familiares salgavam e vendiam o produto. Somente quando alguns proprietários das fazendas interioranas encomendavam três ou quatro pescadas grandes ele era vendido fresco, ou quando de vez em tempos, interessados arrematavam no final da tarde a produção de um dia de trabalho, levando todos os cestos possíveis. Nessas ocasiões os moradores eram possibilitados de receber sobre a venda, moeda corrente, garantia para a compra de produtos básicos, principalmente para a alimentação, não produzidos ali. De certo, o mais comum era a realização da venda do peixe salgado para os que apareciam do interior à procura da mercadoria.

“(...) Às vezes compravam os peixes a número, três, quatro, cinco peixes, conforme os pesos e quando vinha alguém com mais dinheiro arrematava cestos, três, quatro, cinco. A gente ficava contente porque vendia o peixe fresco e eles ficavam contentes porque levavam o peixe barato. Mas era de costume escalvar os peixes todos salgando.”

A partir dos anos 40, foram introduzidas as redes de espera que passaram a ser utilizadas para a pesca de outras espécies, como o cação e para o aumento da produção de pescada. Facilitando muito o cotidiano dos pescadores pela possibilidade de deixarem essas redes fixadas, mudando as direções de tempos em tempos, e por coletarem delas o necessário para o consumo e venda. Nesse período, atraídas pela atividade pesqueira, pessoas oriundas de municípios vizinhos como Marataízes e Guaçuí, aumentavam o contingente populacional da vila. Até 1945, os lotes eram doados para os que chegavam, pois naquela época o valor da terra era irrisório e não havia investimento para a sua valorização.

Nessa época, “Seu Zuza” já acompanhava os demais pescadores no mar há bastante tempo e iniciava seu aprendizado no ramo da carpintaria naval. Os municípios vizinhos – Piúma e Marataízes – representavam grande influência para a localidade, pois possuíam uma atividade pesqueira mais desenvolvida, visto que seus barcos eram maiores e em maior número.

A partir de 1968 até 1970, época do falecimento de Leopoldino Rocha, seus herdeiros passaram a vender os lotes, ampliando o povoado, e incentivando ainda mais a pesca na localidade de Itaipava, sendo uma opção de renda e alimento para muitos ali se estabelecidos. Nos municípios de Piúma e Marataízes já era realizada a captura de pescado em barcos à vela.

Nesse período, foram construídos por “Seu Zuza” os primeiros barcos à vela, medindo de 8 a 10 metros de comprimento; e os pescadores pagavam os barcos encomendados com a venda da produção. O processo de construção atingia sua conclusão pelo interesse e perspicácia de “Seu Zuza” pelo ofício, concebido a ele quando jovem, por um tio do Rio de Janeiro, de onde chegou com o propósito de ficar por alguns meses para visitar a família.

Na floresta rasa ele percorria as trilhas feitas pelos moradores da região em busca de uma madeira já moldada pela natureza e de fácil manuseamento para a fôrma necessária ao barco. A madeira preferida era a goiticica, abundante à época na região. Após encontrá-la, com a ajuda de outros homens, era cortada, e as toras puxadas com carro de boi até a praia.

Com quatro a seis estacas ordenadas crescentemente e fincadas na areia, formando uma espécie de assento, a tora era amarrada e puxada pelos homens suspendendo-a pelas pontas até o topo das estacas mais altas, amarrada por sizal. Dois tipos de serra eram utilizados para a produção das pranchas, uma serra para serrar a madeira e outra para traçar a madeira, cortar as suas pontas. Para isso era necessária uma pessoa embaixo da tora puxando a serra com um movimento pra baixo, e outra na parte de cima com um movimento da serra para cima, em movimentos simétricos e constantes, até chegar ao fim da outra ponta.

“Num sei se você tem experiência com aqueles bonequinhos, de vez em quando eu passo por esses cantos e vejo aqueles bonequinhos (...) que cortava a madeira assim para baixo e para cima, para baixo e para cima, um embaixo e outro (...) e foi assim por muito tempo, o troço era bem manipulado pela gente.”

Essa ação era executada repetidas vezes até resultar numa produção de seis a oito pranchas de 2 a 3 centímetros de espessura, com 25 a 30 centímetros de largura. Com os ganhos e o aumento da produção, a compra de equipamentos e motores para o melhor aproveitamento da madeira e rápido corte se tornou possível. Aos poucos os barcos produzidos quase em sequência temporal, de mês em mês, propiciaram a criação de um estaleiro (Figura 02), referência para consertos e manutenção dos barcos do local, além de ter sido o espaço destinado à feitura dos mesmos, encomendados cada vez com mais frequência.

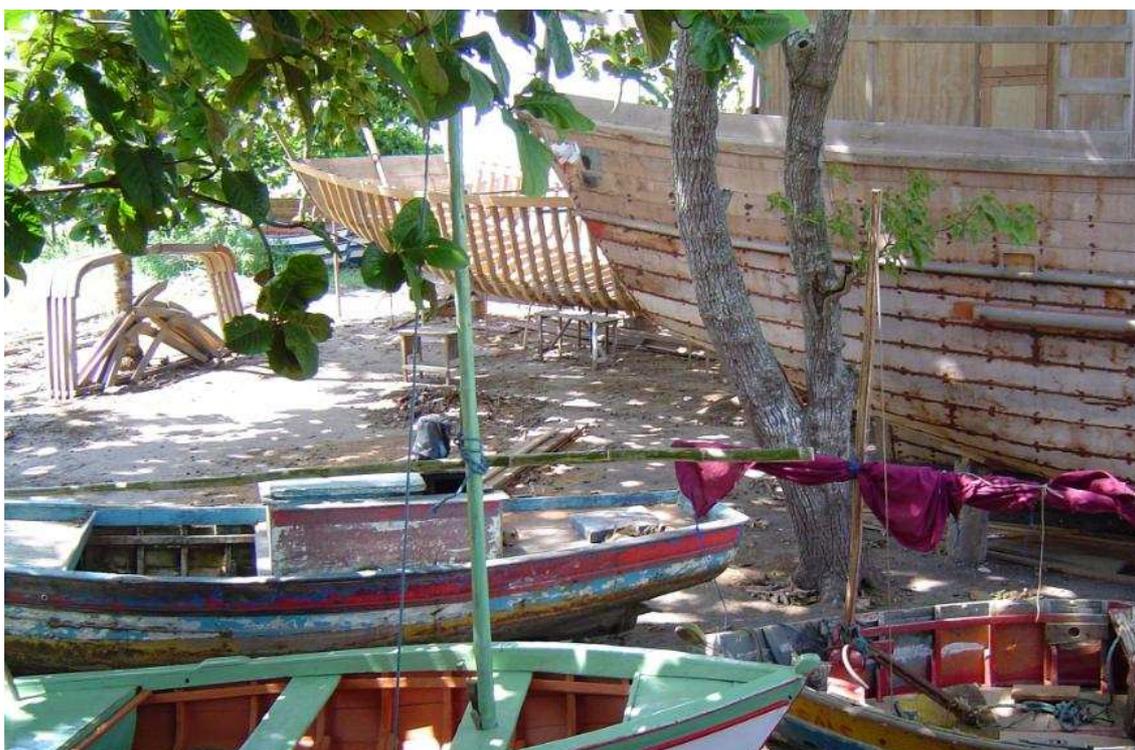


Figura 02 – Foto recente de estaleiro com barcos em reforma, reformados e em construção.

No intuito de melhorar os ganhos relativos à pesca, a maior parte dos barcos da vila passou à vela na década de 70 – possivelmente pela necessidade de alcançar maiores distâncias e por influência das comunidades vizinhas –, sendo construídos em tamanhos cada vez maiores, possuindo cavernas e baús de maiores proporções. Dessa forma, alcançavam maiores distâncias, ampliando as opções de locais de pesca e permanecendo agora, de 5 a 8 dias no mar, aumentando assim a autonomia. Pescada, cação, xaréu, enchova, dourado, garoupa, cherne e namorado, eram as espécies capturadas. Os pescados chegavam a ser salgados em alto-mar, 2.000 a 3.000 kg/barco, era a quantidade lembrada como normal, sendo trazido diretamente para um atravessador fixo em Piúma, comprador assíduo do pescado que se estabeleceu na localidade.

A alimentação dos pescadores em mar, nesse período, também se mostra relevante e merece ser contada: os tripulantes faziam de uma lata de tinta de 18 litros o fogão; para isso retiravam a tampa e abriam outra na parte mais larga, puxando o metal para sustentar os quatro pedaços de arame liso utilizados para fincar o peixe, que era assado na brasa, depois era misturado na farinha seca e legumes em conserva – mostra das adaptações necessárias.

E para dormir eram confeccionados beliches, com travessões e tábuas entrelaçadas, mantos e cobertas sobrepostas, umas às outras. Descansavam, utilizando sistema de revezamento.

É importante observar que desde o início da formação da atividade, os pescadores de Itaipava preocuparam-se em sair para o mar tendo, antecipadamente, um comprador para a futura pescaria. Assim, estabelecia a confiança de todos – donos de mercearia e outros comércios, carpinteiro naval, compradores de pescado, mecânicos de barco, etc – na capacidade de produção local, pois tudo, como se pode ver era movimentado e, principalmente, financiado com o resultado da pescaria que estava por vir.

Tempos depois nessas transações, sem termos a possibilidade de datar o acontecimento, um comerciante após levar uma encomenda de pescado para Vitória, voltou à comunidade trazendo em sua embarcação, gelo em barra, conservado no pó de serra. Iniciou-se nesse momento em diante o uso do gelo no interior dos barcos, pois a novidade oferecia uma perspectiva de melhora para o ofício. Isso incentivou todos os pescadores a comprarem gelo em Vitória para conservar a pescaria por mais tempo e prolongar o tempo no mar.

“(...) Só era possível conservar o gelo no pó de serra, a gente fazia uma caixa no barco, dividia ela em três ou quatro partes, enchia de gelo, em cima do gelo colocava aquele pó de serra, aí conservava ali oito a dez dias, (...) até oito a dez dias dava pra ficar no mar, enquanto tinha gelo, a gente ficava no mar. Na hora que o gelo terminava, a gente vinha embora, deixando sempre um pouco de gelo para a viagem, porque dependia do vento, se tivesse vento para a gente vir embora, se não tivesse a gente ficava no mar, precisando do gelo.”

O gelo em Itaipava passou então a ser considerado uma necessidade básica para a pesca, e, quando acontecia de os pescadores não conseguirem comprar gelo em Vitória – por problemas no abastecimento ou produção –, os mesmos não alteravam as metas e datas de viagens, pelo contrário, buscavam por mercados alternativos, como na região de Prado, na Bahia, para o fornecimento dos suprimentos necessários para a pesca. Repare neste momento, que as embarcações já alcançavam outras regiões, não somente estaduais.

E assim, dentre muitos outros acontecimentos marcantes, Itaipava passou a diferenciar-se das comunidades de pescadores vizinhas, como por exemplo, Marataízes, que não usava gelo devido ao tipo de pescaria realizada – a pesca do peroá – característica própria de pouca permanência no mar.

De algum modo, Itaipava passou a ser, simultaneamente, fornecedora exclusiva de determinadas espécies capturadas em águas mais distantes, ao mesmo tempo somava certas inovações e tecnologias voltadas para os tipos de pescarias realizadas, devido a comunicação e estreitamento com outras comunidades, estabeleciam relações de comercialização.

Alguns anos depois, a partir da década de 80, Itaipava já possuía em torno de 2000 habitantes, e como evento marcante da época teve o primeiro barco a motor. Surgiu da ideia criativa de alguns pescadores da localidade, com a ajuda de “Seu Zuza”, adaptando um motor julgado suficiente para um dos pequenos barcos da frota local. Porém, o motor era inadequado para o uso nas embarcações existentes, por não ser adaptável num barco à vela.

Mesmo assim, em fase de experimento, o barco a motor, funcionando com gasolina, saiu para o mar, proporcionando entre quatro e cinco viagens. Na última, o motor não suportou a alta temperatura e explodiu, pegando fogo em todo barco. Os quatro pescadores apressaram-se em se agarrar em algo flutuante. Um pescador de Marataízes, Francisco

Mariano, que estava próximo, avistou a fumaça, conduziu seu barco até o local, e resgatou os tripulantes. Já o barco com o motor incendiado desapareceu no fundo do mar.

Passada a frustrada experiência, aos poucos os pescadores locais foram trocando as velas dos barcos por motores a óleo e, com o tempo, construindo novos barcos adaptados para a utilização desse motor. Iniciaram a troca por motor de um só cilindro. De acordo com “Seu Zuza”, gastavam um dia e uma noite para chegar a Vitória. Eles sentavam próximos a proa e o funcionamento do motor fazia chacoalhar todo o barco, e quando se davam conta já estavam no meio do barco. Então utilizaram motores de três cilindros, comprados, em sua maior parte, em Vitória e no Estado do Rio de Janeiro.

A maior parte dos barcos de Itaipava, conforme já evidenciado, passara da vela para o motor com recursos dos próprios pescadores, sem financiamentos ou empréstimos. Esses já com contatos estabelecidos trocavam experiências com pescadores e envolvidos de outras localidades, recebendo e adquirindo as novidades, como equipamentos e apetrechos. Investindo os ganhos no que aprendiam, construíram barcos que possibilitaram maior retorno financeiro, conquistando mercados e a consequente ampliação da frota pesqueira, podendo equiparar-se às frotas outrora existentes nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, referências então adotadas.

“Na época era ainda simplesmente a urna e os equipamentos, além da bússola que você podia aprimorar e aperfeiçoar, mas já tinha o fogãozinho a gás, uma cozinha separada (...) a coisa já tinha mudado, não era mais a farinha, já tinha a carne de boi, a carne seca, o trigo para fazer o bolo, o pensamento do pescador já tinha mudado, (...) as despesas bem altas faziam com que fossem para o mar e voltassem com quantidade suficiente para garantir as despesas e a renda do mês. (...) Quando era à vela, eram 40, 50 ou 60 pedras de gelo no máximo, passou a motor e o número aumentou para 500 a 600 e poucas pedras de gelo.”

A partir desse período, os pescadores de Itaipava, entendedores das frotas que atuavam no Rio de Janeiro, passaram a pescar nessa frota. Com alguns migrando para tais barcos atuando na região mais ao sul do Rio de Janeiro, começaram como trabalhadores da pesca no intuito de se aperfeiçoarem e retornarem melhor capacitados e com novas técnicas de captura.

Vale ressaltar que esse fato, juntamente com o estabelecimento, alguns anos antes, de Manoel Viana e outros pescadores de Itaipava em Prado, na Bahia, onde chegou a montar

uma fábrica de gelo, posteriormente foi fechada, contribuiu para a expansão e o conhecimento dos profissionais de Itaipava pelas demais comunidades e empresas envolvidas com a pesca nas regiões próximas.

Atualmente as embarcações pescam na Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, entre outros Estados da costa brasileira, tendo autonomia de 15 a 25 dias no mar, dependendo da espécie-alvo capturada nesses locais.

Muitos pescadores estão sendo contratados por empresas e barcos de outros estados, discurso mencionado com muito orgulho pelos demais envolvidos com a atividade e os pais que percorrem a praia em busca de notícias da atual localização dos filhos, por meio das rádios de comunicação, frequentemente procurada pelos familiares que ficam em terra firme.

Os barcos atracados na orla chegam, na grande maioria, a ter mais de 12 metros de comprimento (Figura 03 e 05), possuem dois a três espinhéis, com 1000 a 2000 anzóis em cada um deles, custando em média 300 mil reais cada barco.

Esse custo é considerado muito elevado para alguns. Isso se deve a falta da madeira camará, a mais apropriada para as formas necessárias, única preparada pela própria natureza, e não mais encontrada em locais próximos. Agora elas são encomendadas do norte do país e entregues no formato de pranchão, para ser tornar pelas mãos do carpinteiro apropriadas (Figura 04). Além disso, os equipamentos e outros tantos detalhes também contribuem para a agregação de valor, como GPS, sonda – que detecta a profundidade e o fundo.



Figura 03 – Modo como é realizado, atualmente, o desembarque do pescado.

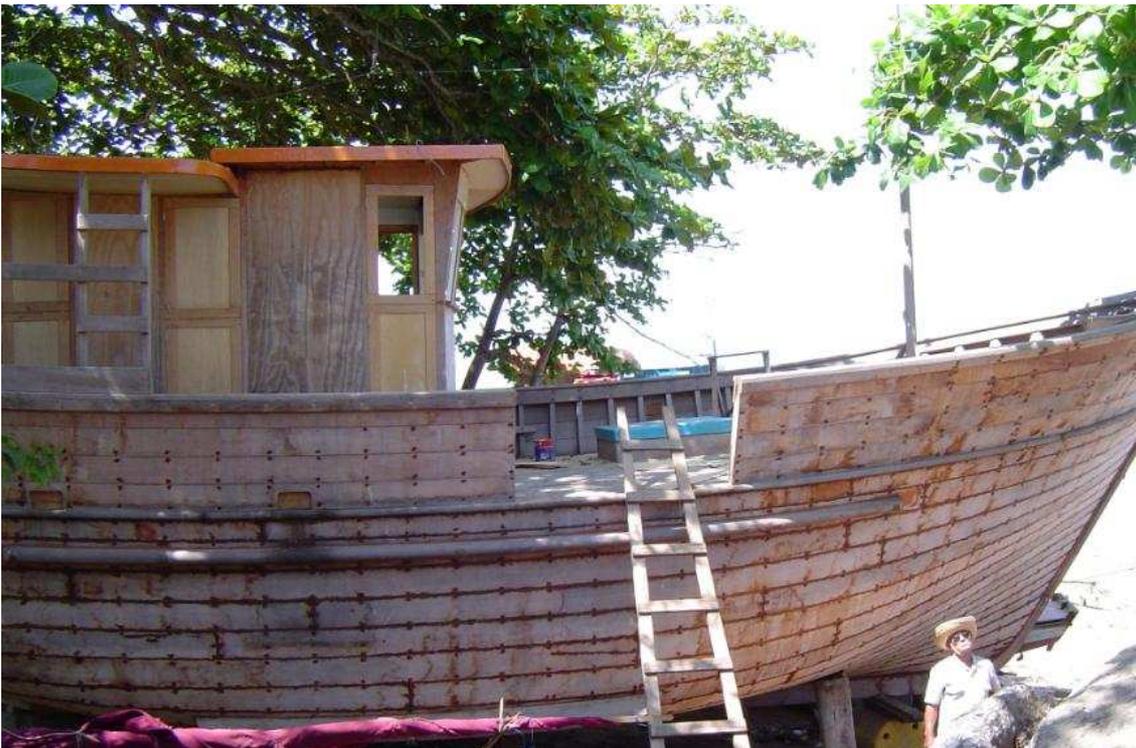


Figura 04 – Exemplo de barco em construção no estaleiro com 17 metros de comprimento.

“Na minha época a gente sondava o profundo com um pedaço de ferro, fazendo uma alcinha pra ele ficar prumo no fundo, nesse peso a gente passava sabão e via na areia que ficava agarrada o tipo, calculando pela nossa cabeça o tipo de peixe que podia estar ali, (...) indo a rede a 100, 200 metros de profundidade, hoje estão pescando no

profundo de 1000 a 2000 metros de profundidade, ou mais. E o peixe tem hoje uma oportunidade que eu nunca tive, viaja de avião.”



Figura 05 – Praia de Itaipava, barcos, crianças.

“É muito difícil de explicar porque a pesca em Itaipava deu tão certo, (...) iniciou-se em uma canoa, de uma canoa passou para cinco canoas, de cinco canoas passou para um barquinho à vela e hoje está com barcos de conforto melhor do que tem a minha casa, então não tenho uma noção porque a gente produziu tão bem. Com a pequenez que tem Itaipava, hoje ela tem o privilégio de mandar o seu produto para outros países. (...) Eu não tenho uma explicação profunda pra dar dentro de 84 anos, dentro dos meus 84 anos (...)”

A maioria dos proprietários dos barcos existentes na localidade é de Itaipava e a economia é reconhecidamente dependente da pesca. Lançando assim as bases da configuração atual e implementando a marca: pescadores profissionais qualificados; com interesse e investimento em tecnologia, arte de pesca, petrechos, embarcações, técnicas, etc.

A compreensão e a contextualização tornou-se o desafio, mas também tentou-se, em alguns momentos, problematizar, recorrendo e utilizando-se dos fatos da memória de “Seu Zuza” para os indícios, considerados elementos à busca do entendimento que inicialmente intrigante, gerando assim um propício cenário construído para a investigação.

3. A PAUTA DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS TRADICIONAIS

Para muitos autores a contradição entre a lógica de funcionamento do capital e da natureza e as ramificações econômicas, sociais e ambientais redefine papéis, estratégias e aumenta a estratificação dos lugares, inclusive das comunidades litorâneas tradicionais.

Antes, para “as sociedades pré-capitalistas, o crescimento econômico e tecnológico era passível de controle social por meio de normas estabelecidas, [...] baseadas nas tradições, no poder metafísico das crenças, nos valores comunitários” (MELO, 2006, p. 85). Com o advento e constituição de uma complexa formação social de produção capitalista rompeu-se aquele processo, passando a reproduzir, a partir de então, a lógica do capital, sancionada pela concorrência econômica e por uma visão instrumental da realidade.

“Atualmente, há uma emergente mudança de paradigmas em evolução na sociedade, sendo preciso perceber o conjunto de valores que direciona nosso desenvolvimento econômico e nossa relação com o ambiente natural” (MATTOS et al., 2004: 9).

Nessa perspectiva do desenvolvimento socioeconômico no capitalismo, passa a existir o propósito da sustentabilidade que é, contudo, a referência comum entre alguns dos autores dedicados ao estudo da inter-relação entre sociedade e meio ambiente e sua consequente degradação. Tornando-se plausível justificar nesse sistema que os seus custos fazem parte de seu próprio funcionamento.

Para tanto, as formas existentes dessa degradação ocasionadas pelas dinâmicas dos interesses econômicos e poder político de um lado, e o surgimento bem sucedido de movimentos e de ações ambientalistas de outro, ajudam a criar redefinições das concepções existentes e transformá-las de acordo com as tendências sociais manifestas, como também determinar as condições para a orientação das políticas ambientais.

Contudo, não há dúvida de que os vários níveis estabelecidos deste processo conduziram para a noção de bem e mal-estar necessários para o estabelecimento das sociedades humanas hoje, a uma desafiante trajetória de sustentabilidade (SACHS, 2000), tendo na “eficiência econômica, associada à eficácia social e ambiental, [a] melhoria da qualidade de vida das populações atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras, [assim, a constituição do] padrão normativo” (MONTIBELLER FILHO, 2004: 19).

Nesse contexto, como se situam as comunidades, as pequenas vilas, os distritos e agrupamentos litorâneos tradicionais ante essas “mudanças”? Como estão organizados os grupos sociais, as entidades e os representantes desses lugares, ou mesmo nesses microlugares distribuídos num domínio maior, cada vez mais estratificado? Qual a dimensão de localidade? Ou o que pode ser considerado local? Essas são considerações meramente teóricas, desvinculadas da realidade cotidiana dessas comunidades e de suas organizações? Quais são os pressupostos tradicionais desses lugares “localizados”, denominados comunidades litorâneas à luz das transformações macroeconômicas e políticas?

Para as respostas possíveis a essas perguntas, no cenário descrito, é pretensão que o foco de análise caminhe progressivamente para as comunidades litorâneas tradicionais, seja pelo *locus* em que a ação irá se processar, seja no plano da tradição da análise socioambiental, como também nos aspectos do controle dos espaços, dos processos e dos constrangimentos mais importantes para os nossos atores.

Com esses objetivos, serão enfatizados referenciais que tratam dos pequenos grupos sociais localizados em espaços geográficos determinados, problematizando até que ponto estes espaços sociais se encontram em transição e as implicações para os indivíduos externos e internos que promovem intervenções nesses agrupamentos, estando eles inseridos em um complexo e dinâmico sistema de produção pesqueira.

O resultado dessa construção está inserido na denominada organização social, ou seja, “no arranjo de conjunto, de uma combinatória de vários elementos (indivíduos ou grupos, por exemplo) na medida que esse arranjo e essa combinatória os constituam neles mesmos uma unidade identificável possuindo caracteres próprios, diferente da soma dos caracteres de seus elementos constituintes”¹³ (CAZENEUVE, 1976: 13).

Para tanto, a dimensão de localidade aqui presente, ou mesmo o considerado “local”, é entendida quando considerada como o espaço para os grupos sociais atuarem, possibilitando uma aprendizagem e uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes. Isso por considerar a atividade pesqueira artesanal promotora de compartilhamentos, de mesmas crenças e ideais, tornando possível a “investigação de uma tênue e equilibrada ligação da população residente do distrito de Itaipava às principais

¹³ Tradução própria. Cf. CAZENEUVE, 1976.

atividades relacionadas” (SOUSA, 2007: 4), proporcionada, muitas vezes, em virtude dos aspectos que permeiam características comuns, sejam econômicas, sociais ou ambientais.

Consequentemente, as definições várias aqui elencadas e muitas vezes justapostas dizem respeito a categorias analíticas preferidas e estruturadas de acordo com a realidade social observada, para a interpretação de dados primários e secundários, mas, ao mesmo tempo não podendo ser adotadas de forma simplificada, sem considerar suas relações com o contexto em sua completude.

3.1. DAS OBSERVAÇÕES PROPOSTAS ELEVADAS À NOÇÃO DE COMUNIDADE

O uso consuetudinário da noção de comunidade, por exemplo, remete a valores, identidade e cultura compartilhada. Como propõe Marcus (1991)¹⁴, atualmente as identidades individuais e sociais não atendem mais às conotações de solidez e homogeneidade, sendo dispersas e múltiplas, e não são necessariamente atreladas ao lugar. E no caso, tal referência é explícita quando se trata dos “pescadores de Itaipava”, a diversificação dos perfis de pesca e habilidades multiespecíficas existentes mostra que ocorrem variadas formas de ocupação do território e exploração dos recursos naturais.

Para a compreensão de tais mecanismos cabe verificar a importância da análise das relações de força presentes na “comunidade”: o grau de pertencimento de gerações, distribuição e formas de poder. Isso significa contemplar a dinâmica interna e identificar os critérios adotados pelos grupos para sua diferenciação interna e também externa.

Assim, garantir a pluralidade das versões, refletindo sobre as relações entre pesquisador e seus interlocutores e identificação daqueles atores, homens e mulheres, nos quais os grupos confiam, e reconhecem como detentores de conhecimentos e elegem como seus representantes, podendo esses coincidir ou não com as lideranças que cumprem a tarefa de intermediar as relações entre os grupos locais e diferentes instituições.

¹⁴ Esse artigo trata dos dilemas da etnografia contemporânea que se vê obrigada, segundo o autor, a abandonar somente uma perspectiva de análise, que parte unicamente da experiência vivenciada em nível local, para procurar o atendimento de um ponto de vista global, colocando em discussão o modo como as identidades coletivas e individuais são negociadas nos lugares em que se realiza a pesquisa de campo. Cf. MARCUS, 1991.

As modalidades em que se travam essas relações exigem, para ser interpretada, uma comparação entre sistemas de significados das instituições e populações envolvidas. Essa tarefa implica uma análise histórica, indispensável para a compreensão do atual contexto – que seja atentar-se às transformações e desestruturações não ocorrendo de modo tão simples. Para alcançar essa compreensão, o mecanismo da realização do trabalho de campo tornou-se imprescindível, nunca deixando de ser uma experiência que nos atinge profundamente.

4. DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS

É consenso nos estudos, dados e históricos de gestão de pescarias marinhas a problemática tripartição envolvendo políticas públicas, tecnologia pesqueira, e o conhecimento sobre a sustentabilidade dos oceanos (CADDY; COCHRANE, 2001; McGOODWIN, 1990; PAIVA, 1997). Preocupações ante essa problemática concentraram esforços à conservação marinha, tendo sido esses, colocados, muitas vezes, como secundários quando deparados aos imperativos econômicos.

Entretanto, muitos dos países costeiros observaram declínio da produção e extinção de muitas espécies, percebendo assim a urgência em proteger e resguardar os estoques na busca da sustentabilidade da atividade, de considerável importância mundial, justamente por ser fonte geradora de alimentos, emprego e renda a vários segmentos econômicos (ARAGÃO; DIAS NETO, 1988; CNIO, 1998; SACHS, 2000; PAES, 2002).

Para isso diversos autores apropriaram-se do conceito de sustentabilidade para a preservação dos recursos florestais e pesqueiros (FLOETER, 2008). À época inicial da administração e regulação da atividade pesqueira, o conceito tornou-se sinônimo de estimativas de produção – verificação do potencial dos estoques a serem explorados, e capacidade de rendimento máximo (ou captura máxima) sustentável. E posteriormente, atrelada a essa definição, foi incluída a maximização dos benefícios econômicos e sociais das pescarias (BURKE et al., 1994; PAES, 2002).

Com a conseqüente diminuição dos estoques pesqueiros, a sobreexploração originou diversos conflitos entre setores da sociedade. Dentre alguns autores, McGoodwin (1990) constata que tais problemas nesse âmbito são comumente decorrentes de três fatores principais: exploração exagerada e desordenada dos recursos, sem um plano de gestão adequado; modernização das frotas, tornando-as mais eficientes na captura dos recursos; industrialização da pesca, instituindo uma hierarquia à atividade, aumentando assim diferenças sociais.

Esses são fatores comumente verificados nas regiões sem nenhuma forma de gerenciamento costeiro, sendo o acesso aos recursos mais fácil à população, ou seja, grande parte dos problemas da exploração descontrolada nas regiões litorâneas é causada pela inexistência de divisão ou gestão dos espaços disponíveis para a atividade extrativista, tal como ocorre com alguns recursos vivos em áreas continentais.

Para tanto há o consenso de propriedade de uso comum que ocasiona, geralmente, uma exploração insustentável dos recursos, engendrando, em alguns casos, uma estratégia exploratória conhecida como “nuvem de gafanhotos”, em que os pescadores exaurem os recursos naturais de uma área e migram para outras áreas ainda “inexploradas” (GORDON, 1998).

Outra estratégia exploratória trivial é conhecida como “Tragédia dos Comuns” (HARDIN, 1968 apud FEENY et al., 2001). Para essa estratégia, há a visão de que o recurso deve ser explorado na sua capacidade máxima, por cada pescador; do contrário outro o fará. Ocasionalmente nesse tipo de caso o seu esgotamento. Condição da problemática seguinte.

4.1. *COMMONS OU COMMON-POOL RESOURCES (CPRs)*

Conhecidos como *Commons ou Common-pool resources* na literatura em inglês, de onde vem a sigla CPRs –, ou mesmo como conhecidos em nossa literatura pela designação *Recursos de Uso Comum*, apresentam duas características distintas: a exclusão de usuários potenciais é difícil e cara, e o uso em comum do recurso envolve a subtração daquilo pertencente a todos. Com alguns exemplos, entendemos melhor o que nos parece tais características quando tratamos de CPRs.

Coloquemos supostamente um vasto território da floresta Amazônica ocupada por seringueiros, os quais extraem além da seringa, outros recursos de subsistência, como por exemplo, madeira para habitação e lenha para combustível – para cozinhar, animais e peixes para alimentação, e outras extrações consideradas necessárias à existência humana.

Devido à baixa densidade populacional em relação à área ocupada pelos recursos, é difícil controlar quem entra e sai dessa área, ou melhor, quem dela se utiliza para a extração desses recursos. Cercar toda a área ou colocar um número de fiscais que consigam controlar a entrada e saída de pessoas no espaço considerado é economicamente inviável, além disso, a região possui inúmeras entradas resultante do próprio processo de ocupação – picadas (trilhas) ou caminhos por terra e rios e igarapés – construindo assim cenários de difíceis condições a serem controlados.

Outro ponto a ser considerado é que o recurso imediato – a seringa extraída por um seringueiro deixa de estar disponível para outro. Da mesma forma, ao imaginar-se naquela

área uma possível população de 30 antas, quando um seringueiro abate uma delas para o consumo de sua família, sobra apenas 29 para outros seringueiros caçarem, tendo eles o mesmo objetivo.

Como podemos constatar nesse hipotético e simples exemplo, a floresta no caso, é um típico recurso de uso comum que apresenta a problemática da difícil exclusão de usuários potenciais e da subtração do todo. Outros exemplos de recursos geralmente considerados como CPRs, principalmente um em especial que estamos enfaticamente colocando para esta argumentação é o pescadeiro, e outros inúmeros como a atmosfera, águas subterrâneas, rios, terras de pastagem – como campina, e grandes áreas públicas – como os parques estaduais e federais.

Na atmosfera, o recurso é a qualidade do ar utilizado por todos. O problema da exclusão torna-se então o de evitar o despejo de poluentes nela. Quanto mais poluído o ar, menos ar puro resta para respirarmos. Ou seja, a degradação da qualidade do ar é resultado da dificuldade de excluir poluidores de um sistema complexo.

No caso de uma bacia hidrográfica, a problemática está no grande número de usuários e a relativa dificuldade de controlar a atividade de todos eles, como também os diferentes recursos coletados – como peixes, água para irrigação agrícola ou consumo rural e urbano, tornando o grande sistema de uma bacia hidrográfica em um sistema de CPRs.

Outra questão que vale salientar e afeta as bacias hidrográficas, sendo discutido de forma um pouco mais frequente, é a poluição hídrica. Dois exemplos para melhor ilustrar tal posicionamento, o primeiro está na contaminação pelo mercúrio dos rios da bacia amazônica, devido à mineração do ouro, o que vem causando altos índices de hidrocefalia nas populações ribeirinhas. O segundo exemplo está em relatos da contaminação por agrotóxicos usados na rizicultura na região do complexo lagunar de Laguna (SC), e na contaminação por resíduos da extração de carvão na mesma bacia. Esses resíduos tóxicos comprovadamente contaminam a população de pescadeiro do complexo lagunar e, por conseguinte, mesmo que indiretamente, a população que deles se alimentam.

Portanto, para a discussão de gerenciamento de recursos, especialistas orientam introduzir análises dos diferentes usos, tipos de ocupação, conflitos entre usuários dos recursos e legislação – assuntos pertinentes e obrigatórios à gestão de CPRs.

Devido a esses problemas, Hardin (1968) generalizou que a utilização de CPRs sem o controle efetivo pelo Estado ou pela propriedade privada levaria a “Tragédia dos Comuns”. Para considerarmos o seu raciocínio, utilizamos como base o cenário hipotético do próprio autor, uma comunidade de pastores na Inglaterra medieval, onde cada pastor possuía um número “x” de cabeças de ovelhas. Nesse cenário o autor argumentou sobre a racionalidade individual, onde cada pastor deveria decidir se aumentaria ou não o número de cabeças de animais num pasto de uso comum. O aumento do rebanho de um pastor ultrapassaria a capacidade de suporte do pasto, levando-o à insustentabilidade. Ou seja, a decisão de cada pastor seria então aumentar o rebanho, lucrar mais em curto prazo e deixar de ter esta fonte de renda a longo prazo, ou manter o rebanho, retirando uma renda menor por um período maior. Se cada pastor tentasse a otimização de seu retorno, pela racionalidade individual, ao aumentar o rebanho, o pastor extrairia – isto é, lucraria com animais extras, mas pagaria somente uma fração do custo da degradação da pastagem.

Mas Hardin (1968) não considerou a possibilidade de regras autoimpostas pelos usuários, baseadas em normas locais, prováveis de se emergir. Supostamente, o controle efetivo para os pastores não aumentarem o rebanho só poderia ser feito por coerção. Além disso, conjecturou-se também regras efetivas de uso e acesso sendo criadas somente pelo Estado. Instituições informais e não governamentais não seriam capazes de condução da gestão do recurso. Com isso, o autor concluiu que uma gestão efetiva de CPRs só poderia ser conduzida pelo Estado ou por meio da privatização do recurso. E o livre acesso aos CPRs levaria incondicionalmente a grande tragédia.

O observado na prática, no entanto, é que nem sempre isso é uma sentença. Estudos de casos realizados desde o início da década de 80 têm demonstrado falhas na gestão estatal e privada podendo levar a insustentabilidade do uso de CPRs. Além disso, outros estudos, principalmente com grupos de populações tradicionais, demonstraram a capacidade de se organizarem, de criarem e de manterem instituições de gestão sustentável por longos períodos. Como exemplo, o Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ), no tocante ao manejo de recursos naturais em “Sistemas Abertos” na Amazônia.

Observamos, então, equívocos cometidos por Hardin (1968) e outros, quando tratavam de entendimentos sobre livre acesso com gestão comunitária (ou comunal) dos CPRs. Quando uma reanálise da “Tragédia dos Comuns” foi realizada por alguns cientistas, tais como Berkes (1989), McCay e Acheson (1990), Ostrom (1990), Feeny et al. (2001), chegou-se a

pressupostos que os CPRs podem ser geridos sob quatro formas puras de regime de apropriação: a propriedade privada, a propriedade estatal, a propriedade comunal e o livre acesso. Na realidade, os recursos são geralmente geridos sob regimes mistos, como por exemplo, os acordos de cogerenciamento (também conhecidos enquanto gestão colaborativa ou comanejo), em que a responsabilidade sobre a gestão é compartilhada entre os usuários e governo.

Saber qual desses regimes ou mistura de regimes é a mais apropriada para a sustentabilidade dos recursos e dos grupos usuários, depende de diversas variáveis que influenciam a gestão desses recursos e dos critérios utilizados para avaliar o desempenho de cada regime. Berkes (1989), por exemplo, utiliza dois critérios: o da efetiva exclusão de populações usuárias potenciais e o da regulamentação eficiente do uso dos recursos e usuários.

Outros critérios incluem a sustentabilidade ecológica, a eficiência no uso dos recursos, a equidade na alocação dos benefícios gerados pelo recurso, do apoderamento dos grupos usuários, a segurança de subsistência a esses, e a capacidade adaptativa das instituições responsáveis pela gestão.

Com relação ao critério de exclusão, observa-se que em sistemas de livre acesso, não há mecanismos efetivos de exclusão e, portanto, o sistema é insustentável ao longo prazo. Já no caso tanto da propriedade privada como da propriedade estatal, verifica-se pelos menos dois mecanismos importantes de exclusão. Primeiro, a fiscalização – não sendo raro, por exemplo, ouvirmos falar de ‘capangas’ que vigiam terras privadas como fazendas –, da mesma forma guardas florestais e polícia ambiental fiscalizando um reserva estadual ou parque nacional, por exemplo. Um segundo mecanismo é a legitimação – reconhecimento da propriedade privada ou estatal –, pela comunidade local ao seu redor (e às vezes em sua área). Sem essa legitimação diversas intrusões não previstas – isto é, roubo de recursos pela própria comunidade local – tornam-se um problema, definindo muitas áreas de propriedade públicas efetivamente operacionalizadas como de livre acesso.

No caso da propriedade comunal um importante mecanismo de exclusão é o reconhecimento legal –, isto é, pelo estado do regime comunitário; fazendo as populações usuárias potenciais recearem em utilizar certo recurso para não cometerem uma infração. Quando tal reconhecimento legal não ocorre, outros mecanismos de exclusão são utilizados pela comunidade local como sanções sociais e ameaças, inclusive em posse de armas. O

problema que ocorre nessa composição é, geralmente, o rompimento de tais mecanismos de exclusão, ou seja, deixam de ser efetivos frente ao crescimento populacional, às mudanças tecnológicas – outro exemplo é a introdução de instrumentos mais eficientes de coleta de recursos e as mudanças econômicas como a abertura de novos mercados.

Quanto ao critério de regulamentação de uso dos recursos e de seus usuários, observa-se, no sistema de livre acesso, a inexistência de regras definidas – tudo é permitido – e essa situação leva à insustentabilidade. Enquanto isso, na propriedade privada, os proprietários possuem incentivos econômicos para gerir o recurso, pois ambos os custos e benefícios da gestão cabem a ele, mas esses incentivos não garantem o uso sustentável. Logo, verifica-se a emergente necessidade de haver um balanço entre incentivos econômicos e conservação biológica para a sustentabilidade da gestão.

A gestão da propriedade estatal, em geral, envolve muitas regras, sendo algumas bastante complexas, causando confusão em diversos casos. O excesso de regras e a falta de fiscalização efetiva dessa levam à insustentabilidade da gestão. Mesmo assim, há exceções. Mas, quando formulações e propostas para a condução da gestão comunitária elegem categorias de sustentabilidade são necessárias regras locais claras e bem definidas e fáceis de serem fiscalizadas.

No entanto, a gestão de CPRs envolve outras variáveis. Primeiramente a gestão de CPRs trabalha com dois sistemas interligados: o sistema social, ou socioeconômico, e o sistema ecológico, o ecossistema. A análise das interações entre esses enfoca principalmente as instituições de gestão – as então responsáveis por mecanismo como regras de acesso e regimes de apropriação –, e o conhecimento, seja ele científico ou o conhecimento ecológico local – isto é, o conhecimento que os usuários do recurso possuem sobre o ecossistema que exploram.

A gestão de CPRs pressupõe dinamismo e, portanto, as instituições adaptam-se ou não, conforme ocorrem mudanças no sistema ecológico e vice-versa. Existindo assim interações de *feedback* e adaptação entre os sistemas social e ecológico.

Devido a essa dinâmica de interação entre os sistemas social e ecológico, instituições de gerenciamento de CPRs consideram as seguintes variáveis: as características do sistema de recursos, como o tamanho, fronteiras, mobilidade, estocagem, previsibilidade; as características das populações usuárias, como tamanho, normas internas, experiências, líderes,

heterogeneidade; a relação entre o sistema de recurso e usuários incluindo a dependência sobre o recurso, sobreposição de área, alocação de benefícios, e relação de demanda pelo recurso.

O levantamento dessas questões que envolvem CPRs e da configuração dos arranjos institucionais para a efetiva formatação, como as regras de uso e acesso, as regras sobre tomada de decisão, as formas de fiscalização e de punições são fatores imprescindíveis a serem mapeados quando tratamos do discurso que alude à gestão, como também as considerações sobre a relação entre o sistema de recursos e as instituições como a relação entre esforço de coleta permitido pelas instituições reguladoras e a taxa de regeneração do recurso.

Outras variáveis também dizem respeito ao ambiente externo, ou seja, a introdução de novas tecnologias no sistema, a influência de mercados externos e de outras instituições governamentais que não as diretamente envolvidas na gestão do recurso. E não há dúvida da existência de outras variáveis a serem analisadas, mas essas questões levantadas já trazem uma boa ideia da problemática da gestão de CPRs e dos pontos a serem considerados no planejamento de novas políticas de gestão.

4.2. DA “*TRAGÉDIA DOS COMUNS*” PARA O CASO AO AVESSO: ITAIPAVA-ES

De volta ao contexto da pesca constata-se na literatura que apesar da existência de legislação sobre concessões de licenças, há livre acesso aos recursos pesqueiros, com ressalva às poucas exceções. Contudo, alguns autores ilustram casos de ineficiência da legislação, devido, dentre outros fatores, à elaboração de planos de gerenciamento sem a participação e apoio das comunidades envolvidas. Ressalta-se que, como vimos outrora nas ponderações sobre os mecanismos de gestão, essa alternativa não é a única para a utilização e regulamentação dos recursos pesqueiros.

Alguns pesquisadores e gestores, quando apontam conclusões sobre o estado dos estoques explorados, principalmente quando sobreexplorados e sua consequente decisão sobre a proibição, nem sempre contemplam as populações usuárias, chegando sequer a convencê-las da necessidade de serem tomadas fortes medidas de restrição às atividades. Desse modo, proteger os estoques passa a ser motivo de conflito entre os atores dependentes e tomadores

de decisão no âmbito das instituições reguladoras, quase sempre alinhadas às conclusões da ciência (CNIO, 1998; MARRUL FILHO, 2001).

Contudo, alguns modelos de gestão atualmente propostos no país buscam diminuir esses impactos, considerando informações tecnológicas, sociais e ambientais. Modelos que deslumbram a sustentabilidade, a conservação dos recursos e o aumento da produção, tornando-se, em alguns casos, ambíguos, causando muitos entraves e dificuldades para os atores diretamente envolvidos.

Os entraves e as possíveis dificuldades apresentadas pelos modelos de gestão estão, muitas vezes, relacionados ao próprio caráter regulador desses, ao se referir à legislação e por ser um instrumento normatizador. Para tanto, as políticas regulatórias definidas são muitas vezes específicas para um determinado espaço de atuação que atingem indivíduos e pequenos grupos de modo diferenciado, e não grandes parcelas da sociedade (AZEVEDO, 2003).

No entanto, as possíveis políticas regulatórias propostas pela então SEAP (2008) para a pesca de atuns e afins, não impacta de forma específica os grupos sociais de Itaipava. Algo a ser investigado, apesar de não compor este foco de análise, são os efeitos indiretos dessa política na competição entre os grupos regulados e os pescadores de Itaipava, não regulados.

A maneira como essa regulação impacta em custos para as grandes empresas e como essas se comportam ante o cenário, não incide sobre os pescadores profissionais de tradição oceânica; e esses, ao contrário, podem ter mais competitividade em termos de preço e em mercados específicos devido a não interferência direta desta política, no caso, a regulação, mas esta seria outra investigação.

Ante essas considerações, outras questões foram suscitadas para a continuidade desse estudo: na definição presente, amplamente divulgada e defendida por muitos autores, a sustentabilidade é um conceito multidimensional, em que as variáveis econômicas, sociais, e ambientais têm o mesmo peso? Quais os fatores impulsionadores da configuração atual da pesca na localidade de Itaipava? Como surgiram os elementos para o aparente e relativo sucesso da frota pesqueira e das pescarias? Os elementos são encontrados apenas na região?

Diferentemente das experiências relatadas por muitos autores sobre o esgotamento dos recursos pesqueiros e consequentes conflitos sociais, a localidade de Itaipava destoa do cenário pessimista das crises ambientais. E por isso, a atual regulação da pesca de atuns e

afins no país possibilita a formulação de políticas diferenciadas para a localidade? Isso acontece por se tratar de uma atividade pesqueira que envolve tecnologias mais sofisticadas e segmentos sociais diferenciados? Quais são as possibilidades e os constrangimentos ante o formato das instituições e atores inseridos neste sistema?

Para responder a essas questões torna-se necessário compreender a configuração da comunidade, como também o posicionamento dos atores nela inseridos. Isso nos permite entender a lógica da situação dos atores envolvidos com a problemática pesqueira e as consequências. Nesse caso, além da lógica da situação mencionada, as dimensões, os aspectos, os entendimentos e os significados para os atores também vão nos permitir entender suas diferentes racionalidades, utilizadas na interação com os demais atores, sejam esses agentes externos ou instituições.

Com o objetivo de buscar auxílio para tais questionamentos, o trabalho concentrou-se na análise de algumas teorias relacionadas, tratando-se, para tanto, na segunda parte seguindo-se com um estudo bibliográfico do ponto de vista metodológico.

SEGUNDA PARTE

5. DAS TRANSFORMAÇÕES DE COMUNIDADES LITORÂNEAS TRADICIONAIS

Como referencial para a compreensão e análise teórica desta pesquisa adotou-se duas perspectivas sociológicas sustentadas em campos de localização correlatos. Centrada na estrutura e na dinâmica da vida social, o primeiro desses campos revela a partir das considerações de Peter L. Berger (1929 -) e Thomas Luckmann (1927 -), a corrente teórica da sociologia do conhecimento, dividida em duas subdisciplinas da sociologia. A primeira delas surgiu na Alemanha da década de 1920, introduzida pelos intelectuais Max Scheler (1874-1928) e Karl Mannheim (1893-1947), referenciada às Histórias das Ideias; e a segunda iniciada por Alfred Schütz (1899-1959), é reconhecida enquanto sociologia fenomenológica.

Demarcando o que há de social nos indivíduos e o que há dos indivíduos na sociedade, os autores buscam o entendimento da constituição de grupos sociais, suas identidades e o seu processo de construção. Processo dado pela interação com o mundo social, sendo responsável pela interiorização das estruturas sociais existentes.

Para esta contextualização, Berger (1986) reconhece a estrutura condicionando a ação, mas não é tão rígida. De certa maneira, os indivíduos estão presos a ela, seja pela economia, pela cultura, mas o processo de interação permite que estes sejam dotados de senso crítico e percebam este “aprisionamento”, sendo também acrescidos de reflexividade e responsabilidades para a promoção de mudanças.

O segundo campo de localização está voltado para a microsociologia de um dos fundadores da sociologia na Alemanha, Georg Simmel (1858-1918), centrada na epistemologia e na discussão dos fenômenos ao nível micro da sociedade e nos comportamentos individuais a partir da interação entre indivíduos (WAIZBORT, 2007).

Da díade¹⁵ – uma condição necessária para diversas formas da sociação –, empenhando o caráter de sua existência em apenas dois elementos, um dado de experiência

¹⁵ "O Indivíduo e a Díade", da coletânea *Homem e Sociedade*, organizada por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni em 1961. Trata-se de excerto do início da *Soziologie* de 1908 que é primeiro traduzido da coletânea organizada por Wolff (1950), *The Sociology of Georg Simmel*, por Robert Schwarz e cotejada com o alemão. Esta coletânea (192 p.) reúne 12 "textos" de Simmel, sete deles excertos da *Soziologie* de 1908, dois deles da pequena *Sociologia* de 1917, mais três outros textos. Cf. WAIZBORT, 2007.

cotidiana (WOLFF, 1950). À formação da sociação a partir de três membros, continuação do grupo ainda que um destes se perca – como exemplos famílias, e organizações de diversas espécies.

A constituição social dos indivíduos presente em ambas as perspectivas teóricas mostra-se como elemento chave para o entendimento da interação dos grupos sociais enquanto forma de comportamento que esses têm sob a vida social. O diálogo aqui proposto entre essas perspectivas sociológicas é um esforço que colabora para o entendimento da constituição dos agrupamentos humanos, da sociedade e de sua relativa continuação.

5.1. O CONTEXTO E O CONHECIMENTO NO COTIDIANO

A análise da realidade da vida cotidiana é compreendida pelo processo investigativo da fenomenologia apresentando “uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 1985: 35), através da compreensão das relações sociais.

O mundo da vida cotidiana é dotado de sentido, é originário no pensamento, refletido na ação e reconhecido como verdadeiro pelos indivíduos que dele fazem parte. Schütz (1979) esforça-se na incorporação de Max Weber (1999) e Simmel (1983) pelas concepções conferidas por esses autores ao sentido dado à ação, não da ação instrumentalizada, mas da ação compreensiva, envolvida pela linguagem, entendida para a fundamentação da vida cotidiana.

A fenomenologia trata da intencionalidade da consciência humana, “sempre ‘tendendo para’ ou é dirigida para objetos” (BERGER; LUCKMANN, 1985: 37), dos fenômenos apresentados à percepção, sendo reconhecida como descritiva, trata das experiências empíricas admitidas como certas na vida cotidiana.

O mundo social do cotidiano se constitui da “realidade social das pessoas que nela vivem. A pessoa nasce num mundo existente antes de seu nascimento e que, logo de partida, não é um mundo simplesmente físico, mas também um mundo sociocultural” (SCHUTZ, 1979: 79). Permitindo comparação e transição aos outros mundos não experimentados cotidianamente, mas admitidos como existentes.

O mundo propriamente apreendido e associado pelas delimitações demográficas, econômicas, culturais, sociais e políticas permite o sentimento de pertencimento em relação aos outros, tendo a linguagem enquanto estruturante da ação e determinante das significações intersubjetivas dos objetos e da teia das relações humanas. Criando dentro desses limites a linguagem comum, através de um sistema de tipificações objetivando as experiências individuais da vida cotidiana, distorcendo, por conseguinte “a realidade dessas, logo assim que começo a usar a linguagem comum para interpretar, isto é, ‘traduzir’ as experiências não pertencentes à vida cotidiana na realidade suprema da vida diária” (BERGER; LUCKMANN, 1985: 43-44).

Esse sistema de tipificações é responsável pela realidade do mundo da vida ser compartilhada com outros, resultando no processo de interação social e trocas recíprocas, permitindo assim negociações, barganhas, acordos, contratos, situações típicas, como constatadas por Simmel (1983), e ressaltadas pelos sentimentos que conduzem os indivíduos ao lidar com as possibilidades desta realidade,

[...] na situação face a face, [onde] o outro é apreendido por mim num vívido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vívido presente sou apreendido por ele. Meu ‘aqui e agora’ e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto a situação dura face a face. [...] Todas as minhas expressões orientam-se na direção dele e vice-versa e esta contínua reciprocidade de atos expressivos é simultaneamente acessível a nós ambos. Isso significa que na situação face a face a subjetividade do outro me é acessível mediante o máximo de sintomas. [...] Nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da subjetividade presentes na situação face a face. Somente aqui a subjetividade do outro é expressivamente ‘próxima’. Todas as outras formas de relacionamento com o outro são, em graus variáveis, ‘remotas’ (BERGER; LUCKMANN, 1985: 47).

Essa subjetividade das expressões conduz às objetivações, manifestadas, sejam em forma dos resultados, produtos gerados ou mesmo nos produtores da interação, entre os indivíduos do mundo comum. Ou seja, as objetivações não são dadas *a priori*, mas é uma construção sobre, a partir dos indivíduos que as vivenciam, criando opiniões e formações, disponibilizadas por esses sistemas de significações, e reveladas enquanto códigos de sociabilidade presentes todo o tempo na vida cotidiana.

O universo cotidiano, além de ser um universo social, é também de sociabilidade. Para Simmel (1983: 58) “nem a fome, nem o amor, nem o trabalho [...] são por si mesmos de natureza social; contudo é o próprio fato da sociação que dá a todas essas coisas a sua

realidade”. O conceito de sociação será explicitado mais adiante, embora tenha sido aqui necessário para enfatizar a existência de níveis de sociabilidade.

Esses níveis ligam os sistemas de significação da vida social, ou seja, os indivíduos se ancoram para viver o mundo da vida. De certo modo, o entendimento dessa ancoragem do universo cotidiano só se torna possível se mediado com o próprio, como se fosse um constructo, a partir de um objeto e da interação com ele.

A linguagem é o mecanismo existente para a interação com o universo cotidiano, podendo ser tanto a linguagem verbal, quanto a não verbal. É na linguagem “[...] continuamente acessível a mim, ao mesmo tempo torna-se assim alcançável pelo outro, [...] faz ‘mais real’ minha subjetividade não somente para meu interlocutor, mas também para mim mesmo (BERGER; LUCKMANN, 1985: 58). Podendo ser entendida como “correia de transmissão” da vida social e sem a qual não há sociedade. Sendo dominada pelos indivíduos a partir da socialização recebida, na realidade externa e coercitiva, permeada de significados, dando sentido às suas ações presentes e futuras, sendo partilhada, da mesma maneira, por outros.

A interação entre os indivíduos e entre o meio é objetivada a partir do senso comum e da vida cotidiana. Objetivação formada por uma série de jogos dos sistemas de significação, já explicitados. O lugar dessa objetivação é determinante para as vicissitudes e regras construídas. Não representando a formação desses indivíduos ali localizados, mas contribuindo de forma substancial às suas personalidades, *a priori* caracterizada por um tipo de sociabilidade, podendo ser resultante dos processos culturais onde estão inseridos, demarcando assim a postura deles na sociedade.

Os indivíduos possuem plena consciência do mundo onde vivem, e só internalizam e legitimam esta realidade por meio da vida cotidiana, a partir do reconhecimento desta consciência por meio da interação, dotada de valores subjetivos, dos universos tipificados, permitindo assim definir quem pertence ou não aos seus agrupamentos.

Para Weber (1999) e Simmel (1983), o sistema de tipificações se dá por meio do processo de interação, fora dele esse sistema não existe. Lembrando ser somente com a linguagem o possível jogo de referências que os indivíduos dominam, sendo conhecido, familiarizado, socializado.

Portanto, a noção de pertencimento às realidades compartilhadas a partir dos sistemas de tipificação é resultado das configurações originárias e determinantes à configuração dos grupos. Os grupos são caracterizados por formações de indivíduos, compartilhando nessas os contextos, as instituições, o estabelecimento da posição social, sejam ocupacionais ou pelo estilo de vida, localização espacial, etc; como também leva à formação de “uma concepção relativamente natural do mundo comum. [...] Essa aceitação de um sistema comum de relevâncias leva os membros do grupo a uma autotipificação homogênea” (SCHUTZ, 1979: 82).

Muitas dessas são encontradas em localidades isoladas, nas pequenas vilas e distritos, e servem para caracterizar os agrupamentos, abrigar e integrar seus indivíduos. Servindo também, para alguns desses, como referencial de vida. Portanto, os grupos sociais existem onde quer que vários de seus membros entrem em interação social.

5.2. DA CONSTITUIÇÃO DE COMUNIDADES LITORÂNEAS TRADICIONAIS

Os representantes da sociologia fenomenológica enfrentaram as singularidades presentes na realidade da vida cotidiana, no tempo em que Simmel preocupou-se com as singularidades dos processos, e dos círculos sociais contínuos, a partir da dotação dos grupos. Embora reconheça a constituição das personalidades individuais como sendo responsável para as formações dos mesmos.

Por meio da formatação metodológica da forma e do conteúdo, torna-se possível entender como os indivíduos se manifestam ante os agrupamentos, resultando da forma, o processo. As formas sociais são as experiências vividas, só as compreendendo a partir das ações individuais. Retomando assim para a construção social da realidade da vida cotidiana, determinante destas estruturas de significação e linguagem, responsáveis, por sua vez, pela estrutura da ação.

A estrutura não deve ser pensada aqui, funcionando por si mesma, pois essa somente existe enquanto reflexo da ação. A ideia é construída, determinada e legitimada como padrão por ser assimilada conscientemente num jogo de interação em que a sociedade existe no indivíduo e o indivíduo na sociedade (BERGER, 1986). Não importando para a análise a ação

deliberada, mas sim, como parte de um processo de assimilação utilizando a própria estrutura para se referenciar e compartilhar.

“As formas que tomam os grupos de homens, unidos para viver uns ao lado dos outros, ou uns para os outros, ou então uns com os outros” (SIMMEL, 1983: 47) configuram a vida em sociedade, conceito estendido à configuração do “complexo dos indivíduos e dos grupos unidos numa mesma comunidade política. [Mais que] numa sociedade, [esta configuração está] em toda a parte onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira” (SIMMEL, 1983: 48).

Essas formas são resultantes da sociação (sociabilidades, interação social) atendendo a aspectos de mesmo ato – separação e reaproximação, e associação e dissociação da vida cotidiana, ou seja, compreensão de um fluxo contínuo, singular e microanalítico.

Assim como os grupos litorâneos tradicionais já definidos aqui pela dinâmica de territorialidade, sendo adotados e caracterizados, de acordo com o surgimento e articulação das diferentes formas de organização da produção historicamente presente nas sociedades pré-capitalistas como pequena produção mercantil simples, sendo gradativamente separados das condições naturais da produção, refletindo para o desenvolvimento das atuais e avançadas relações de produção capitalista.

Diante dessas mudanças sistemáticas, as comunidades litorâneas caracterizadas como grupos isolados e tradicionais não estão isentos das novas formações macroscópicas e das externalidades, não permitindo uma fácil intervenção e suposta delimitação de suas fronteiras. Caracterizando assim uma complexa representação da trajetória das transformações, ou seja, uma desestruturação da pequena produção mercantil simples.

Para um melhor entendimento, algumas características importantes serão traçadas para o esforço de tipificar os processos de transformação sofridos pela comunidade pesqueira de Itaipava, centrando nas possíveis variáveis que afetam a sua constituição, seus ritmos de vida, seus modos de trabalho, como também a realidade da vida cotidiana.

Nos sistemas pré-capitalistas como já supracitado em tópicos anteriores, as configurações eram remetidas a uma produção mercantil simples, em que as condições dadas tinham por base as tradições, os sistemas de tipificações pouco mutáveis, o domínio e conhecimento do poder metafísico das crenças, dos valores comunitários responsáveis pela

unidade de um todo de significações da realidade da vida cotidiana, sendo detentores das “forças conservadoras”, que conseguia manter unidos os elementos necessários para a conservação dos grupos e suas continuidades anteriormente definidas, no caso, territorialmente. Condições reconhecidas quando este resultado

[...] é obtido através da supressão do indivíduo; seu papel pessoal é, com efeito, relegado a segundo plano pelas funções que ele preenche como representante e continuador do grupo. Pois a sociedade corre maiores riscos na medida em que depende, tanto mais, da efêmera individualidade de seus membros. Inversamente, quanto mais o indivíduo for impessoal e anônimo, mais estará, também, apto a tomar simplesmente o lugar de outro e a assegurar, desse modo, a conservação ininterrupta da personalidade coletiva (SIMMEL, 1983: 53).

Os espaços dos grupos litorâneos tradicionais demonstram toda uma forma de organização da produção dos territórios desestruturada. Não a atividade pesqueira em si exercida anteriormente que desaparece, e sim uma forma de existência, os modos de vida e suas conseqüentes interações, agora transformados, conformando as estruturas, aqui ilustradas de forma caricaturada propositalmente, sendo objetivadas em tópicos para uma melhor assimilação e construção de um pressuposto cenário. No qual:

1. Os grupos se definiam através dos marcos físicos e geográficos mutuamente reconhecidos entre os indivíduos neles integrados, pois localizavam nestes espaços definidos todas as unidades sociais próximas às suas casas;
2. O espaço físico e geográfico desses grupos assumia um valor importante. Seus membros formulavam fortes vínculos com esse espaço. Suas identidades e segurança estavam inter-relacionadas com a integridade e a proteção do bem-estar desse local físico, a cooperação se ampliava e dava origem a mutirões;
3. Era mais fácil anteriormente tentar definir seus limites, fronteiras ou quem pertencia ou não a esses grupos. Pertencer foi, na maioria das vezes, definido por nascimento, por família, por reconhecimento comum entre seus membros;
4. Novos membros, para serem considerados como sendo integrantes dos grupos, precisavam estabelecer relações com os mais antigos, em primeiro lugar, para poder permanecer neles, e eventualmente, para receber aceitação dos outros integrantes;
5. Os conflitos nos grupos, muitas vezes, resultavam na expulsão social ou física de quem transgredia as normas, regras ou leis. A rejeição e a expulsão desses membros eram consideradas como uma das maiores punições possíveis a ser sofrida;

6. Mesmo com o aumento e a intensidade da interação entre outros grupos e seus membros, mesmo externos, era considerado importante manter as identidades, as diferenças e os vínculos com os agrupamentos de origem;
7. O poder e sua distribuição entre os membros tiveram sempre fortes raízes históricas e culturais. O poder financeiro era independente dos poderes reconhecidos como legítimos pelos grupos, e possuía uma forma de remuneração muito simples, não garantindo, por sua vez, o poder político, embora o mesmo pudesse ser exercido paralelamente.

Ainda na configuração desses grupos, verificavam-se indivíduos das mesmas unidades familiares e conhecidos. Em ambos os casos, no entanto, provinham do grupo doméstico, familiar, entendido como um sistema de relações sociais baseado no princípio da residência comum refletindo e garantindo o processo produtivo. Por isso, nesse tipo de organização social, o pólo de organização de capital, ainda que possivelmente reduzido, não se encontrava nas mãos dos seus produtores, mas eram apropriados pelos atravessadores, comerciantes.

Como não se tratava de uma economia de autossustentação, mesmo sendo ocasionais os contatos com o mercado, a reprodução dos meios de produção já passava pelos atravessadores de mercadorias mais ‘urbanos’, intermediários, com quem esses indivíduos interagiam para a realização das trocas de itens essenciais à subsistência, sentindo-se assim, cada vez mais pressionados a produzir e satisfazer necessidades outras devido às intervenções externas.

E com desenvolvimento das atuais e avançadas relações de produção capitalista, a forma social de produção configurada anteriormente alcançou uma ruptura, proporcionando, de modo fortuito, as discontinuidades das habilidades dos indivíduos para a modificação e manipulação do ambiente físico, dos meios de comunicação, e as transformações das atividades econômicas alteraram substancialmente o processo de constituição desses grupos, sua composição e suas funções.

Muitos sociólogos e outros investigadores sociais dataram e acompanharam a perda de sentido dessas configurações nos processos de crescimento e urbanização acelerada. Mas, as comunidades litorâneas tradicionais são identificadas, e permanecem conceitualmente constituídas geograficamente, culturalmente e socialmente, embora com necessárias e notórias ressalvas.

[...] a realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do 'aqui e agora' da situação face a face. Em um pólo do contínuo estão aqueles outros com os quais frequente e intensamente entro em ação recíproca em situações face a face, meu 'círculo interior', por assim dizer. No outro pólo estão abstrações inteiramente anônimas, que por sua própria natureza não podem nunca ser achadas em uma interação face a face. A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 1985: 52).

Para Simmel (1983) essas transformações são necessárias para os indivíduos se manterem em sociedade e pertencerem à dinâmica, permitindo aos não pertencentes e os que ainda puderem pertencer, seja por aproximação, distanciamento, competição ou subordinação a possibilidade às mudanças. Não podendo desconsiderar os conflitos sociais, que é parte mesma da constituição dessa unidade, surgindo nos momentos de crise, num intervalo entre dois momentos de harmonia, portanto, numa função positiva de superação das divergências.

A razão é que, quando as partes são raramente incitadas a tomar consciência de sua solidariedade e quando, em consequência, têm disso apenas um frágil sentimento, nada pode ser mais adequado para estimulá-lo do que esses choques e esses conflitos perpétuos, seguidos de perpétuas reconciliações. É da própria luta que nasce a unidade (SIMMEL, 1983: 56).

São contrastadas, no entanto, essas transformações das comunidades litorâneas tradicionais na dinâmica territorial. As superações dos processos anteriores foram motivadas por uma modificação da familiaridade dos processos de interação social. Agora, participando da economia de mercado, com maior ou menor intensidade.

O resultado inevitável, cristalizado como condições inerente às novas configurações, também colocadas de modo caricatural, é apresentado como tendências ilustrativas a fim de facilitar o entendimento e alcançar o propósito de observar a modificação dos processos e da regulação social. Por tudo isso:

1. O espaço físico, geográfico dos grupos é cada vez menos reconhecido e definido. A sua definição, às vezes, é externa ou sujeita cada vez mais às forças externas;
2. A identidade destes grupos tornou-se transitória, mais conectada aos indivíduos ou à situação imediata da convivência. O lugar físico antes reconhecido como legítimo já não tem mais importância, nem a segurança é mais relacionada ao local. Sendo até vivenciada por esses como um espaço desprotegido e perigoso;

3. Há cada vez mais mobilidade e alternância nos indivíduos e nos grupos. A aceitação ou não de novos integrantes pode ser importante ou não para os já relacionados e para os mais antigos. Ficando mais vulneráveis, ou seja, mais “abertos” que “fechados” à adesão de indivíduos externos;
4. Os conflitos nos grupos tornam-se cada vez mais comuns e mais visíveis. Os ‘transgressores’ das “normas” e “costumes” locais são evitados, ignorados ou até aceitos como desviantes. Tal importância ou isolamento é mínimo ou nenhum para os rejeitados;
5. A identidade ou o vínculo com os grupos locais pode ser transferido para outro espaço ou local territorial. Laços interpessoais e familiares são rompidos com mais naturalidade. Novas relações dentro e fora da localidade substituem relações antigas;
6. O poder pessoal existente dentro dos agrupamentos altera de acordo com o contexto das relações. E o poder financeiro e o político são intermesclados, sendo muitas vezes, determinantes no estabelecimento e distribuição do que seja o poder na localidade.

A passagem da produção localizada, centrada na obtenção de meios de subsistência, para a de mercadoria se fez sob a pressão externa –, a dos mercados. Nesse sentido, foi fundamental o papel do comércio ressaltado pelo modelo econômico vigente, no processo de dissolução da forma de reprodução baseada na produção de valores de uso.

Cabe ressaltar que o intuito dos referenciados quadros de mudança não é o de simplificar a análise do processo ao atribuir somente ao mercado a dissolução das formas anteriores da produção pesqueira pelas comunidades litorâneas, mas sim, compreender que o resultado desse processo depende do caráter antigo do modo de produção para o vigente.

No entanto, essas novas conformações e o papel dos indivíduos nesses espaços mostram que a constituição dos grupos litorâneos tradicionais foi transformada, a fim de remediar os efeitos causados pela sua estratificação e pelo sistema de tipificações, de acordo com as necessidades emergentes.

Agrupamentos que podem sim assumir características multifuncionais, mas essas precisam ser localizadas nos indivíduos e nas suas interações pertencentes ao processo de socialização. Se isso incluir algum território físico, definido ou não, como remetemos à realidade de Itaipava, essa será conquistada por uma outra definição de unidade e tantas outras definições próprias. Resgatadas pelas relevâncias dos espaços legítimos de interação, sejam estes, econômicos, culturais, sociais ou políticos.

6. SISTEMAS DE RELAÇÕES SOCIAIS E “EMBEDDENESS”

A descrição das microinterações que fundam as noções de confiança, reciprocidade e identidade de grupo é um recurso fundamental quando se postula um grau de “*embeddeness*”. Nos relatos e considerações até então apresentadas, objetivou-se a construção da trama de interação a partir de alguns postulados metodológicos da sociologia fenomenológica para o intento de agora construir o quadro analítico mais geral, neste capítulo, com a sociologia econômica que cobre os dois principais espaços e momentos do estudo que se seguirão: a relação dos pescadores de tradição oceânica para dentro (comunidade) e para fora (mercado).

A sociologia fenomenológica não é contraditória à sociologia econômica e o seu desdobramento. Durante muitos anos a forte separação entre a sociologia e a economia criou tipos de ação social onde essa era totalmente dependente dos determinismos contextuais, sejam de normas ou de indivíduos totalmente atomizados pensando de uma maneira puramente utilitária para a tomada de qualquer tipo de decisão. Uma multiplicidade de temas e objetos do mundo social mostrava que na realidade esta opção teórica não era pertinente. Os indivíduos não eram nem supersocializados como foi dito no primeiro exemplo, nem subsocializados como no mundo do mercado. Outra proposta surgiria, configurando um ambiente onde os atores estabeleceriam normas comportamentais constituindo reputações, confiança e propiciando ações coletivas, e interagindo fora desse ambiente poderiam fazer cálculos consequencialistas, como no modelo utilitário do mercado.

O conjunto dessas ideias deu impulsão à sociologia econômica na história recente e pode ser aqui evidenciada de uma forma resumida, na citação encontrada no livro de Philippe Steiner (2006), traduzido para o português com o título *A Sociologia Econômica*, em que os tradutores na apresentação à edição brasileira acordam:

o fenômeno mais importante das ciências sociais contemporâneas reside na aproximação de duas disciplinas básicas (a Economia e a Sociologia), que passaram a maior parte do século XX – desde a morte de Max Weber, até o início dos anos 1980 – de costas uma para a outra. As diferenças de estilo discursivo, de métodos de trabalho, de formas de organização comunitária e de fundamentos teóricos, não devem obscurecer uma convergência temática que vem levando ao surgimento de **problemas de pesquisa comuns**. Assimetria de informações, confiança, instituições, organizações formais e informais, capacidade de exigir o cumprimento de contratos, representações mentais dos atores como base de sua interação social, são temas que pertencem hoje às duas disciplinas e em cuja abordagem cada uma usa, de maneira crescente, os recursos da outra (ABRAMOVAY, 2005: 1, grifo do autor).

Tratando dos pescadores profissionais de Itaipava, da sua construção identitária, as dimensões de comunidade e de mercado estão fortemente presentes e inter-relacionadas, variáveis percebidas durante o trabalho de campo, conduzindo para a relevância da ligação analítica de uma sociologia que enfatiza a inserção do indivíduo em seu grupo e a lógica econômica da racionalidade instrumental que apresenta indivíduos autônomos decidindo em função das consequências de suas ações em um claro ambiente de mercado.

Em um artigo considerado clássico da sociologia econômica, de autoria de Mark Granovetter, publicado em meados da década de 80¹⁶, foi possível encontrar um conjunto de modelos e mecanismos pertinentes para o entendimento dessas relações. O argumento estabelecido pelo autor está na afirmativa – a que se consolidou e ficou conhecida por “*embeddeness*” – de que os comportamentos e as instituições são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido.

O autor analisa nesse artigo qual o limite alcançado pela ação econômica quando se trata das estruturas das relações sociais, no modelo de sociedade capitalista até agora enfatizado. Para tanto, a evolução da chamada construção de uma ‘imersão’ entre os autores, e de suas possíveis relações em ambientes típicos de mercado, tem que ser fundada em estratégias metodológicas onde não se pode “abstrair da história das relações e de sua posição relativamente a outras relações, chamado de ‘imersão histórica’” (GRANOVETTER, 2007: 7).

Fortemente influenciado por Simmel, Granovetter (2007) volta sua crítica para a lógica das tomadas de decisão atomizadas menos realista em relação ao conjunto de indivíduos – normalmente díades, ocasionalmente grupos maiores que não podem ser abstraídos da análise, pois o impacto da interação sobre a ação e decisão é fortemente relevante. Apesar disso, o autor critica a concepção supersocializada em quem os atores simplesmente agiriam segundo os papéis sociais determinados. Logo, os indivíduos teriam uma autonomia relativa a esses papéis. Como ainda é enfatizado,

uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um

¹⁶ Economic Action and Social Structure: The problem of embeddeness, publicado no American Journal of Sociology 91(3), p.481-510, 1985.

contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007: 8).

Sistemas de relações sociais complexos, para Granovetter (1985, 2007), constituem um conjunto de características específicas da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais. Um mesmo conjunto de fatores, ou muito próximo desse, é tratado por Robert D. Putnam (2007) quando ele apresenta o formador do Capital Social de uma sociedade.

6.1. DOS CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA

Para um melhor entendimento dos conceitos de Capital Social e confiança, a adoção de alguns autores contemporâneos do campo da teoria política foi necessária, visto que estão quase sempre retomando a discussão conceitual a fim de compreender as experiências de seus campos de estudo e para um melhor entendimento e análise das relações sociais, e seus conflitos inerentes. De acordo com as concepções de Alessandro Pizzorno (1975), Mancur Olson (1999) e Fábio Wanderley Reis (2000), tentaremos relacionar e contrapor suas principais vertentes com as de Robert D. Putnam, com referência à obra supracitada *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*.

Muitos teóricos de distintas correntes – tanto econômica quanto social – apresentam a Teoria dos Jogos como atuante e presente em muitas relações sociais, isso pela evidência da falta de cooperação e confiança mútuas. Robert D. Putnam (2007) traz à discussão as variáveis necessárias para a existência da cooperação e da confiança e apresenta novos argumentos que as tornam viáveis, gerando compromisso mútuo entre os indivíduos, resultando em um elevado grau de Capital Social – base necessária e imprescindível para um bom funcionamento e existência do associativismo no qual a adesão ao coletivo e a solidariedade prevalecem.

É entendido como certo para os autores supracitados que o altruísmo universal está descartado como o fator explicativo à junção dos grupos e o alcance de seus ideais coletivos. O rompimento com os autores pluralistas analíticos – Artur Bentley e David Truman, por exemplo –, fez-se necessário porque ressaltavam o caráter ubíquo e determinante dos grupos

de interesse na configuração dos sistemas e consideravam esses grupos de interesse como as forças básicas atuantes no sistema, no caso específico, o sistema político. Tais autores compartilhavam a opinião de a categoria interesse sempre se derivar da existência de alguma configuração grupal.

Pizzorno (1975) entende que os interesses privados e difusos dos indivíduos são de certa forma, canalizados, aglutinados e expressos por meio do conjunto de grupos associativos, organizativos. Ao contrário disso, tais grupos, ao se expressarem, transformam esses sistemas de interesses em sistemas de solidariedade. Logo, a motivação para participação e formação de grupos e associativismos seriam esses sistemas de solidariedade. E essa não se reforça somente pela ameaça de perder certos valores comuns, mas também revitalizam os fins coletivos, desde que os indivíduos membros se coloquem em pé de igualdade. O resultado dessa dinâmica é definido pelo autor enquanto áreas de igualdade.

Para Olson (1999) os indivíduos ou entidades particulares se movem sempre por objetivos próprios, sendo necessário coagi-los ou remunerá-los para o resultado de suas ações ser diverso do caos. Isso se deve ao postulado da racionalidade individual que não autoriza à conclusão sobre indivíduos com interesses comuns produzirem ações coletivas. Ao contrário, pelo menos onde estão envolvidos bens públicos, por exemplo, o postulado da racionalidade individual aponta para a tendência de os indivíduos se absterem de qualquer engajamento em ações coletivas destinadas à provisão daqueles bens.

O poder explicativo da argumentação desse autor, entretanto, não esclarece as grandes associações voluntárias e demais organizações que não utilizam a coerção nem os benefícios não coletivos para proverem afiliações. Sua análise mecanicista, pautada no racionalismo econômico, trata o benefício como algo quantificável economicamente. A ausência, em sua análise, de elementos socioculturais, reduz a complexidade de sua argumentação e não consegue explicar a totalidade das organizações. Contudo, seu exame é extremamente pertinente à crítica da teoria tradicional dos grupos sociais, embora não consiga avançar nas questões subjetivas que conferem afiliação por tradição e por identidade.

Ao passo que Reis (2000) assume uma postura seletiva ante esses dois últimos autores por confrontar dialeticamente a perspectiva sociológica convencional – atenta para o papel das normas – com a perspectiva baseada na escolha racional de interesses – em que o papel dos fatores de natureza cognitiva diz respeito às escolhas instrumentais. O autor reconhece o papel da coerção e dos incentivos seletivos – teoria olsoniana –, assim como a ação dos

sistemas de solidariedade, entendendo que tais sistemas subentendem sistemas de interesses – implicando em sistemas de valores comuns servindo a um conjunto de atores para valorar os resultados das ações recíprocas segundo vantagens comparadas.

Nessa perspectiva, Putnam (2007) se diferencia como teórico da ação coletiva por elevar a importância do Capital Social na análise das cooperativas de crédito encontrada no norte da Itália, pois esse capital se distingue dos demais tipos de capitais porque necessita ser gerado por outras atividades sociais, como exemplo notório e mais uma vez retomado propositalmente, as relações de confiança, promovendo, assim, a cooperação. O Capital Social facilita a cooperação espontânea, e de acordo com os estudos empíricos realizados em sociedades com um significativo grau desse capital, a cooperação está muito mais fundamentada na reciprocidade entre os participantes pela relação “face a face” e menos na ética de acordos mútuos. Independentemente de um terceiro ator – responsável pela punição e pela sanção – a reciprocidade criada entre esses indivíduos é transmitida às outras formas de relações e até mesmo para acordos futuros, sendo criados então os laços de confiança.

Como constatado pela experiência empírica no norte da Itália, a confiança está na base das relações sociais. Nas comunidades cívicas dessa região as instituições associativistas apresentaram elevado grau de eficiência. A explicação encontrada pelo autor está na gama de relações horizontais presentes. Sendo notório o progresso dessas – dado por meio da comunicação entre as pessoas gerando assim uma maior difusão da confiabilidade de cada um, fazendo elevar a confiança mútua, crescendo assim a cooperação, e resultando na elevação do capital social. A consequência foi a geração de círculos virtuosos. Isso levou o autor a concluir que o Capital Social, sendo então corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia.

Contudo, tanto a confiança e a reciprocidade quanto a dependência e a exploração podem manter unidas as sociedades, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional. Uma vez inseridas num desses contextos, os atores ‘racionalistas’ têm motivos para agir conforme suas regras. Mas, a partir das análises desse último autor, onde há comunidades cívicas, as instituições funcionam melhor que em lugares onde fazem uso somente da coerção. Nessas comunidades, o maior peso está na sanção moral para o transgressor, considerado como um ótimo colaborador para a promoção da solidariedade.

Outros autores renomados que também tratam do tema investigaram a dinâmica do Capital Social. Milani (2005: 19) sistematizou as referências mais conhecidas e as

conceituações, sendo útil aqui evidenciá-las, de acordo com o foco na definição e benefícios, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01 – Definições e benefícios do capital social segundo abordagem do autor

Autor	Definição	Benefícios
Robert Putnam (2007)	Refere-se aos aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos.	Resultam da simpatia de um indivíduo ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outro indivíduo ou grupo social.
Pierre Bourdieu (1980)	Trata do conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações e conhecimento mútuos.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
James Coleman (1990)	O Capital Social é definido pela sua função. Não é uma única entidade “ <i>entity</i> ”, mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social que facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro da estrutura social.	Resultam da simpatia de um indivíduo ou grupo social e do sentido de obrigação com relação ao outro indivíduo ou grupo social (os mesmos benefícios percebidos por Robert Putnam).
Mark Granovetter (1984;5)	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais “ <i>embeddeness</i> ”. As redes sociais são potencialmente criadoras de Capital Social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.	O Capital Social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

Fonte: Adaptado pela autora de <http://www.adm.ufba.br/milani/publicacoes.htm>. Acesso: 10 out. 2008.

As definições e os benefícios ora apresentados de Capital Social são abrangentes, mas necessários para o melhor entendimento das abordagens aqui adotadas como categorias de entendimento, mas essas, como se percebe apresentam, muitas vezes, os mesmos contornos quando situadas dentro de relacionamentos sociais, trazendo implicitamente a confiança e a cooperação como fator de geração desse referido conceito.

O contexto em que está inserida a comunidade do distrito de Itaipava confere com as relações ora formatadas na tabela acima como benefícios, sendo assim, tais definições contemplam a realidade observada durante o trabalho de campo quando tratamos do exercício da atividade pesqueira. Embora não estejam claramente delimitadas, essas definições são divisões descritivas e comumente utilizadas por muitos pesquisadores para a caracterização das variadas e distintas formas de relação social entre atores e instituições. Para tanto, estabelecer as relações dos grupos de pescadores artesanais de tradição oceânica evidenciando a natureza dos relacionamentos tornou-se o desafio, mas de acordo com as características até então relatadas, essas muitas classificações não passam de distintas articulações, que não deixam de refletir as relações coexistentes, e ao mesmo tempo convergentes.

Relações de confiança estabelecidas entre os indivíduos e instituições são processos extremamente complexos e delicados, e para entender um pouco melhor tais relações buscou-se a definição apresentada por Fukuyama (1996) no livro intitulado *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*, em que o autor a define como expectativas que surgem dentro de uma comunidade de comportamento regular, honesto e cooperativo, baseado em normas divididas comumente da função de outros membros da comunidade. E ainda reforçada na seguinte condicionante:

Se as pessoas que têm de trabalhar juntas numa empresa confiarem umas nas outras porque estão todas operando de acordo com um conjunto de normas éticas comuns, fazer negócios torna-se menos oneroso. Tal sociedade terá melhores condições de inovar organizacionalmente, uma vez que o alto grau de confiança permitirá que uma grande variedade de relacionamentos sociais emerja. [...] Em contraste, pessoas que não confiam umas nas outras acabarão cooperando somente num sistema de regras e regulamentos, que têm de ser negociados, acordados, litigados, e postos em vigor muitas vezes por meios coercitivos. Esse aparato legal, servindo de substituto da confiança, acarreta o que os economistas chamam de “custos transacionais”. Em outras palavras, a desconfiança generalizada no interior de uma sociedade impõe uma espécie de ônus sobre toda forma de atividade econômica, ônus que as sociedades de alto nível de confiança não têm de pagar (FUKUYAMA, 1996: 42-43).

Essa configuração permite aferir que grande parte dos segmentos envolvidos na atividade pesqueira da região sul do estado do Espírito Santo, possibilitada por numeráveis condições, permitiu o elevado grau de confiança, explicitadas na terceira parte do trabalho, em específico os grupos tratados aqui, verificadas a partir do conhecimento e reconhecimento conquistados como fator mediador da dinâmica da produção.

Contudo, tais relações não possuem capilaridade na esfera pública. De tal modo, grande parcela dos pescadores profissionais da localidade não é atuante na esfera política porque essa se reveste de um discurso tecnocrático, propositalmente, para a demarcação hierárquica de saberes. E a desqualificação do discurso é apresentada como uma estratégia de exclusão, notadamente com relação a estas populações, do campo decisório. Reservando então outras esferas de domínio.

TERCEIRA PARTE

7. ITAIPAVA E A ATIVIDADE PESQUEIRA

O Estado do Espírito Santo possui um litoral de 392 km, representando 5,3% da extensão do litoral brasileiro. A linha costeira está representada por 14 municípios; sendo 5 municípios pertencentes ao litoral sul do estado. Sendo eles, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy. Brevemente apresentamos algumas das características que norteiam essa região.

De forma descritiva, Itapemirim é famosa e lembrada pela imensidão dos canaviais, que continuam a testemunhar a produção do açúcar graças às décadas de presença de usinas que já apresentou trabalho escravo em suas plantações e também em sua biografia recente, somente após uma intensiva e constante atuação do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, fruto da iniciativa do Sindicato dos Cortadores de cana, esta realidade já não é tão frequente.

Marataízes é privilegiada por suas belezas naturais, possuindo 23 km de praias com areias brancas e mar aberto, e com um problema que prejudica o turismo na região, a erosão em 2,5 km desse litoral, fechando quiosques, pousadas, hotéis e restaurantes.

Anchieta é mais conhecida pelo passado religioso que faz parte da história da cidade, além das promessas de desenvolvimento econômico devido aos novos investimentos prometidos na área industrial.

Enquanto Guarapari é o balneário mais famoso e convidativo do Estado por atrair milhares de turistas durante os verões, embora tenha enfrentado dois grandes desafios: diminuir os índices de violência urbana e conter o crescimento desordenado.

Em Presidente Kennedy está também a riqueza que jorra por meio do petróleo que contrasta com a pobreza e carência da maioria da população do município.

Se aqui houvesse oportunidade seria contado como em um diário de viagem alguns ilustres acontecimentos que particularizam essa região, as conquistas observadas por meio de sua ocupação e história, delineando caminhos no sentido da melhoria de vida dos habitantes e discursos de desenvolvimentos, ora equivocados, ora acertivos, as marcas das histórias de vida das populações que ocupam a região sul seria o objeto de interesse, ou melhor, as

populações do litoral sul. Como não será possível tal pretensão, detemos a atenção a uma localidade onde tanta ênfase já foi dada.

Dentre todos listados, ao município de Itapemirim (Figura 06), ficou reservada uma particular ênfase, esse ocupa uma área de 557,16 km², situado a 122 km da capital do Estado. Apresenta uma população total de 30.833 residentes¹⁷ e densidade demográfica de 55.33 hab./Km². No município de Itapemirim a população residente (Tabela 02) está distribuída em quatro distritos (Itapemirim – sede, Itaipava, Itapecoá e Rio Muqui) e cinco povoados (Graúna, Jerusalém, Limão, São João, Campo Acima e Cabral).

O distrito de Itaipava possui uma população em torno de 9.000 habitantes, aproximadamente 33% da população do município. Contudo, a dinâmica populacional do distrito aponta uma considerável diferença entre a população urbana e rural, com respectivamente 90,1% e 9,9%. A região rural é representada economicamente pela agricultura e a região urbana, que corresponde principalmente à área litorânea, pela atividade pesqueira e turismo.

Tabela 02 – População residente no município de Itapemirim por distrito no ano de 2000.

Município/ Distrito	População		
	Total	Urbana	Rural
Itapemirim	28.121	16.142	11.992
Sede de Itapemirim	13.660	6.414	7.246
Itaipava	9.092	8.194	898
Itapecoá	1.727	30	1.399
Rio Muqui	3.776	1.504	2.449

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (Tabela adaptada pela autora).

No distrito, a vocação de sua população em quase sua totalidade está direcionada para a pesca oceânica, a “Frota de Itaipava” como é conhecida, tendo como principais pescados capturados o dourado e a albacora-laje, contribuindo para o Estado ser o maior responsável pela produção de dourado do Brasil no ano de 2006, com aproximadamente 2.907 toneladas, representando 35,7% da produção nacional, seguido pelos Estados do Rio de Janeiro (32,3%) e Bahia (11,3%) (SEAP, 2008).

O desembarque da produção em Itaipava é realizado diretamente na praia da enseada protegida por molhes, onde o pescado é transportado por carregadores manuais do barco até

¹⁷ Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2007.

os caminhões estacionados próximos a orla e/ou as câmaras frigoríficas localizadas próximas a área onde a maioria dos barcos fica ancorada.

Dos principais atuns e afins capturados no país em 2006, o distrito foi responsável pelo desembarque de 6,8% da produção nacional de espadarte e 23,06% de albacora-laje. (SEAP, 2008). Porém a frota de Itaipava também desembarca em outros Estados, tornando os dados de desembarque – estatística local subamostrada. A opção por desembarcar em locais fora do distrito se dá por alguns motivos, dentre os principais: 1) melhores estruturas para desembarque da produção e 2) proximidade de outros portos com áreas sazonais de pesca.

As capturas de dourado pela “Frota de Itaipava” tiveram forte impulso no final da década de 80, com o direcionamento da pesca para áreas da Bacia de Campos, onde além dos fatores ambientais favoráveis, há a grande presença de plataformas de petróleo que atuam como dispositivos de agregação de cardumes (REVIZEE/SCORE Central, 2005). Atualmente a safra e as áreas de pesca de dourado são mais amplas, com a frota acompanhando a migração sazonal dos cardumes da Bahia até Santa Catarina (SEAP, 2008).

Nesse sentido, a proximidade geográfica do litoral do Espírito Santo com as áreas de maior produtividade de espécies como o dourado, albacora-laje, espadarte e outros peixes pelágicos, associado com a habilidade e “vocação” da “Frota de Itaipava” para pescarias com anzol em zonas oceânicas refletem na produção desembarcada na região sul do estado.

Os atuais volumes capturados de espadarte e albacora-branca poderiam ser maiores se a “Frota de Itaipava” utilizasse técnicas de pesca mais apropriadas e dirigidas a essas espécies, (SEAP, 2008). Mas, as técnicas e estratégias são utilizadas, muitas vezes, de acordo com os cardumes encontrados, o que caracteriza uma pesca multivariada, aplicadas de acordo com o volume dos cardumes localizados, o que resulta de certa forma um maior esforço de pesca.

O que despertou o atual interesse da SEAP-PR pelo distrito de Itaipava, além das espécies capturadas, foi o dinamismo e atuação dessa “Frota” (Apêndice A) presente em quase todo o litoral brasileiro.



Figura 06 – Representação geográfica da costa do Espírito Santo mostrando a localização de algumas comunidades pesqueiras e as regiões a que pertencem. **Fonte:** Projeto Recos (modificado pela autora).

7.1. EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À PESCA E À VIDA EM GERAL

O trabalho de campo permitiu mais que a coleta de dados à compreensão da realidade pretendida, dentre as idas e vindas da localidade e entrevistas conseguidas, esse subitem apresenta uma entrevista, quase na íntegra, realizada com o mestre de embarcação Willian Pedro da Rocha, em 30/10/08. Longe de essa ser apropriada de modo secundário servindo para ilustrar o trabalho, pode ser considerada aqui como a própria fonte de pesquisa.

E a única garantia que podemos ter um fenômeno social corresponder à realidade da qual procuramos dar conta é a tentativa de apreender na experiência concreta de um ser humano aquilo que tem de único. “Não podemos então alcançar o sentido e a função de uma instituição se não formos capazes de reviver sua incidência através de uma consciência individual, consciência esta, parte da instituição e, portanto, do social” (LAPLANTINE, 1988: 90). Alcançando a pretensão dessa totalidade que só pode surgir na experiência dos indivíduos, temos uma comprovação, de fato, da época presente:

“Sou descendente de pescador. É tradição em nossa família. Meu pai desde cedo, tornou-se pescador, minha mãe é de uma família de agricultores. Mas morávamos no litoral. Meus tios também eram. Portanto, o meu hoje é o amanhã do meu filho.

Quando meu pai saía para o mar permanecia por lá, dias, até meses. Chegava e novamente retornava. A ansiedade, o medo, que permeia as famílias dos pescadores é constante e se assemelham, pois o que já me ocorreu, ocorre em todas as outras famílias: a longa e tenebrosa espera.

Comecei a me identificar com a pesca ao ouvir as histórias que meu pai contava. Todo pescador tem suas histórias, principalmente a história de sua vida. E eles repassam aos filhos, mas somente as coisas boas. O meu pai não tentou me passar coisas ruins. A finalidade dos pais é reciclar, tirar as coisas ruins e deixar somente as boas. E sempre tive isso comigo.

O irmão de meu pai faleceu há dois anos, quando isso ocorreu, ele ainda pescava. E meu pai conta que aos 15 anos ele já pescava, aos 18, era mestre de barco. Enchia o peito de orgulho ao falar sobre esse meu tio. Que era seu irmão e que mestrava barco desde os 18 anos, pois era uma responsabilidade muito grande. E então eu tenho isso como suporte.

Na realidade, minha mãe nunca quis que eu fosse pescador. Ela sempre quis que estudássemos e tivéssemos outra profissão. Meu irmão estudou bastante, eu não completei o segundo grau. Pois chegou a puberdade, as namoradas, o querer ter minhas próprias coisas. Fui para a pesca para adquirir condição financeira, é o que ocorre com cinquenta por cento das famílias daqui.

Meus outros irmãos também são pescadores. Um deles chegou a fazer um curso técnico, finalizou. Estava muito bem encaminhado, chegou até a morar um ano e seis meses em Timóteo, Minas Gerais.

Na época meu pai bebia muito, mas sempre ganhou muito dinheiro, mas gastou muito também. Já nos fez passar por muitos momentos ruins. E vendo essas coisas ruins, procuramos não fazer o mesmo. Apesar de que, tivemos nossa época de molecagem e juventude. Mas de muita coisa nos afastamos. De certa forma eu fui para a pesca porque era a forma de se ganhar dinheiro.

Também tivemos a Escola de Pesca. Meu pai tinha um grande envolvimento com esta escola. Os filhos dele não podiam faltar. E era assim: um na quarta (série), um na quinta (série), dois na sexta (série), um na sétima (série) e um na oitava (série). Uma escadinha, porque somos seis irmãos.

A partir do momento que estudei na Escola de Pesca, vi que podíamos fazer da pesca não como um simples meio sobrevivência, como um meio artesanal, mas eu vi através da Escola de Pesca que se podia fazer dela um meio de se viver bem, de se ganhar muito dinheiro. Porque era um setor promissor. O que faltava aos pescadores realmente era o que eu estava tendo: aprendizado.

A administração, o estudo, a vontade de vencer. Foi o que eu coloquei na pesca, porque na verdade, aqui no nosso município, e em Itaipava como é uma vila de pescadores, se você estuda, se você tem um diploma, você é bem visto. Mas se você pesca você também é bem visto. Você não poderá namorar as garotinhas se você não fizer nada, você não vai ser bem visto. Então eu tinha que trabalhar.

A Escola de Pesca me ensinou muito, porque além de ensinar o fundamental, como noutras escolas, ela ensinava alguma coisa a mais: de como navegar, como tratar o peixe, como ser líder de uma turma. Na minha trajetória na pesca, o meu começo foi na

Escola de Pesca, para falar a verdade. Se eu estudasse em outra escola, talvez não fosse tão influenciado e não teria tanto sucesso. Eu falo assim porque é incerto, muito incerto. Mas aquela turma de que eu fiz parte na Escola de Pesca, todos são mestres de barco e são bem sucedidos. Uns mais que os outros, claro. Mas todos estão bem situados naquilo que fazem. A visão que adquirimos era seguir os patrões. Enfim (...) têm muita gente que é estudada e tem muita gente que não é, que não fez Escola de Pesca, mas que se deram bem também. Muitos que vieram de famílias pobres, que não tiveram condições, como nós tivemos. Meu pai trabalhou muito para que pudéssemos estudar. Para que tivéssemos uma visão do trabalho, eu nem diria da pesca, como temos hoje. Mas pelo fato do meu pai ter trabalhado tanto, que herdamos isso dele.

Para nós, naquela época, ter a visão do patrão de pesca era tudo o que a gente queria. Pois era ele quem mandava, quem conversava e quem entendia todos os assuntos. Era quem todos procuravam. É como ser um advogado que começa a advocacia e quer ter o seu escritório. Ser um patrão. Para não pescar mais, entendeu? Eu tento alcançar isso. É o armador de hoje, e tem muitos que já conseguiram isso. Eu não pensava tanto assim, mas vai se envelhecendo e o pensamento vai mudando, nunca é o mesmo.

No início, comecei a pescar com o meu primo, logo depois com meu irmão. Trabalhei um tempo com ele e depois com meu pai. Comecei com quinze anos, sendo que dos dezesseis aos dezessete, estava com meu pai. Fiquei dois anos trabalhando como tripulante.

Querida aplicar o aprendizado da Escola de Pesca, comecei a analisar e a interferir em tudo que meu pai fazia, mesmo ele sendo cabeça dura. Quando ele ultrapassava, não fazia certas coisas que eram as mais corretas, não por estar errado, porque ele estava certo também, mas a gente via que certas coisas poderiam ser feitas de modo mais rápido para chegar àquele ponto que ele queria. Por exemplo, na hora do trabalho profissional, tinha que utilizar a sonda, o GPS, coisas que ele não entendia. Ele dava uma volta muito grande para matar um peixe. Na Escola de Pesca, vimos que as coisas eram mais diretas, que não precisava dar a volta toda. O jeito mais rápido era o teórico, porque na prática, ainda, na época era pelo modo mais lento. Quando vinculamos a teoria à prática, a prática passou a ficar mais rápida. Por exemplo, vou contar um fato bem real que aconteceu: Demos duas viagens, ficamos 40 dias fora, aí na terceira viagem... - os barcos de antigamente não proporcionavam o que os barcos

oferecem hoje -, que você tem que ficar no mar até conseguir o peixe que dê para pagar a despesa e conseguir dinheiro. Na época do meu pai, eram oito, nove dias e tinha que vir embora, pois não tinha tanta comunicação como se tem hoje para saber a previsão do tempo. Hoje em dia a gente tem essa tecnologia, mas na época de meu pai não.

Na terceira viagem nós trabalhamos oito dias e não tinha peixe nenhum. Nós tínhamos pagado a despesa, pois fizemos duas viagens para o porto e uma para casa. A gente juntava os barcos (porque o barco era pequeno) para o dinheiro render mais, tirava a despesa e recebia um troco a mais. Então meu pai decidiu que nós iríamos navegar e neste dia ventava muito. Na escola me ensinaram sobre a estabilidade de uma embarcação - se você colocar um peso em cima o barco balança mais, se coloca a parte mais pesada no meio ele balança menos, se coloca o peso no fundo do barco ele não balança nada. Foi o que eu aprendi na escola de pesca sobre isso. Neste dia nosso barco estava vazio, ventava muito e meu pai queria navegar. Então disse a ele: “pai não tem condições da gente navegar, nos temos pouco peixe e nós temos o vento, vamos amarrar e amanhã cedo a gente vai”. Ele disse: “É, realmente (...)”

(...) Foi nesta viagem que ele me deu o barco, viu que eu tinha capacidade de mexer um barco.

Nós discutíamos muito porque eu tinha a parte teórica e ele a prática, sempre sobre o que era certo ou errado. A respeito de como tratar as pessoas ele me ensinou muito. Como conviver com as pessoas, como me relacionar com os tripulantes, e a definir o que é um tripulante bom. Um tripulante bom naquela época e hoje em dia é igual. Não vou falar do tripulante, vou falar que um pescador quando é bom ele tem fome de matar peixe, ele quer se dar bem, quer levar a pescaria para terra para ganhar dinheiro. E quando é ruim ele tem o seguinte pensamento: “eu vou trabalhar menos, eles vão matar mais peixe e eu vou ganhar a mesma coisa que eles”, porque o total é dividido em partes iguais. Mas o pescador quando é bom ele procura crescer e soube obedecer, porque o mestre do barco é o patrão. Se ele quer ganhar dinheiro para sustentar a família, ele tem que saber disso.

Quando o tripulante pensa que é mais que o mestre dele, nunca vai conseguir ser mestre de barco. Na verdade aquele que obedece, trabalha direito e quer aprender, presta atenção e não deixa o serviço para trás, este sim vai dar um bom mestre. E todo bom tripulante é honesto.

Muitas empresas faliram porque pegaram mão de obra não qualificada. No caso desta firma que eu trabalho, comecei logo que deixei meu pai, onde fiquei por 12 anos. Passei para a empresa quem era bom e quem era ruim, por isso é a única firma que ainda está de pé na nossa região. Hoje em dia já sabem e não precisam mais de mim. Mas quando toda empresa começa é difícil, como numa cooperativa, se você falar que o cara não é bom, ninguém vai querer cooperar com ele.

Quando eu comecei naquela empresa... Na verdade foi uma parceria, eu já tinha um bem e meu cunhado me chamou e disse para eu não sair (para ele não perder dinheiro), e comprou um barco comigo. Na época não tinha só ele me oferecendo barco, porque geralmente trabalhando um ano a gente paga um barco deste. Era muito mais do que investir numa caderneta de poupança ou em qualquer outro lugar. Há seis anos custou R\$140.000,00. Nós compramos um barco básico e fomos pescando, trabalhando e pagando.

Eu trabalhei com um barco, e de uns sete anos para cá comprei outro barco, agora sou dono de dois barcos e estou pensando em comprar outro. Quero possuir uns quatro barcos para poder parar de pescar. Eu não quero mudar para outro setor, eu quero ficar na pesca; já que nós não temos INSS e nem como se garantir. Eu quero me garantir naquilo que eu faço. E não sou somente eu, muitos pescadores aqui em Itaipava estão fazendo a mesma coisa.

Atualmente, temos uma média de 60% de mestres de barco bons, que são sócios e donos; já os outros, que não vingaram ficam pulando de barco em barco sucessivamente e não tem como se estabelecer. Às vezes não é por falta de oportunidades, mas por falta de visão.

Quando eu consegui meu primeiro barco eu trabalhava muito, ganhava bem, mas gastava muito também. Às vezes não conseguia gastar o que eu ganhava, pois sempre ganhava acima de oito salários. Eu não conseguia gastar dois salários em 15 dias (só passávamos 15 dias em terra). Era mais ou menos isso que eu tinha como base, sempre juntando, comprando uma coisa ali outra aqui, mas sempre pensando no futuro. Porque embora tivesse aquele hábito de gastar, tinha uma parte que a gente guardava também. Senão, a nossa intenção não valeria de nada, aquela coisa que a gente tinha de quando crescer (...)

Procurei por um caminho bom, muitos tentaram fazer como eu fiz e conseguiram, mas muitos não. Foram por um caminho ruim como o das drogas. Em vez de estar acompanhando a tecnologia, o ritmo de trabalho..., porque a pesca de hoje em dia é totalmente diferente da pesca de quando eu comecei: não existia GPS, tinha só a sonda. Quando veio o GPS facilitou muito, porque quando a gente não tinha o GPS ia buscar o peixe pela sonda e pelo conhecimento do fundo. A gente sabia a posição de onde estava e de onde já havia passado, mas aquilo ali era trabalhoso. Hoje em dia com o GPS, naquelas posições que tinha muito peixe e se levava oito dias para vir embora o pessoal ia direto, então em um ano acabou-se todo o peixe. O GPS levava a pessoa ali no local certo. E naquele período aquilo era uma novidade muito grande, muito caro e depois que os pescadores passaram a ver que o investimento era bom e começaram a ter, pescaram tudo. A pesca que a gente fazia antigamente, se formos fazer hoje é o dobro de dias para matar a mesma quantidade ou menos e isso foi ocasionado por causa do GPS e também por causa da Petrobras, que invadiu muito o nosso espaço.

A verdade é esta: fomos expulsos do nosso lugar. Aqueles peixes que a gente trabalhava mais como o namorado e o batata, que era muito, hoje em dia a gente vai lá e só vê plataforma pura. Como que a gente vai trabalhar?

Quando as plataformas chegaram (entre 90 e 91), foi quando o GPS chegou e as posições mudaram, então nós nos adaptamos, começamos a pescar outros peixes como os boieiros. Começamos a pescar nas plataformas, que era área proibida e desenvolvemos técnicas para pescar o atum. No Brasil não existia o espinhel, na Europa já existia um aparelho para se trabalhar, já era mais avançado. Nós tínhamos que matar o atum um a um. Os barcos de antigamente levavam mil e poucos quilos de atum, já que naquela época não podíamos trabalhar muitos dias, de oito a nove no máximo. Tínhamos que ir embora com ou sem peixe. Então, tínhamos que matar os peixes, sem acabar com o espaço do porão e antes do gelo acabar. E havia muito atum naquela época.

Começamos a trabalhar com o nylon fino e com o anzol escondido, porque o atum não pegava a isca se o anzol estivesse visível. Então começamos a esconder totalmente o anzol na isca do bonito. No início passamos a trabalhar com seis braças de nylon e o resto em polietileno; depois com 30 braças, em seguida com 200 metros, e fomos aumentando e agora com 500 metros. Foram três anos de adaptação.

Se no mesmo lugar que estivéssemos pescando, chegassem pescadores de Vitória e pescassem, eles não matariam a mesma quantidade de peixe que a gente. Porque sabemos trabalhar com peixe e matá-lo; porque o peixe não iria comer qualquer tipo de isca, isso se tornou algo lógico para nós.

Na verdade, a adaptação que fizemos foi visando o capital, para arrumar um jeito de ganhar mais dinheiro. Os pescadores antigos já tinham isso de trabalhar com o nylon, de trabalhar com a isca bem feita no anzol.

Hoje meu pai, aqui na praia, coloca um camarão no anzol, você vê somente o camarão e não vê o anzol. O peixe se vê o aço ele não pega a isca. Hoje eu sei que tem uma explicação lógica para isso: porque o aço emite um som, foi um pescador de Recife que nos disse. Agora, se você esconder o anzol na carne o som não será mais emitido. Acredito que seja por isso que o atum pegava a isca. Não tenho certeza, fiquei sabendo há uns dois a três anos atrás. Talvez seja esta a diferença existente aqui, pois matamos bastante peixe.

Na costa brasileira, do Rio Grande do Sul a Belém tem pescador de Itaipava, e em qualquer parte que o pessoal daqui aparece é elogiado. Porque tem vontade de ganhar dinheiro, de ir para frente. Sou empregado hoje, mas quero ser patrão depois, é isso. O bom funcionário tem que ter vontade de crescer, se não quiser ser patrão não é um bom funcionário. E se é um bom funcionário vai ser um bom patrão.

O pescador de Itaipava acredita na vontade de transformar a pesca em um bom emprego, não numa pesca artesanal ou num simples pescador, mas como um meio de ganhar dinheiro e de se viver bem.

Se a pesca não é boa é porque o pescador não se atualiza, não acompanha a tecnologia, como também o ritmo do peixe. Por exemplo, o peixe antigamente pegava o nylon de uma espessura de 180 e hoje ele pega o de 90. Tenho uma filmagem para mostrar como trabalhamos.

Olha como puxamos o nylon... Como puxamos o atum... Nas costas da mão, na parte mais fina da mão, não na parte mais grossa [palma da mão] Se eu colocar um atum aqui [na palma], eu vou estourar qualquer atum. São 100kg, ele tem muita força. Ele alcança a velocidade de 100km/h, se você segurar algo assim estoura qualquer coisa.

Na verdade o pescador de Itaipava trabalha assim, não é qualquer lugar que se trabalha desta forma. A verdade que o pescador daqui se adaptou foi na prática de matar o peixe com o nylon fino, porque o atum não come no nylon grosso. Tem certa época do ano que se mata este peixe no nylon grosso, mas quando não pega, usa-se o nylon fino (ele não vê o nylon). Assim, matamos de qualquer forma. Temos um jeito de matar o peixe, sem ele querer comer a isca. Em alguns lugares, por exemplo, em tal época dá tal peixe, que nada! Para nós tem peixe o ano todo!

O pessoal de Vitória, vai agora pegar o atum, nessa época (outubro), mas nós estamos matando atum o ano todo. Outro exemplo, eles saem para Cioba e falam que lá é ruim de peixe, mas na verdade tem, toda viagem que fazemos lá, a gente mata. Porém, em menor quantidade, então o peixe fica mais caro. Aprendemos essa técnica com os mais velhos porque na época, em nosso litoral tinha peixe grande e eles tinham muito trabalho para matar. Muita gente trabalha no molinete para matar peixe e o peixe grande, trabalha-se por muitas horas. Então o trabalho que o molinete faz, nós fazemos sem o molinete. Não temos esse tempo para gastar, temos que matar o peixe em menos tempo. Hoje, com o nylon 90 matamos um peixe de 80 cm em vinte minutos, ou seja, o trabalho que um molinete faz em três ou quatro horas.

Até então a pesca no litoral era assim. Meu pai até hoje pesca desta forma, ele trabalha com nylon de 50 e 60, mas se aparecer um peixe grande tem que trazer. Foi isso que ele nos ensinou.

Essa parte da isca não mostrando o aço é também fundamental. Por exemplo, você coloca um tripulante novo no barco que é de outro lugar, ele coloca a isca e não consegue pegar nada, então vamos ensiná-lo. Hoje o pessoal de Vitória já tem essa prática que aprenderam conosco.

Naquela época eles trabalhavam com sardinha salgada e nós vínhamos de fora e íamos aos barcos, trazíamos a isca fresca. No lugar que eles matavam 400 kg ou 500 kg, em um dia, nós matávamos três toneladas. E eles diziam: Porque vocês estão matando isso e a gente 300 kg e 400kg? Eles matavam 20 e 30kg e achavam que estava bom.

A partir do momento que fomos fazendo amizade, conversando muito, foram se aproximando cada vez mais. Certa vez dei a um deles 30 kg de isca, no dia seguinte ele matou 100 kg. Não matou a mesma quantidade que eu porque trabalhava com anzol

grande e nylon 180, nós trabalhávamos com anzol pequeno e nylon 140. A gente iscava, jogava e o peixe ia comendo. O peixe é irracional, mas não é burro para engolir um pedaço de ferro ou isopor ao invés da isca... Ele só vai comer a isca. Matávamos mais peixe por trabalharmos com um material mais sofisticado.

Os pescadores de Marataízes trabalham com um tipo de pesca totalmente diferente do nosso, essa nossa técnica desenvolveu-se aqui.

Antigamente aqui era porto de barco a vela, eles não tinham motor, precisavam de vento para ir e vento para voltar. Vinham muitos barcos para cá. Muitos morreram ou sumiram em alto-mar em dias de temporais; quando iam lá fora buscar o peixe mais caro.

Íamos porque não víamos a questão “distância e tempo” para ficarmos fora de casa, nós queríamos buscar o peixe e fazemos isso até hoje. Há dois anos eu estive até na linha do Equador com meu barco buscando peixe e matamos muitos peixes. Chegamos a Recife e o pessoal se admirou, porque o peixe que eles matavam em quinze ou vinte dias, nós matávamos em seis dias de trabalho. Lá eles são mais industrializados e não matam essa quantidade neste período de tempo. E o trabalho deles é uma coisa tão simples que é até difícil de falar.

Às vezes vamos atrás do peixe e tentamos matar de tal maneira, e pegamos de um a um. Se cada pescador pegar um ao final do dia terá uma quantidade boa. E isso se faz de um jeito ou de outro... Tem vários tipos de isca que fazemos, colocamos nomes... Inventamos... O pessoal daqui entende, já o pessoal de fora não sabe como trabalhamos.

Nós recebemos uma informação da associação que não alcançamos a cota máxima do atum que se mata. Tem os pescadores industrializados do sul que matam atum, tem o pessoal de Natal e nós que matamos bastante também.

Matamos atum aqui desde o ano de 1986, só que não tinha preço, havia muita quantidade. Na verdade alguns barcos para não chegarem vazios traziam atum e quando chegavam aqui praticamente davam o atum, pois vendiam muito barato. Depois o atum foi ganhando mercado, começaram a ir para São Paulo, porque descobriram que o mercado de atum lá era bom. Então a procura foi muito grande.

No mercado de São Paulo o atum de Itaipava tem valor, até saiu numa revista uma reportagem falando do atum de Piúma, não fez referência ao atum de Itaipava, isso porque as empresas que levavam, a maioria era de Piúma e só uma de Itaipava. Mostraram na reportagem até a praia de Itaipava, só que falaram que o atum era de Piúma (o que deu muita polêmica na época). Então devido à procura do mercado e porque o atum era o peixe mais fácil de matar na época, nós começamos a matar o atum.

Quando chegaram as embarcações, todas trabalhando com atum, muitos barcos, muito nylon, eu notei que foi uma adaptação do próprio peixe em não pegar o nylon grosso. O nylon grosso espantava qualquer peixe. Na época que o atum chegou e estava com preço bom, procurávamos e não tinha. Tem a época certa. Se não encontrava atum trabalhava-se com peixe de fundo, como o batata. Às vezes íamos somente buscar isca, se encontrasse atum a gente matava (...).

A partir de 1986, quando os caminhões começaram a comprar atum e a mandar para São Paulo, alguns barcos começaram a investir somente no atum, porque até então não existia barco só de atum. Só existia barco que trazia atum por falta de opção, embora a gente vendesse barato e levasse quantidade, dava para pagar as despesas e ficávamos menos dias fora, de 3 a 4 somente.

Antes trabalhávamos aqui com barcos menores, com 200 caixas de gelo, hoje a gente trabalha com barcos de 800, 900 caixas de gelo. Com o barco de 200, 300 caixas de gelo a gente trabalhava no atum, de 2 a 3 dias e íamos embora. Pegávamos peixes de ótima qualidade porque eram poucos dias. Os peixes eram mandados para São Paulo. Assim foi crescendo, o preço, a procura do peixe e os compradores de Piúma, Itaipava. E logo depois, chegou mais gente querendo comprar também, inclusive pessoas de Minas Gerais querendo investir na pesca. E aí começaram a procura pelo atum. Então se os compradores queriam atum, a gente ia matar atum.

Quando íamos matar atum usávamos aquele nylon grosso para matá-lo a força mesmo, pela rapidez. Houve uma época que os barcos começaram a chegar com pouco peixe (em 1993), porque os atuns não pegavam mais no nylon grosso. Aí os pescadores mais velhos falaram: “rapaz porque você não usa um nylon deste aqui? Vê que está escrito na carretilha “aguenta 80kg”?, você só dá 30kg de força na mão,” aí eu disse : “Vou experimentar pra vê se dá certo”(...)

Foi isto. Começaram a baixar o nylon para 140, depois para 120, até chegar a 90. Tem quem coloque de 80, mas tem certa época do ano que não compensa. Por exemplo, no verão ninguém matava atum porque ele sumia. Começava-se a matar dourado porque era época, e também era mais fácil. Antes de chegar o verão, não se matava o atum, e ele estava bom de preço. Nessa época trabalhávamos com nylon grosso. O barco chegava com bastante peixe, às vezes com 11, 15, 20 peixes de 100kg.

A gente trabalhava com monofil [linha multifilamento], com seis braças, por ser um material grosso boiava, já o nylon afundava. Até então o peixe ficava mais no fundo, não é que não tinha mais peixe. De certa forma era tudo proibido, então nós nos sentíamos ladrões, marginalizados mesmo, por estarmos trabalhando na plataforma, porque era proibido. O pessoal da Marinha vinha rebocava e multava. Mas voltávamos novamente. Isso ocorreu até 2003.

Agora tem uma lei de 500m de distância. Mas não queríamos saber, tínhamos que sustentar nossas famílias. A Marinha vinha e colocava muita gente pra correr, mas como tinha muita plataforma e a gente corria de uma para outra. Tiravam fotos e a capitania ia multando. Chegamos a colocar até graxa com pó de café no nome do barco para que não fossem identificadas as nossas embarcações. Fizemos isso durante muito tempo.

A multa agora é de R\$500,00, mas se tiverem de nos multarem, que multem! Pagaremos e pronto! Os peixes continuam lá e temos que pescar. Então a plataforma será vencida pelo cansaço. Talvez por ter muitos pescadores na Petrobras, pessoas que saíram do ramo da pesca para trabalhar lá. Que ocasionou tudo isso. Porque até então tinha muito gringo, muita mão de obra do exterior.

Eu sei de outros portos que pegam plataformas para pescar, são daqui de Itaipava, por exemplo, de Aracaju. O pessoal daqui está ganhando muito dinheiro trabalhando nas plataformas de lá.

Outros pescadores de outros lugares também trabalham nas plataformas, mas não matam a quantidade de peixe que matamos. Estamos vendo que eles estão se adaptando, aprendendo com o pessoal de Itaipava. Nós também estamos aprendendo com outros pescadores porque tem muitas coisas que não sabemos, por exemplo, sobre a pesca industrializada que a gente aprende e vê que dá certo.

Às vezes essa transmissão se dá pelo rádio e nos portos também, por exemplo, o pessoal de Natal, trabalha sem o cabo de aço; aqui a gente coloca o aço para matar o cação, eles trabalham lá para matar o atum. Nós estamos começando a adaptar isso aqui agora, por exemplo, meu barco é o primeiro ou o segundo a colocar isso. Eu estou trabalhando agora com nylon puro. Uso anzol. (...) Não tem aço, quer dizer se bater o tubarão ele vai embora, mas eles lá no norte visam o atum porque é um peixe mais caro, mais de exportação e matam o atum. Nós por termos medo de perder o cação, porque a aba do cação representa hoje em dia 30% da pescaria. A gente fica com medo de perder isso. Mas eles já não têm medo por ser pesca industrializada. Se eles matam ganham, se não matam ganham do mesmo jeito porque são assalariados. Por trabalharem assim sem medo de perder, eles estão matando muito peixe.

Então, com medo de perder o cação, nós não estamos matando atum no espinhel, estamos matando o atum de mão, do tipo a bordo, de um a um como a gente fala.

Se der certo, já será mais um passo como aquele que demos no manual de sonda que antigamente era de sabão, depois passou para sonda de papel e agora para sonda digital.

Embarcar a partir de agora, de 2008 para 2009, já será outra época, pois estamos tentando nos adaptar em outra coisa. Se der certo (...)

Isto não vem de nós, vem de outros pescadores já industrializados. Estamos colocando nos nossos barcos, estamos nos adaptando. Porque de qualquer forma, de pesca do sul ou do norte, a gente quer matar o peixe, não importa a forma.

Não tem pesca de rede aqui, hoje em dia eles estão matando o peixe na vara, meu pai já deve ter falado sobre isso. Isso aconteceu quando os velejadores encostaram-se às plataformas com um refletor muito grande. E o navio, quando o rebocador saía acabavam os peixes. Seguimos o navio para ver e os peixes estavam todos no rebocador... Tem barco que tem luminárias com lâmpadas fluorescentes (três ou quatro lâmpadas cada luminária) e colocaram aquilo no barco, acendia próximo à plataforma e clareava tudo, os peixes vinham sozinhos e eles matavam na vara. Às vezes o pessoal que trabalha no sul mata no “bicheiro”, eles encostam tanto que você pega no gancho e joga para dentro. Numa pescaria, em dois ou três dias mata-se cerca de 8 a 10 toneladas.

Hoje os barcos estão colocando luminárias. Daqui a pouco outros pescadores estarão colocando também, com certeza, é assim mesmo. Daqui a pouco nós não estaremos pegando assim, mas de outra forma. A gente tem que acompanhar porque na verdade muda o jeito que o peixe come e que o peixe quer. Porque se soubéssemos disso antes, dessas luzes, já teríamos matado muito peixe.

Mas começamos, a saber, disso agora, através da Petrobras tirando peixe, são coisas que a gente analisa e vê que vai dar certo e tenta. Não tenho medo de tentar, se acho que vai dar certo, por exemplo, teve um ano que eu fiz uma gaiola gigante, o pessoal falava: “Você tá doido?!”

Nós trabalhávamos em Acioli matando mulata. Uma gaiola grande! Fiquei imaginando isso durante muito tempo e fiz. Comprei o cabo de aço, os vergalhões, mandei colocar rede e paguei; gastei um dinheiro para fazer aquilo, já tinha um guincho para puxar e era fundo. Joguei para o fundo, e não é que veio peixe mesmo?

A gaiola tinha mais ou menos 1,20m de altura e uns 2m de diâmetro. Só que estava dando muito trabalho para puxar. O peixe alvo que eu queria pegar não tinha tanto no lugar, mas se colocasse as iscas no ponto certo mataria muito peixe.

Meu primo fez também e com uma puxada ele matou 100 kg no gereré, tipo um puçá de siri. Pensei que se fizesse um grandão, iria pegar muito peixe, não é que não deu certo, matei peixe, mas não fui à frente com o projeto. Se persistisse, me adaptasse melhor, conseguiria saber onde errei, mas não quis.

A verdade é esta, a gente não tem medo de tentar. Procuramos aprender o que os outros têm a oferecer e também ensinar se quiserem aprender, quem não quer aprender não vai em frente. Assim somos nós, não é porque temos um “pólo conceituado” onde os pescadores são bem-sucedidos na pesca, a gente nunca sabe tudo.

Não podemos ser soberbos, porque ninguém nunca está no auge da pesca, nós somos pequenos ainda, temos que crescer. “Como os pescadores mais velhos sempre dizem: nunca se sabe tudo”. Não é porque eu pesco hoje em dia, que eu sei mais do que meu pai. Ele sabia mais do que eu na época dele, já nesse tempo o pai dele sabia mais do que ele, então cada um tem sua época.

O trabalho na equipe é através do diálogo, a gente tem uma afinidade e uma amizade entre nós pescadores, como se fosse uma família. Não é porque sou mestre de barco que sou melhor que ninguém, nós somos parceiros. Eu não sou patrão deles, eu converso muito e falo se quiser trabalhar, trabalha... Se você não quiser trabalhar não fica no barco. Só fica no barco quem quer trabalhar e ganhar dinheiro.

Tudo o que acontece no convés o mestre sabe, pode fingir que não sabe, mas sabe, o comportamento dos tripulantes já é conhecido, isso por sua experiência de vida. Eu sei o jeito de cada tripulante que entra no meu barco, quando está bem e quando não está, só que o tripulante bom quer ficar com mestre bom. Se a gente vê que o tripulante ora faz uma viagem com um, ora com outro, esse não é um tripulante bom, não é o que a gente procura.

A gente procura tripulante quando a época está boa ou ruim, porque tem período que nós não ganhamos dinheiro, somente dá para pagar os vales do pessoal, Mas tem período que dá para ganhar nada menos que oito ou nove mil reais. Esse é o ganho mensal mínimo de um mestre de barco. Tem época que o dono de barco ganha de 2 a 3 mil reais, mas tem época que ganha 15, 16, até 20 ou 30 mil reais.

No ano passado nessa mesma época trabalhei 40 dias e tirei 32 mil, já subtraindo todas as despesas, é claro. É isso que incentiva os pescadores novos daqui: sermos conhecidos, por nossas raízes, ter as coisas que se têm, como moto e carro; ser dono de barco e ser bem falado na cidade pela honestidade, muitas vezes isso influencia também.

Ninguém quer trabalhar num setor fracassado, por exemplo, porque vou deixar de ser pescador para trabalhar em um setor que não se ganha dinheiro. Um cortador de cana trabalha como cortador de cana, por falta de opção, porque a vontade dele é de ter um emprego melhor. Pode-se entrevistar qualquer um deles. Não é um emprego diferente do nosso, é a mesma coisa, é um emprego de virtude. É uma vida que muitas vezes não se escolhe, mas se tem.

A pesca aqui no nosso lugar está desse jeito, você não tem opção, você vai ser pescador porque não tem outro jeito. Tem um tripulante no meu barco que é formado em Administração de Empresas e outro que se formou em técnico em contabilidade.

A gente vê que se levar a pesca a sério ganha-se dinheiro. A pessoa para ter um emprego bom e ganhar de 1 a 2 mil reais tem que estudar. A formação do pessoal daqui é o ensino fundamental, é o que eu acho que a maioria tem. Muita gente sai novinho para pescar, chegando a outros portos, na Bahia, por exemplo, o pessoal fala “vai estudar” e eles dizem “estudar para quê? se eu vou ser pescador mesmo?”. Esse pensamento por aqui não existe.

Hoje você passa na praia e vê os moleques lavando caixas de peixe para ganhar uns trocados. Eu, por exemplo, já vendi picolés e também lavei caixas, para ganhar peixe, vender e ganhar uns trocados. E muitos aqui que lavavam caixas já estão mestrando barco. Eles estudam e quando vêm da escola, vão para o barco para lavar caixas e ganhar peixes. Hoje pela lei, as crianças não podem ficar sem escola, senão vem o Conselho Tutelar e buzina no ouvido delas, mas elas ajudam muito também.

As crianças hoje em dia costumam estudar, apesar disso, tem as drogas nas escolas. Graças a Deus aqui em Itaipava o nível é baixo, eu acho. Quando se leva um menino que está envolvido com isso para trabalhar, por ser minoria aqui, o pessoal “abafa”. Vê o exemplo de outros pescadores e não usam mais, ou se usam o tempo de trabalho lá fora não deixa ficar viciado, isso conta muito também.

Não é bem visto e não fica muito tempo por aqui, quem permite que se leve drogas ou álcool para o mar, pois os pescadores não dão certo, e se o dono fica sabendo pega o barco. Ninguém quer um barco com cara drogado. Assim como a droga atrapalha no desenvolvimento da pessoa que está estudando e quer se formar, da mesma forma atrapalha o pescador a se formar, que para mim é o mestre de barco. Não precisa ser dono, hoje um mestre de barco é um trabalhador formado, um pescador formado. Acho que mestrar barco já é um diploma. Temos muitos mestres de barco qualificados aqui. Quando um pescador pega um barco para mestrar e dá certo, ele confirmou o diploma”.

(...)

7.2. DADOS DO DIAGNÓSTICO DA PESCA: PROJETO RECOS

Os resultados a serem demonstrados são provenientes de questionários aplicados no ano de 2002 pelo Projeto RECOS – Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros – Grupo Temático MPG, Modelo Gerencial de Pesca. Dados que são aqui utilizados porque permitem a exposição de informações importantes para o entendimento da realidade da pesca no estado do Espírito Santo, em especial à localidade que apresenta o grupo alvo da análise.

Os entrevistados foram questionados à época sobre o principal tipo de pescaria por eles realizado, e as espécies-alvo dessas pescarias. 92,3% dos entrevistados, que afirmaram ser o principal tipo de pescaria o corrico para a pesca dos atuns e afins, estão situados na região Sul (Tabela 03), mas sabe-se que a modalidade está concentrada principalmente em Itaipava porque os barcos que praticam essa arte estão ali concentrados.

Tabela 03 – Frequência e porcentagem das principais espécies-alvo e tipos de pescarias realizadas nas regiões do Estado do Espírito Santo

Principal tipo de pesca		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Peixes costeiros/rede de espera	Freq.	1	2	6	2	11
	%	9,1	18,2	54,5	18,2	100,0
Camarão/rede de balão	Freq.	4	6	22	5	37
	%	0,1	0,2	0,6	0,1	100,0
Lagosta/compressor	Freq.	-	-	-	18	18
	%	-	-	-	100	100
Atuns e afins/corrico	Freq.	1	-	-	12	13
	%	7,7	-	-	92,3	100,0
Peroá/linha de mão	Freq.	2	5	4	20	31
	%	6,5	16,1	12,9	64,5	100,0
Lagosta/rede de espera	Freq.	-	-	11	24	35
	%	-	-	31,4	68,6	100,0
Peixes recifais/linha de fundo	Freq.	9	7	1	9	26
	%	34,6	26,9	3,8	34,6	100,0
Camarão/tangoneiro	Freq.	2	2	-	-	4
	%	50,0	50,0	-	-	100,0
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	10,9	12,6	25,1	51,4	100,0

Quando os entrevistados foram perguntados sobre se há aumento no número de barcos na região em que estão situados, todas as regiões mostram aumento significativo no número

de barcos, mas com especial atenção à região Sul, quase a totalidade dos entrevistados (93,3%) afirmam isso, enquanto nas outras regiões a afirmativa é menos evidente (Tabela 04).

Tabela 04 – Veem aumento no número de barcos na região?

Veem aumento no número de barcos na região?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Sim	Freq.	16	18	34	84	152
	%	84,2	81,8	72,3	93,3	86,9
Não	Freq.	3	4	10	4	21
	%	15,8	18,2	22,7	4,5	12,0
Sem informação	Freq.	-	-	-	2	2
	%	-	-	-	2,2	1,1
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

É possível observar, na Tabela 05, que 59% dos entrevistados do litoral Sul responderam que o destino do pescado desembarcado nessa região é exportado para outros países. Já nas outras regiões, em geral, o pescado é levado apenas para outros municípios.

A forma de comercialização mais utilizada em todo o Estado do Espírito Santo se dá por meio de atravessadores. Uma pequena parte é repassada diretamente do pescador para as peixarias, e a menor parte é repassada diretamente para o consumidor final.

Tabela 05 – Destino final do pescado que é desembarcado na região do Estado do Espírito Santo

Local que vai o pescado		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Fica no mesmo município	Freq.	3	15	8	22	48
	%	15,8	71,4	18,6	26,5	-
Outros municípios	Freq.	9	5	27	19	60
	%	47,4	23,8	62,8	22,9	-
Outros estados	Freq.	8	6	26	38	78
	%	42,1	28,6	60,5	45,8	-
Outros países	Freq.	7	3	10	49	69
	%	36,8	14,3	23,3	59,0	-
Total	Freq.	19	21	43	83	166

Nota: Múltipla resposta.

A maioria dos entrevistados é cadastrada em Colônias de Pesca, pois é através da colônia que o pescador tem direito ao seguro-defeso e à aposentadoria. Não diferente dessa constatação, a região Sul (75,6%) está na média do percentual de cadastrados (Tabela 06).

Tabela 06 – Frequência e porcentagem dos cadastrados em Colônias de pescadores em cada região do Estado do Espírito Santo

O Sr. é cadastrado na Colônia de pescadores?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Sim	Freq.	12	16	36	68	132
	%	63,2	72,7	81,8	75,6	75,4
Não	Freq.	5	4	6	18	33
	%	26,3	18,2	13,6	20,0	18,9
Sem informação	Freq.	2	2	2	4	10
	%	10,5	9,1	4,5	4,4	5,7
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Como na média estadual (Tabela 07), o litoral Sul possui a maior parte dos entrevistados (32,6%) com escolaridade entre 5ª e 8ª série. Um fato interessante é que encontramos apenas na Grande Vitória e no litoral Sul entrevistados com nível superior incompleto.

Tabela 07 – Frequência e porcentagem do nível educacional dos entrevistados de cada região do Estado do Espírito Santo

Até que série o Sr. estudou?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Não estudou	Freq.	-	-	1	3	4
	%	-	-	2,3	3,5	2,4
Alfabetizado	Freq.	1	-	4	6	11
	%	5,3	-	9,1	7,0	6,5
1º grau até 4º série incompleta	Freq.	2	4	9	11	26
	%	10,5	20,0	20,5	12,8	15,4
1º grau até 4º série completa	Freq.	3	2	11	22	38
	%	15,8	10,0	25,0	25,6	22,5
1º grau até 8º série incompleta	Freq.	6	6	11	28	51
	%	31,6	30,0	25,0	32,6	30,2
1º grau completo	Freq.	2	1	2	10	15
	%	10,5	5,0	4,5	11,6	8,9
2º grau incompleto	Freq.	4	2	5	4	15
	%	21,1	10,0	11,4	4,7	8,9
2º grau completo	Freq.	1	3	1	1	6
	%	5,3	15,0	2,3	1,2	3,6
Superior incompleto	Freq.	-	2	-	1	3
	%	-	10,0	-	1,2	1,8
Total	Freq.	19	20	44	86	169
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A grande maioria dos entrevistados é da própria região onde exercem a atividade, exceto na região Central. O litoral Sul possui o maior índice de entrevistados (74,4%) que são do próprio litoral (Tabela 08).

Tabela 08 – Frequência e porcentagem da origem do entrevistado de cada região do Estado do Espírito Santo

O Sr. é daqui ou veio apenas para trabalhar na pesca?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Da região	Freq.	9	14	31	67	121
	%	47,4	63,6	70,5	74,4	69,1
De outras regiões	Freq.	10	5	12	16	43
	%	52,6	22,7	27,3	17,8	24,6
Sem informação	Freq.	-	3	1	7	11
	%	-	13,6	2,3	7,8	6,3
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

É possível observar, a partir da Tabela 09, que em todos os casos existe fiscalização nas pescarias para a maioria dos entrevistados de todas as regiões. Mas quando questionados sobre a eficiência dessa fiscalização, apenas na Grande Vitória a maioria dos entrevistados acredita ser eficiente, no restante das regiões do Estado eles creem não ser eficiente. A possibilidade dessa afirmativa pode ter relação com a localização institucional dos órgãos fiscalizadores na capital, o que permite atuação constante e visibilidade desse tipo de trabalho.

Tabela 09 – Fiscalização e eficiência da fiscalização nas pescarias realizadas pelos entrevistados de cada região do Estado do Espírito Santo

Há fiscalização para esse tipo de pesca?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Sim	Freq.	10	14	36	54	114
	%	52,6	63,6	81,8	60,0	65,1
Não	Freq.	9	7	8	34	58
	%	47,4	31,8	18,2	37,8	33,1
Não sabe	Freq.	-	-	-	1	1
	%	-	-	-	1,1	0,6
Sem informação	Freq.	-	1	-	1	2
	%	-	4,5	-	1,1	1,1
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(Se sim) O Sr. acha que essa fiscalização é eficiente?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Sim	Freq.	7	8	23	17	55
	%	36,8	36,4	52,3	18,9	31,4
Não	Freq.	3	6	15	34	58
	%	15,8	27,3	34,1	37,8	33,1
Não se aplica	Freq.	7	7	5	32	51
	%	36,8	31,8	11,4	35,6	29,1
Sem informação	Freq.	2	1	1	7	11
	%	10,5	4,5	2,3	7,8	6,3
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Os entrevistados foram questionados sobre a principal relação de trabalho exercida nos tipos de pescarias. Esses resultados são mostrados na Tabela 10 e é possível observar que em todos os casos a maioria dos entrevistados indicou que a relação é por meio do armadorismo. Na época da realização dessas entrevistas, apenas na Grande Vitória havia a relação de assalariado. Hoje essa realidade está se tornando frequente em outras localidades, já que encontramos outras formas de relação para alguns casos na Região Sul, percepção essa conferida à realidade de Itaipava.

Tabela 10 – Relação de trabalho no tipo de pescaria realizado pelo entrevistado de cada região do Estado do Espírito Santo

Como é a relação de trabalho nesse tipo de pesca?		Região				Total
		Central	Grande Vitória	Norte	Sul	
Assalariado	Freq.	-	7	-	-	7
	%	-	31,8	-	-	4,0
Armador	Freq.	18	11	33	70	132
	%	94,7	50,0	75,0	77,8	75,4
Artesanal	Freq.	-	-	-	2	2
	%	-	-	-	2,2	1,1
Familiar	Freq.	1	3	7	2	13
	%	5,3	13,6	15,9	2,2	7,4
Sem informação	Freq.	-	1	4	16	21
	%	-	4,5	9,1	17,8	12,0
Total	Freq.	19	22	44	90	175
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

7.3. COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA “FROTA DE ITAIPAVA”

A “Frota de Itaipava” construída basicamente na própria região é caracterizada por barcos com uma estrutura típica, com casco feito de madeira, casaria localizada a popa da embarcação, porão ocupando toda área da proa à meia nau, praça de máquinas ampla e ocupando da meia nau à popa da embarcação (Figura 07).

Compõem a “Frota de Itaipava” cerca de 300 embarcações com comprimento total variando de 10 a 18 metros, tonelagem de arqueação bruta em torno de 22 a 24 TAB e motorização média de 150Hp (SEAP, 2008).



Figura 07 – A) embarcações sendo construídas na praia; B e C) barcos da “Frota de Itaipava” ancorados à praia; D, E e F) desembarque de atum e dourado sendo realizado.

A capacidade média de carga do porão de pesca é de 9 toneladas, sendo que as embarcações mais novas e maiores (a maior já construída na localidade atinge 18 metros), comportam até 26 toneladas. A autonomia em dias no mar, dessas embarcações maiores é de 22 dias (Fonte: APEDI e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca da Prefeitura de Itapemirim).

Os principais custos para a armação de um barco típico da “Frota” são o óleo combustível (o que equivale ao custo de 60% da armação), víveres (15%) e insumos para a pesca (outros 15%). Os custos aproximados, a partir de um determinado padrão de valores

estabelecidos e comuns à grande maioria dos armadores, de acordo com a Tabela 11, correspondem aos seguintes valores médios:

Tabela 11 – Valores médios dos custos de armação

Material	Custo (R\$)
Óleo combustível	4.200,00
Víveres	1.000,00
Gelo	800,00
Insumos para a pesca	1.100,00
Total	7.100,00

Fonte: SEAP-PR, fevereiro de 2008.

A construção da armação de embarcações de 15 a 18 metros, com motorização, equipamentos de navegação e pesca é em torno de R\$ 350.000,00. Os estaleiros localizados na própria orla aproveitam os terrenos baldios e as sombras das castanheiras, próximo aos pontos de desembarque e atracação para a montagem e acabamento das embarcações em construção. Os reparos e manutenção são realizados junto às pedras, na orla, sendo que os barcos ficam encalhados na maré baixa a fim de facilitar os consertos e limpeza dos cascos. Ao chegar à praia é possível observar diversas embarcações em diferentes fases de construção, bem como uma constante movimentação de trabalhadores realizando consertos nos motores e equipamentos necessários às pescarias.

Normalmente essas embarcações são divididas internamente em um porão, para armazenamento do pescado e alimentos perecíveis no gelo, localizado na proa, e a casa de máquinas, na popa (Figura 08).



Figura 08 – Porão (esq.) e casa de máquina (dir.). **Fonte:** Projeto Tamar.

O convés, a proa é o local de trabalho, onde estão localizados os equipamentos e aparelhos de pesca e a tina, depósito para armazenamento de isca viva. A casaria é dividida em algumas partes, sendo o comando, ou casa de roda, na parte anterior, os beliches e o

acesso à casa de máquina no centro, e a cozinha e dispensa na parte posterior da casaria (Figura 09).



Figura 09 – Proa (esq. e dir. sup.), casa de roda (esq. inf.), e popa (dir. inf.). **Fonte:** Projeto Tamar.

7.3.1. “Em Itaipava os barcos nascem embaixo das castanheiras”

“Eu sou Lucimar Bernardo dos Santos, tenho 45 anos e moro aqui desde criança. Sou carpinteiro naval, uma profissão que herdei do meu pai. Meu pai foi um dos primeiros a construir barcos aqui, na época ele construía mais veleiro. Quando comecei a trabalhar, há 31 anos, havia poucos barcos a motor, mas cheguei a trabalhar com barco a vela, isso foi por volta de 1978, 1980. Quando comecei, meu pai estava parando.

No início eu fazia apenas reformas, jamais me imaginei que um dia pudesse construir embarcações como estas. Porque um barco desse porte – a motor – igual a este que estou fazendo, de 18,40m, somente embarcações vindas do Rio de Janeiro.

Meu filho está trabalhando comigo, daqui a um tempo eu vou parar como meu pai fez, que Deus o tenha, e ele vai continuar. E assim por diante.

Meu pai era um homem muito curioso, era carpinteiro e pedreiro. Sempre nos incentivava a seguir sua profissão e foi o que aconteceu. Somos três irmãos, cada um trabalha por conta própria. Um pescava, há uns dez anos aproximadamente começou a trabalhar também como carpinteiro, já o outro começou como eu. Meu pai só teve aprendizado na prática e eu também, pois fui aprendendo com ele e trabalho assim até hoje.

Naquela época os barcos à vela eram feitos neste mesmo lugar e da mesma forma que hoje. Embaixo destas árvores, as castanheiras. Meu pai fez vários barcos aqui, me lembro bem. Inclusive, de um que se chamava Estrela da Guia. Eu era moleque, estudava ainda, vinha trazer café para ele e nem sonhava em seguir sua profissão. Vou fazer 32 anos de trabalho aqui... Então, isto não pode acabar. Eu não sei dizer quanto tempo ele trabalhou aqui. Ele criou a gente fazendo embarcação. O nome dele era Olívio Bernardo Santos, nasceu num povoado próximo, chamado Boca do Canal, no Município de Piúma. Os barcos da região eram todos feitos por ele. Havia também o Sr. João Plínio, o Sr. Paulino Viana, e o Sr. João Pontes, e já não eram tão jovens. Todos já faleceram.

O primeiro barco que reformei foi o do Sr. Paulino Viana, um barco pequeno a remo, de 3m. Ele mudou de profissão, tornou-se pescador e deixou 2 barcos por terminar. Ficou com um e repassou o outro para mim e meu irmão. Comecei aos 14 anos.

Depois apareceu o Sr. Tião Peçanha, que era patrão de pesca, trabalhei de três a quatro anos reformando os barcos dele. Ele tinha quatro a cinco barcos pequenos, a vela, veleiro e motor. Havia um barco a motor que ficava aqui e estava muito velho, o nome dele era Lisboa. Ele queria reformá-lo. Com 3 a 4 anos de profissão, eu já havia adquirido experiência. Então ele confiava bastante em mim. Disse para ele: “Tião, este barco, não vale a pena reformá-lo, ele está muito ruim. Vamos fazer o seguinte, vou te dar o preço de um barco novo. Se você quiser, podemos reformá-lo, se não, faremos um novo. Ele concordou. Fiz meu primeiro barco. De 10 metros, de nome Karina, um excelente barco. Já se acabou, numa praia do Rio de Janeiro, pois se desmanchou.

E daí eu comecei. Depois do Karina, fiz outro para o Tião, de 11m. E fui crescendo: de 12, 13, 14..., até 18,40 m. Também fiz alguns pequenos, de 3 e 4m. Constituí família e meu filho de 20 anos já trabalha comigo há 4 ou 5 anos. E trabalha muito bem.

Quando se começa a construir um barco, almejamos vê-lo pronto. E quando ele desce, a gente tem a certeza que ele vai ficar bom; porque o barco não precisa boiar no mar para ficar bom. Quem faz barco já sabe. Sinto-me orgulhoso quando estou trabalhando e vejo um barco passando aqui, carregado. Ou os barcos chegando e saindo, e eu sei que eles passaram por minhas mãos. Fiz, e o dono ficou satisfeito.

O formato do barco aqui tem o que se chama “fundo de prato”, que é um fundo mais chato. Isso foi para adaptar no porto, porque aqui nunca teve cais, então a embarcação encosta na areia para carregar e descarregar.

O barco que não tem um fundo de prato adorna. Se ele encosta e a maré seca, como que se vai carregar o barco? O tanque de óleo transborda, como já ocorreu com embarcações de outros lugares, que chegaram aqui tombadinhos, a maré baixou, o barco encalhou, no outro dia a praia amanheceu cheia de óleo. Sem contar que dá estabilidade no mar também. Não vi isto em outros barcos, porque aqui tinha mais barcos a velas, eram menores e o fundo era parecido.

O formato do barco depende da região. Tem região do Sul do país, por exemplo, que eles não gostam deste tipo de barco, e dão preferência aos tipos de lá. Já o pessoal daqui, gosta mais de canarinho, porque acham esse barco mais bonito. Agora, se o barco for grande é melhor porque sobra mais espaço para se trabalhar. Barco pequeno você não pode colocar cadeira na proa, senão o barco bica, quer dizer baixa a proa.

Os barcos que eu faço, de longe eu os conheço por causa da proa aberta. Internamente possuem características que os diferem uns dos outros. Este serviço ninguém faz do jeito que eu faço. Os cabeços pertinho uns dos outros, as cavernas distam em 25cm uma da outra, e em lugar nenhum você vai encontrar um barco com as cavernas juntas. Faço assim por segurança e resistência. E outra coisa, os cabeços são parafusados na caverna, isso também você não encontra em lugar nenhum. Isso eu aprendi na prática, fui olhando o que era melhor e fui fazendo esse tipo de construção. Trabalho devagar, com mais 2 pessoas apenas. Mas, desde o primeiro barco, nunca fiquei sem serviço.

Uma vez fiz um barco e tive 10 mil reais de prejuízo, mas para preservar meu nome, a construção saiu como se tivesse dado 10 mil reais de graça... Esse é o motivo para não deixar de fazer barco. Mesmo com a crise, estaleiros fechando, poucos empregados.

Sou muito detalhista, uma emenda, um encaixe, eu gosto de fazer muito bem feito. Essas coisas vão somando, uma casaria e os detalhes, eu faço com carinho. Eu trabalho pelo dinheiro, mas também tenho prazer de trabalhar, então não é somente pelo dinheiro.

O primeiro barco que fiz, gastei mais ou menos um ano. Hoje em dia levo mais tempo porque o barco é maior que os primeiros. O primeiro tinha 10m, já esse aqui tem 16,40m... [apontando]. O tamanho não quer dizer apenas 1m a mais no barco, cresce na largura, na madeira, dobra o serviço. E hoje apesar de haver mais máquinas, as embarcações cresceram muito. Então, eu continuo trabalhando de 1 ano a 1 ano e meio para ter um barco pronto.

O barco de cabeça que construo, para se ter autorização da Marinha, precisa-se da assinatura do engenheiro. Tem um engenheiro aqui no Espírito Santo, chamado Cícero que trabalha na Petrobras. Humildemente ele me diz: “Lucimar, quem sou eu para reprovar esse projeto seu”. Ele só assina, mas ele sabe que não é projeto que eu faço. São idéias da minha cabeça.

Se você me pedir para fazer um barco sem utilizar nenhuma medida, eu vou fazer, mas só que não vai sair 100% como esse aqui, mas vai ficar quase igual. Sem usar prego, sem usar nada, só na mente. Por exemplo, você me pede um barco de 15m, só no tamanho, porque altura, largura e forma eu tenho de calcular.

A primeira peça que eu vou fazer é a quilha do barco, que é esta peça de baixo do barco, que coloco em cima do calço. Depois faço o cabaço de proa que em muitas regiões chama-se roda de proa. Cada região tem um nome. Aí vou colocar o cabaço de popa, que são duas peças: a espinha e a tora, que é onde vai passar a hélice. Colocando as duas está pronta a base.

Depois vou colocar o espelho de proa, em seguida vêm as quatro cavernas mestras – que são as três cavernas mais largas que tem no meio do barco; depois disso vou colocar a armadura que são duas ripas na altura do barco que vão dar a forma a ele. Unidas ao cabaço da proa, as cavernas mestras e ao espelho de proa.

Dali para baixo eu vou pregar várias ripas pequenas e finas, de aproximadamente 7 ou 8 m, a uma distância de 40cm uma da outra. Pregos na proa, no meio e na popa.

Depois disso vou tirar a forma de uma a uma, do meio para frente do barco. Faço uma caverna e risco do outro lado, até chegar à proa. Aí eu faço a parte de trás. Terminou, o barco está encavernado, está na forma do barco para fazer a armadura.

Depois dessas cavernas vem o cintado que é a primeira tábuia do barco na parte de cima. Depois de colocá-la, faço a amarração do barco e coloco as instalações do convés: a tabica e os cabeços. Esta parte que falei que é parafusada. Depois dessa parte eu vou entabuar ele, em seguida você pode terminar a borda ou fazer o porão.

Depois que fizer os dois deve partir para a casaria, que já é o acabamento. Você começa pelo rodapé, aí vem o acabamento de fora. Terminei isso, vou lixar, emassar ele todo e depois entregar para o pintor.

Só que, antes da casaria tem que colocar o tanque de água, de óleo e o motor, então, depois fechar a casaria. Aí é mais um barco pronto.

Eu sei pintar, mas nunca me interessei em pintar... Esta parte eu deixo para o rapaz que conhece.

Quanto aos equipamentos, ficam todos por conta do dono do barco. Essa parte eu coloco no lugar, faço as caixinhas, o motor, mas a instalação elétrica quem faz é o eletricitista. Depois que eu lixo o barco, ele está pronto para ser pintado e fazer as instalações elétricas, mas ainda leva, aproximadamente dois meses para descer, cedendo lugar para outra embarcação entrar [...].

Reformas, pra serem feitas, sempre tenho. Agora mesmo terminei a reforma de um barco que foi batido por um navio. Depois apareceu outra. O navio bateu e o barco quebrou-se. São imprevistos. São casos raros que acontecem. Geralmente levam cerca de 1 a 2 anos para acontecer. Às vezes é um pedaço que quebra aqui, outro ali. Mas sempre tem e a gente vai reformando.

Eu tenho dois ajudantes que trabalham para mim: um é filho e o outro é um sobrinho. Tenho dois irmãos que trabalham por conta própria. São dois galpões, na verdade é um espaço dividido. Nós nos entendemos bem.

Para se pagar um barco, divido o valor em parcelas mensais. Digamos que uma pessoa compre um barco em parcelas em até 20 vezes. Ela terá um compromisso de me pagar todo mês, na mesma data, o valor combinado.

Até hoje, só fiz barco para pessoas de Itaipava, geralmente a maioria são pescadores daqui. Faço também para pessoas que não são pescadores. Isso porque demoro muito a fazer, a vaga aqui é difícil. Tem pessoas que esperam terminar as encomendas. Porque só posso fazer dois por vez.

Nunca fiz barco para pessoas de fora daqui. Em Piúma o pessoal faz barco para muitos lugares. Já rejeitei barcos, porque a procura era muita, então indiquei o pessoal de Piúma. Vieram pessoas de Minas Gerais, São Paulo (...)

O ritmo de pesca daqui é parecido com a de Piúma e Anchieta, só que os barcos daqui são conhecidos como de melhor construção, por serem bem feitos. Por exemplo, se você chegar em outro lugar dificilmente você vai achar um barco com dvd, com fórmica, tudo bem feito. Essa é uma das coisas que marcam os barcos de Itaipava.

Tem barcos de vários lugares que não tem nada de artesanal, são feitos de maquinários, os feitos aqui são todos artesanais. A pesca aqui é no anzol, no guincho ou na mão. Aqui ninguém usa pesca de rede. A pesca do atum é artesanal, na mão, isca viva no anzol, não tem guincho.

A maioria dos barcos daqui geralmente são quase todos feitos de madeira da empresa BM, em Guarapari, mas elas vêm do Pará. A maioria é garapa. É mais usada porque é resistente à água, boa para trabalhar, porque quase não racha e é mais fácil de ser encontrada. Porém, o preço é mais elevado.

Eu sempre fiz dois barcos por vez e com dois ajudantes. Como damos manutenção na praia, um fica comigo fazendo barco e o outro fica dando manutenção. Quem trabalha comigo sabe que é nesse ritmo. Eu poderia colocar 10 pessoas para terminar logo o serviço, mas prefiro trabalhar deste modo. No ritmo que estou trabalhando, está bom, está dando certo e pretendo continuar assim.

Nestes 32 anos, nunca tive crise. Houve uma crise para o pessoal que fazia barco, pois colocavam muita gente para trabalhar e alto investimento. Tinha dia que paravam ou

diminuíam a fabricação de barcos, aí o pessoal ficava sem fazer nada. Comigo não ocorre isto. Mas quando comecei era mais difícil, a madeira era cortada no serrote. As ferramentas todas manuais, hoje já tenho máquinas que fazem isso. Apesar de que, até hoje faço barco em baixo de uma árvore dessas.

Trabalha-se neste ritmo aqui desde a época do meu pai. Imagina se tenho que fechar? É como se fosse um hospital. Uma comunidade com algumas pessoas doentes, se não tem hospital para onde elas vão? A frota de barco daqui, é a maior do Estado, se quebra uma embarcação e precisa de reforma e não tem mais carpinteiro, quem vai consertar? Portanto, isso não pode acabar.

Inclusive, tem um projeto aqui no cais desses políticos para construção de um galpão, estamos na expectativa. O galpão vai ser construído aqui porque não tem outro local, o lugar para se construir barco é esse aqui.

Já veio a fiscalização quando eu e meu irmão tínhamos um galpão ali. Veio a SEAMA e exigiu vários documentos por causa das denúncias de um senhor que morava aqui do lado. Fizemos a documentação de alvará, da SEAMA, da Marinha e da prefeitura. O que eles queriam, nós apresentávamos. Depois eles pararam. Só vinham quando tinha denúncia.

Antigamente, era muito diferente do que é hoje, os barcos a vela não tinham motor para nada, a água que entrava era toda tirada de balde. Vieram então os primeiros barcos a motor. Só tinha bomba de mão para tocar o barco, a casaria era pequena, o lugar de dormir era apertado.

Depois surgiram os barcos maiores, com casarias maiores, dando mais conforto aos pescadores e já tinha beliche, tanques de óleo, de água, e bomba para puxar água potável. Evoluiu tanto que hoje você entra num barco desses, como se fosse um mini apartamento (tem banheiro, beliche, armário, televisão, dvd). Desenvolveu muito. O tanque de água é feito de madeira com fibra, o de óleo é feito de chapa de ferro com fibra, hoje é só apertar um botão que a água vem, não existe mais bomba manual.

Quando comecei a trabalhar aqui, vi como as embarcações eram carregadas: o gelo era socado na fábrica e carregava-se no cesto, depois era levado para o barco. A água do abastecimento era carregada em latas para encher o barril, bem diferente. O

pescador antigamente levava o dia todo: carregava gelo, carregava isca, pintava barco, lavava barco, fazia tudo isso. Tinha que fazer, pois, se não fizesse tinha dez ali querendo a vaga dele. Hoje, o pescador sai para o mar, pesca o peixe dele e não põe a mão em nada, tudo é pago para ser feito. Tem muita mordomia, não faz mais nada. Foi se adequando com os novos tempos. Isto gerou emprego, pois acabaram se criando novas funções.

A pesca daqui fez a cidade crescer, porque o pessoal investiu muito. Mais de 90% do povo é pescador. Apesar disso, como se pode ver, o pescador é muito discriminado. Exemplo disso são as novelas e as reportagens que passam na televisão: a casa deles é de palha, e vivem em vilarejos. Entrando nas casas dos pescadores daqui, vemos que isto não existe. Não aqui. Tem pescador amigo nosso que tem corolla, honda civic, tem tudo quanto é carrão, e isto tudo vem da pesca. Então o pescador não é do modo como as pessoas julgam que são. O nível de vida do pescador de Itaipava é bom, tem exceção, mas é bom.

E isso aconteceu por causa da evolução das embarcações, dos equipamentos de navegação, das pessoas que vieram e investiram aqui. E com o surgimento da pesca do atum.

Um dos pioneiros da pesca do atum aqui foi o Celso, meu amigo, ele conhece todas as pessoas. Inclusive a Globo já fez várias reportagens com ele e a Record também. Ele foi o pioneiro da pesca do atum com isca viva. Antigamente os pescadores não faziam tanta questão de matar. Hoje em dia o atum é o peixe que tem mais mercado. Desde então, de uns 15 anos para cá vem melhorando a pesca cada vez mais”.

7.4. PRINCIPAIS ARTES DE PESCA

A “Frota de Itaipava” apresenta uma forma típica de operação de pesca, que envolve diversos petrechos de pesca para diferentes espécies-alvos, alternados durante a viagem de pesca, exercendo como outrora mencionado, uma multi pesca. A dinâmica de petrechos e diversidade de espécies é resultante de uma adaptabilidade criada para concentrar o esforço de pesca de acordo com a maior disponibilidade de um determinado recurso pesqueiro ou uma melhor condição de mercado por alguma espécie.

Dentre as principais artes de pesca utilizadas estão: 1) espinhel pelágico monofilamentado; 2) espinhel de superfície para dourados; 3) linha de mão na modalidade corrico; 4) linha de mão na modalidade pargueira e 5) espinhel de fundo. (Fonte: APEDI, SEAP, 2008).

Algumas das modalidades podem ser assim descritas, de acordo com José Artur Marchiori, em entrevista realizada em 12/12/2008 quando lista de maneira mais específica e funcional os três tipos de espinhel: espinhel de fundo, espinhel de meia-água para atuns e afins que utiliza nylon e trabalha entre 60 a 80m de profundidade e o espinhel para dourado, que trabalha na superfície a cerca de 2m de profundidade.

Os espinhéis de fundo e aqueles para atuns e afins possuem vários tamanhos, algumas embarcações, por exemplo, tem capacidade para soltar apenas 500 anzóis, já outras largam 5000 anzóis, isso depende muito da embarcação.

O espinhel é constituído da linha madre e linha secundária, que fica o anzol. Esses espinhéis para captura de atuns e afins (Figura 10) são liberados em profundidades de 400m ou mais de coluna d'água. Esse possui um material mais grosso, a linha madre desse espinhel é de monofilamento e possui 3,5mm a 5,0mm. Os anzóis são circulares grandes e estão espaçados cerca de 40m entre um e outro. A linha secundária tem no mínimo 12m de comprimento e é conectada na linha madre por meio do *snap* (grampo). Para largar um espinhel o barco vai derivando. Os barcos demoram cerca de 5 h para liberar todo aparelho; alguns, até 10h para soltar o espinhel. Um pescador isca o anzol, outro entrega o *snap* para um terceiro que conecta a linha secundária na linha madre e um quarto pescador joga a linha secundária no mar. A cada 5 anzóis costuma ter um bóia com uma linha de cerca de 30m de comprimento, para que a linha madre fique sempre na mesma profundidade. Essa bóia também é conectada na linha madre por meio de um *snap* do mesmo modo que as linhas secundárias. No início do processo de soltura do aparelho, primeiramente larga-se uma bóia com uma bandeira. Esse aparelho é recolhido por meio de guincho.

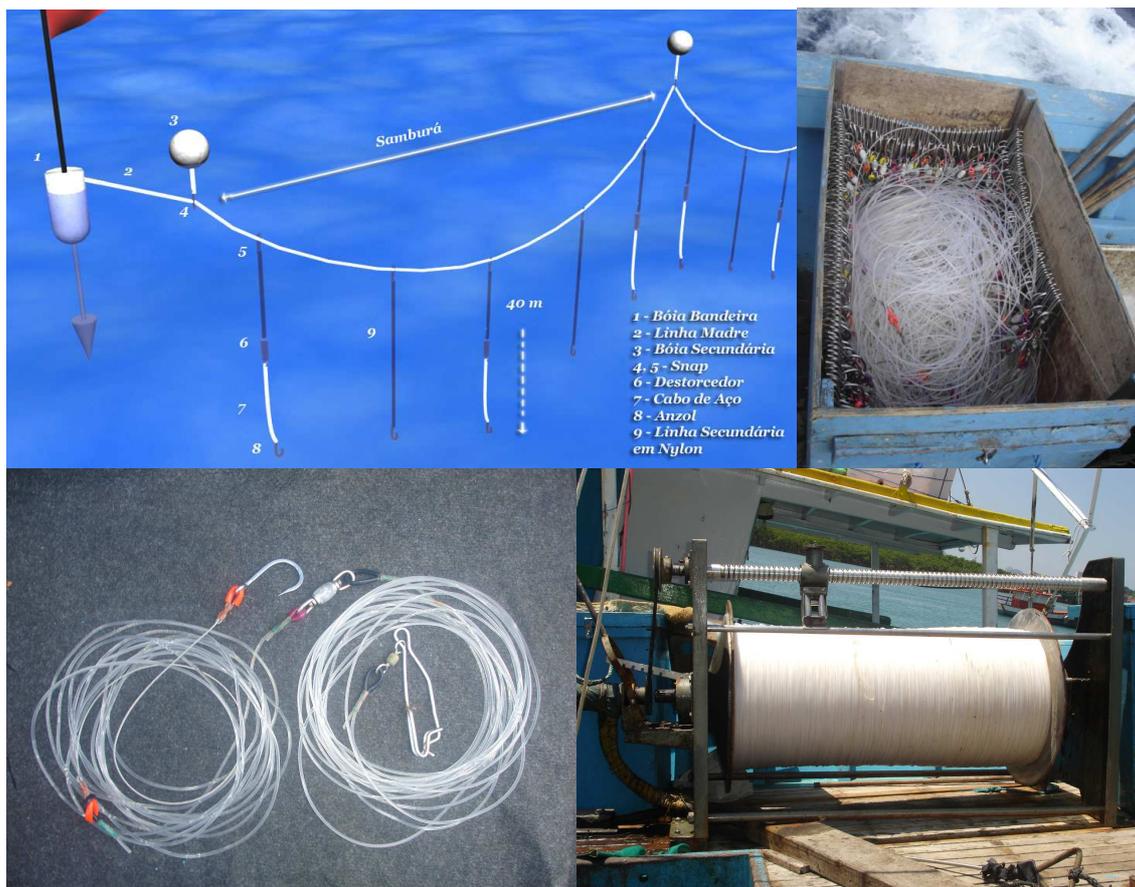


Figura 10 – Modelo esquemático do espindel de meia-água (esq. sup.). **Fonte:** STEIN, 2006. Caixa (dir. sup.) contendo as linhas secundárias com anzóis (esq. inf.) e o carretel ou guincho com a linha principal (dir. inf.) **Fonte:** Projeto Tamar.

O espindel para pesca do dourado (Figura 11) também possui a boia com a bandeira, mas os anzóis ficam a 2m de profundidade, espaçados entre si 5m de distância e a cada 2 anzóis há uma pequena boia quadrada ligada diretamente na linha mãe. Essa linha mãe fica na superfície e a linha secundária que possui 2 m de comprimento.



Figura 11 – Modelo esquemático do espindel de superfície (esq.). **Fonte:** STEIN, 2006. E esse equipamento sendo lançado para pescar (dir.). **Fonte:** Projeto Tamar.

O espinhel de fundo é feito em cabo de aço de 3 a 4mm, e é largado na popa do barco e a linha madre fica no fundo presa em uma poita, com uma linha subindo até a superfície com uma boia para sinalização. As linhas secundárias conectam-se na linha madre por meio dos *snaps* e ficam 1m distantes entre si. Nesse tipo de espinhel, a quantidade de anzóis varia entre 2000 e 5000. Esse aparelho é solto em locais onde o fundo, visto pela sonda, é propício para peixes como batata, namorado, cherne, badejo e garoupa. O espinhel de fundo é puxado com o auxílio de um guincho no início da noite e largado durante a manhã.

Há também um espinhel de fundo de menor proporção, que possui cerca de 500 anzóis e é puxado na mão. Esse é usado mais para badejo e o processo de soltura e recolhimento é mais rápido. Esse aparelho é largado de manhã e recolhido no início da noite para ser novamente solto e passar a noite pescando.

A linha de mão possui várias maneiras de se utilizar para pescar. Quando está se pescando nas plataformas de petróleo ou qualquer lugar que tenha atum, utiliza-se uma linha grande, chamada de linha de caída, entre 200 e 400m com o barco derivando com a corrente e engodo. Essa linha possui somente 1 anzol com isca na ponta, sem chumbo ou qualquer outro peso. Quando o peixe é fisgado, trabalha-se até ele cansar e quando isso ocorre vai levando o peixe para próximo do barco. Peixes de mais de 300kg podem ser capturados com esse petrecho. Nesses casos o barco vai sendo levado para o encontro do peixe a fim de capturá-lo.

Há também a linha de mão para pesca de fundo, ou pargueira, ou jogada, que tem até 30 anzóis e peso no final da linha, muito utilizada na pesca do pargo, cherne e namorado. Ao largar o petrecho, espera-se um tempo, o suficiente para fisgar alguns peixes, para então recolher. Quando se está tentando capturar peixes maiores, utiliza-se apenas um anzol. Essa pescaria pode ser feita com um barco maior que leva botes pequenos para espalhá-los e cobrir uma área maior.

Uma maneira diferente de se utilizar a linha de mão é com o peso antes dos anzóis em uma espécie de arco de metal, chamada de jogada, mais utilizada para pesca de badejo e outros peixes maiores, com apenas um anzol.

Existe a pargueira de boinha, ou pargueirão, que possui cerca de 100 anzóis e ele é utilizado muito na pescaria de cherne, namorado, olho-de-cão, olho-de-boi. Ele fica preso numa boia e pode ser solto até 10 desses petrechos, dependendo da profundidade. Em geral, quanto maior a profundidade, menor a quantidade desses petrechos utilizados. Quando

terminar de lançar o último petrecho, volta-se ao primeiro para verificar se há captura. Esses petrechos são lançados em locais onde se sabe que há uma quantidade razoável de peixes que valha a pena a captura e são puxados na mão. Não há uma distância entre um petrecho e outro.

Há também o corrico (Figura 12) que se utiliza com apenas 1 anzol, para a pesca de dourado, sarda, atum. Mas quando é utilizado para pesca de isca (bonito) coloca-se até 15 anzóis. A isca é pele de porco simulando um pequeno peixe. A vantagem da pele é que não desgasta durante toda viagem. As linhas são colocadas na popa do barco enquanto esse está navegando.

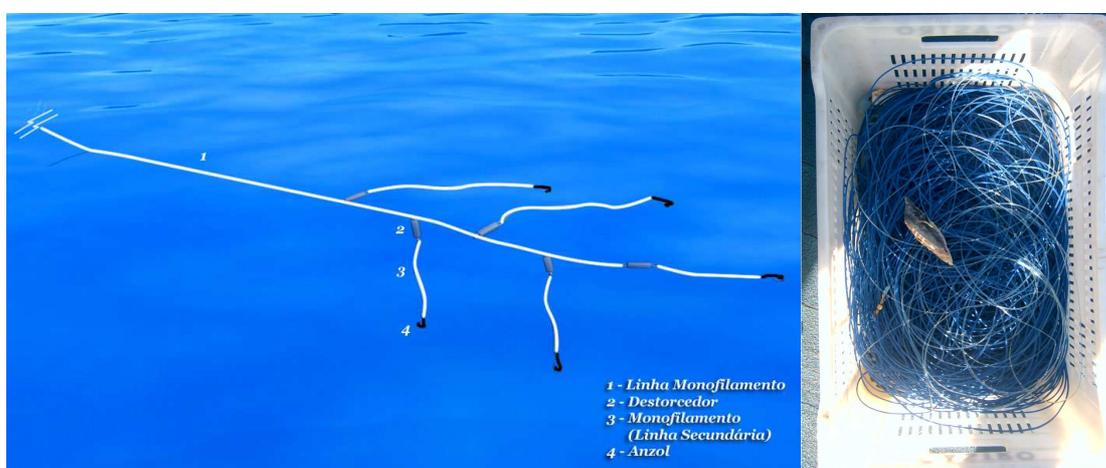


Figura 12 – Modelo esquemático do corrico (esq.). **Fonte:** STEIN, 2006. Caixa contendo o petrecho (dir.). **Fonte:** Projeto Tamar.

A pescaria de vara é mais nova de Itaipava. Quem começou com ela foram pescadores que trabalhavam a leste de Vitória. Eles perceberam que quando a luz do barco estava acesa durante a noite, algumas espécies de atuns se aproximavam do barco, então começaram a lançar uma linha com isca artificial e os peixes eram fisdados, mesmo com o barco navegando. Em seguida utilizaram um farol para clarear em volta do barco, com o barco indo devagar, os peixes aglomeram-se em volta do barco, então com a linha na mão e um anzol na ponta, começou esse tipo de pescaria.

No entanto, perdia-se muito tempo até tirar o peixe do anzol para colocar de volta na água. Foi então que se teve a ideia de colocar um anzol num pedaço pequeno de linha na ponta de uma vara. Esse anzol não tem a farpa para facilitar a soltura, logo, ao capturar o peixe e trazê-lo para dentro do barco, o peixe se solta mais facilmente e perde-se menos tempo nesse processo. Quando há espaço no barco, todos pescam, mas como alguns barcos são menores, e têm 6 ou 7 tripulantes, um fica sem pescar e guarda os peixes capturados

dentro da urna. Nesse tipo de pescaria, pesca-se de tamanhos variados, atualmente barcos estão trazendo 15 toneladas de bonito, mas normalmente pode ser utilizado para isca, e também para alimentação. Existem poucos barcos que se utilizam desse tipo de pescaria.

7.5. AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESCA DE TRADIÇÃO OCEÂNICA

A tripulação média das embarcações são de 8 pessoas, máximo de 15 e mínimo de 6 pessoas. As categorias e tarefas da tripulação são divididas em: 1) mestre, responsável pela navegação, tripulação e localização dos cardumes; 2) contra-mestre e/ou gelador, responsável pela navegação e acondicionamento do pescado; 3) cozinheiro, responsável pela alimentação da tripulação, mas também participa das fainas de pesca; 4) motorista, responsável pelo funcionamento elétrico e mecânico da embarcação; 5) pescadores de convés, responsáveis pelas fainas de pesca e serviços gerais.

As divisões dessas tarefas são pré-estabelecidas em terra, sendo que o mestre do barco, o comandante, escolhe alguns pescadores – entre 4 e 5 – para trabalhar na pesca. Entre esses, alguns são identificados pela especialização que já lhes são conferidas, como o gelador (aquele que armazena os peixes e organiza o porão com gelo), o motorista (que é o mecânico do barco, ele cuida para que o motor funcione corretamente), e o cozinheiro e um ou dois são trabalhadores de convés – os que ainda não conferem uma determinada especialidade, mas são responsáveis pela organização de todo o equipamento no convés da embarcação. Durante o lançamento dos petrechos todos ficam envolvidos nesse trabalho.

Nas definições apresentadas de atividade pesqueira (APÊNDICE B), abrangentes e necessárias para o melhor entendimento das classificações adotadas como categorias de ordenamento, não contemplam, muitas vezes, algumas configurações situadas na extensão do litoral brasileiro.

Itaipava é um exemplo de comunidade onde a atividade pesqueira não está claramente delimitada nas definições comumente apresentadas, descritivas e geralmente utilizadas por muitos pesquisadores para a caracterização das variadas e distintas comunidades pesqueiras existentes no litoral brasileiro. Para os pescadores artesanais de tradição oceânica, ora apresentados como produtores artesanais, ou ainda como assalariados ou industriais, as muitas

classificações apresentam difíceis articulações e não estabelecem relações coexistentes, flexíveis, muito menos dinâmicas.

A classificação proposta por Diegues (1983: 150-151, 2004: 154-155) apresenta um complexo quadro de fatores variáveis para uma possível configuração das formas de organização da produção da pesca. Na análise proposta pelo autor, a ênfase é dada à produção pesqueira encontrada principalmente no Sudeste brasileiro, segundo certas formas e configurações determinadas historicamente.

Para Diegues,

as formas de organização social da produção são definidas a partir das relações sociais de produção existentes em cada uma delas. A sua distribuição no espaço litorâneo é regulada pela expansão do processo de produção de mercadorias, e, em última análise, com o avanço do capital nesse setor particular da divisão social da produção, que é a pesca (2004: 151-152).

As categorias utilizadas devem ser consideradas antes como instrumentos de trabalho. Para tanto, as formas e tipos de produção pesqueira são apresentados por Diegues (2004) em três tipos principais de organização, sendo atribuídos às tipologias: 1) da pesca de autossustentabilidade: economia natural; 2) da pequena produção mercantil simples, essa por sua vez, subdividida em pequena produção familiar dos pescadores-lavradores e produção dos pescadores artesanais; e 3) da produção capitalista de pesca, que está subdividida em produção dos armadores de pesca e embarcados e em produção das empresas de pesca.

Os fatores variáveis são divididos em número de vinte e cinco¹⁸, e são colocados como critérios à identificação de possíveis características na formatação dos tipos de pesca, ressaltando que os mesmos induzem ao mapeamento de uma organização produtiva, desde organizações aparentemente mais simples às organizações mais complexas.

Para alguns dos fatores variáveis atribuídos por Diegues (2004) e inseridos nessas classificações, as características expressas nas formas da organização da produção para a frota pesqueira de Itaipava estão próximas da produção das empresas de pesca e/ou pesca industrial. Sendo algumas delas: a produção ser totalmente convertida em mercadoria; em ter

¹⁸ São utilizados como referência os vinte e cinco fatores variáveis apresentados na publicação original de Diegues (1983: 150-151); a publicação mais recente de Diegues (2004: 154-155) apresenta um total reduzido para vinte e um fatores variáveis.

o mercado como fator central na alocação dos recursos; por ter como limites a plataforma continental e o oceano; em possuir grande autonomia no mar, estendendo-se por semanas ou meses; por possuir empresas de pesca que têm setores próprios de comercialização; além de apresentar uma considerável divisão do trabalho.

Apesar disso, a tipologia de produção dos armadores de pesca e embarcados parece se aproximar mais em função do número maior de variáveis que são distintas das mencionadas, embora, ainda na forma de produção capitalista de pesca.

Examinando alguns destes fatores: a propriedade dos instrumentos de produção é do armador, característica predominante à localidade; os pescadores são recrutados na comunidade e têm especializações não muito incipientes, em grande parte, embora contribuam uns com os outros em algumas tarefas, essas definidas na divisão de trabalho da unidade produtiva, ou seja, o barco.

Os armadores individuais, que muitas vezes, proprietários de várias embarcações, não participam da pesca; mas esses mesmos armadores não possuem em geral firmas de beneficiamento, vendendo o produto *in natura* para peixarias, frigoríficos ou indústria; os barcos são, em sua maioria, de motor central com convés, possuindo aparelhos de navegação.

Algumas poucas características são também verificadas na pequena produção mercantil simples, pertencente à subdivisão da produção dos pescadores artesanais (2004), sendo as formas conferidas na remuneração que é concedida através do sistema de partes sobre o valor da captura, através da remuneração em dinheiro; os petrechos de produção são as linhas de mão e espinhéis, aparelhos manuais ou semimecanizados e móveis; a capacidade de predação é média, dependendo do meio ambiente físico; os saberes são transmitidos por meio da tradição da pesca, através da transferência de técnicas aos aprendizes que iniciam ainda muito jovens o exercício da atividade, muitos são atraídos pela rentabilidade, reproduzindo-a socialmente.

Sintetizando, as tipologias adotadas possibilitaram identificar que a atividade pesqueira de Itaipava está inserida na produção capitalista de pesca, embora esta não envolva toda a diversidade de identificações proporcionado pela localidade. Apresenta ainda alguns determinantes na tipologia da produção dos pescadores artesanais, ou seja, está também inserida na forma da pequena produção mercantil simples de organização pesqueira.

As várias possibilidades das tipologias das formas demonstram um exemplo de tentativa de ajuste da organização pesqueira presente em Itaipava, evidenciando um interessante exemplo para as vicissitudes das classificações. Mesmo que inseridas em critérios de relações de trabalho, pelos critérios de identificação do barco, ou mesmo pelos recursos pescados, não há uma abrangente e totalitária classificação que permita alcançar a sua completude à configuração da atividade da pesca.

Outra modalidade de pesca, muito utilizada, está dividida em duas categorias: a de pequena escala e a de grande escala. Essa é mais abrangente, contudo, não é satisfatória para a multiplicidade das atividades pesqueiras existentes. Em Itaipava, os critérios adotados, seja pelo histórico, diversidade da apropriação dos recursos naturais, tipos de tecnologia, pela quantidade de pescado ou pela infraestrutura e complexidade do sistema de produção, ora se aproximam e se distanciam da pesca de pequena escala, ora pela pesca de grande escala e de outras formas de pescarias que também estejam de acordo.

Infundáveis critérios podem ser considerados, com maior ou menor relevância, dependendo dos objetivos esperados. Contudo, as formas das relações de trabalho pela distribuição de partes são predominantemente consideradas para muitos autores, que se utilizam muitas vezes desse critério à formatação e formulação de medidas, e para a comparação com outras localidades e sistemas apresentados em outras pescarias conforme a escala. Contudo, os argumentos à utilização dessa divisão se fundamentam, muitas vezes, nos ajustes solicitados às tomadas de decisões e formulação de políticas.

7.6. ATORES REGIONAIS E LOCAIS: MAPEAMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO

7.6.1. Colônia de Pescadores Artesanais¹⁹ “Dom Pedro I” (Z-10)

Localizada em Itaipava, com sede alugada, possui aproximadamente 2000 associados e possui como atribuição principal a manutenção das relações burocráticas com INSS, órgãos ambientais e a Capitania dos Portos. Seu principal atrativo é a formalização do seguro defeso

¹⁹ As Colônias de Pescadores foram fundadas no início do século XX pelo Estado, desde então os pescadores artesanais nela cadastrados estão sob a jurisdição dos órgãos governamentais. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as Colônias, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical. Cf. MORAES, 2001.

para os pescadores artesanais costeiros, catadores de caranguejo e marisqueiras, como também a regularização da aposentadoria destas populações. O Presidente é o Sr. Aurely Lopes (“Seu Lili”).

7.6.2. Associação de Pescadores e Armadores do Distrito de Itaipava (APEDI)

Localizada também em Itaipava, é relevante ao oferecer documentação e registro para a realização da atividade de pesca, bem como cursos para a profissionalização e aperfeiçoamento da atividade da pesca oceânica. Com mais de 230 embarcações associadas, onde as tripulações têm o direito aos serviços por ela oferecidos. O atual presidente é o Sr. Jorge Fernandes de Freitas.

A APEDI oferece em sua sede: 1) apoio e orientação na obtenção de documentos de pescadores e armadores junto à Capitania dos Portos, SEAP-PR e IBAMA; 2) assessoria jurídica; 3) cursos de capacitação e habilitação de pescadores em parceria com a Capitania dos Portos; 4) atendimento médico; 5) atendimento odontológico; 6) laboratório de informática; 7) Câmara frigorífica para pescados. Ainda, conforme relatos do Presidente da Associação há previsão de instalação de uma fábrica de gelo disponibilizada pelo Governo do Estado, que ficará sob administração da associação.

7.6.3. Rádio Costeira de Itaipava, Rádio ZXU 75

Localizada na APEDI, a Rádio Costeira de Itaipava opera através da frequência 4137,40. A função da rádio é manter os pescadores informados sobre os seus familiares e vice-versa. Segundo José Artur Marchiori, funcionário da rádio, que já atuou como mestre de embarcação,

“os familiares procuram a rádio para ter notícias de onde eles estão trabalhando e se o tempo está bom. A primeira coisa que eles perguntam é pelo barco, por exemplo: ‘Tem notícia de José Abel’? Daí eu leio as últimas anotações do dia e encontro a localização, respondendo, por exemplo, que ele está no Rio Doce, que o tempo está bom e todos estão bem a bordo. Se tiver alguém passando mal eles passam para gente!

São atendidas todas as embarcações que nos chamam nesse canal de frequência. E todas as embarcações que são filiadas ao pedirem um serviço terão que ser atendidas, porque pagam para isso. Agora tem algumas que não são filiadas à rádio, e chamam somente para passar a posição que estão ou para saber a previsão do tempo, a gente

atende também. (...) Todos os que chamarem a gente vai atender, mas se uma embarcação chama pedindo para a gente ligar para casa de um pescador para perguntar como está a esposa, por exemplo, aí a gente não é obrigado a fazer. Mas no geral, eles estão sempre perguntando a previsão do tempo, e sobre a cotação do mercado do peixe, etc. A Rádio também realiza uma chamada diária para todas as embarcações associadas anotando suas posições geográficas”.

7.6.4. Atum do Brasil Indústria de Pescados

Para um melhor entendimento do complexo que apresenta a Atum do Brasil Indústria de Pescados será dada uma maior ênfase à empresa no contexto apresentado, o que contribuiu para alcançar a extensão do sistema produtivo da atividade pesqueira na localidade. As informações foram extraídas do Modelo de Gestão e Plano Estratégico da Empresa Atum do Brasil, que foi gentilmente cedido pelo diretor da empresa, Mauro Lúcio Peçanha de Almeida, em entrevista realizada em 09/12/08. Nesse subitem, a organização industrial e empresarial contrastante, serve de estrutura ao que podemos denominar de transitoriedade que passa essa modalidade da pesca, ao adequar-se às regras do mercado, enfrentando questões antes não pensadas quando ainda situava-se a informalidade do setor, variável ainda presente em outras estruturas e frigoríficos na região.

Fundação e Histórico

Em 1993 teve início a construção da “ATUM DO BRASIL”. Construída nos moldes de uma indústria de pesca com capacidade para armazenar 100 toneladas de produtos congelados e mais 20 toneladas de produtos frescos, além de uma fábrica de gelo com capacidade para produzir 16 toneladas/dia, em 17 de maio de 1995 a empresa foi fundada com participação societária distribuída da seguinte maneira: Mauro Lucio Peçanha de Almeida (40%), Palmerino Alves de Almeida (30%) e Maurílio Peçanha de Almeida (30%).

Por ter cumprido todas as exigências do Ministério da Agricultura, a Atum do Brasil após dois anos de sua fundação, recebeu sua certificação sob o SIF (Serviço de Inspeção Federal) N° 4295. Em dezembro de 2001, obteve a aprovação do seu plano de controle de qualidade (HACCP) (*Hazard Analysis and Critical Control Point*) e com isso adquiriu conseqüentemente a autorização para ingressar no mercado internacional.

Estruturada nos moldes de uma Indústria de beneficiamento de pescados, o grupo Atum do Brasil conta hoje com um quadro de 134 funcionários. Tem capacidade para armazenagem de até 300 toneladas de pescados congelados, possui um túnel de congelamento com capacidade para 14 toneladas/dia, e tem condições de processar até 20 toneladas/dia de produtos frescos destinados à exportação. Sua frota conta com 12 caminhões com baús, sendo que 60% possuem sistema de refrigeração e 11 barcos com capacidade média para armazenar 10 toneladas de pescados e condições para manter refrigerada toda a produção por até 15 dias.

A empresa está localizada em Itaoca, Itapemirim, no sul do estado do Espírito Santo. Apesar de sua planta ser situada afastada do porto de descarga, a sua localização foi estrategicamente escolhida para evitar impacto direto com o meio ambiente evitando assim agressões desnecessárias.

A sociedade é constituída sob a razão social: ATUM DO BRASIL CAPTURA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, tendo como objetivo social a captura, industrialização e distribuição de pescados frescos e congelados atendendo o mercado nacional e internacional, além de realizar prestação de serviço para o mercado internacional.

Estrutura organizacional

A ATUM DO BRASIL possuía uma estrutura organizacional definida e centralizada na figura de um gestor até julho de 2008, porém esse quadro está sendo modificado para um sistema descentralizado com a criação de várias gerências as quais serão supervisionadas pela figura de um *controler*, que por sua vez prestará contas à diretoria através de reuniões quinzenais.

Fornecedores de Insumo e EPI's

A empresa possui 24 fornecedores, entre eles destacam-se:

Klabin S/A, Cyklop do Brasil Embalagens S/A, Isoterm Indústria de embalagens Ltda., Isocamp Ind e Com. Ltda., Cartão Embalagens, Polymidus Ind e Com de Plásticos Ltda., Awal Ráfia Indústria e Comércio Ltda., Socorro EPI's & Descartáveis Ltda.

Fornecedores de matéria-prima

Possui hoje, 320 fornecedores. Os fornecedores que serão citados abaixo detêm 50% da produção comercializada pela empresa. São eles:

Cooperativa Mista de Vila Velha (Vila Velha/ES), Jubarte Pescados (Alcobaça/BA), Prado Pescados (Prado/BA), Stocco e Filhos (Prado/BA), Américo Barreto (Piúma/ES), Dinowalde Rodrigues Peçanha (Itaipava/ES), Costa Azul (Nova Viçosa/BA), Ademir dos Santos (Niterói/RJ), Jamil Salomão de Carvalho (Rio de Janeiro), Akira Pescados (Ceagesp/SP), Produção própria (Itaipava ES).

Em 2007 a empresa comprou 3.018,325 toneladas de pescados e esse grupo foi responsável pelo fornecimento de 1.509,163 toneladas de pescados. Esses fornecedores detêm 50% da produção de pescados. Até 31 de outubro de 2008, a empresa atingiu a marca de compra de 2.869,692 toneladas.

Parceiros

A empresa conta com um elevado número de fornecedores e clientes que ao longo dos anos tornaram-se grandes parceiros da empresa, assim como o Ministério da Agricultura que apesar do rigoroso trabalho de fiscalização age como orientador para a melhoria no controle de qualidade da empresa.

Estratégias de Mercado

Visão de Mercado

A empresa vem buscando aprimorar sua qualidade nos produtos congelados, com objetivo de melhorar seu desempenho e aumentar sua competitividade principalmente no Espírito Santo onde ainda atua modestamente. Mas tendo como foco a manutenção do mercado internacional onde hoje é referência, mas que precisa primar e manter esse mercado.

Estratégias Competitivas e Participação no Mercado

A empresa usa várias estratégias, tais como:

Aproveitamento de seus subprodutos com preços competitivos;
Grande linha de produtos com alto valor agregado;

Controle de qualidade internacional (único no Espírito Santo);
Laboratório próprio para análise de metais pesados (piloto do Brasil);
Padrão de qualidade internacional.

Com essas ações a empresa tende a figurar em um patamar de alto nível de competitividade nacional e internacional.

Clientela

A clientela bem definida do mercado internacional proporciona tranquilidade no escoamento de sua produção. No Brasil suas áreas de grande atuação são: Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Recife, João Pessoa, Aracaju e Bahia.

Concorrentes Diretos e Indiretos

A empresa, que é líder no comércio de produtos frescos no mercado internacional, tem hoje como principal concorrente direto no Brasil apenas a empresa Vila Pescados, situada em Santos/SP, mas concorre indiretamente com países como Peru, Guatemala, Costa Rica, Chipre, Indonésia entre outros. No mercado nacional seus principais concorrentes diretos são ACS Pescados, Zipillima, Josephina, Leardine e Costa Sul, mas a empresa é dona de uma grande fatia do mercado, algo em torno de 35%, principalmente no mercado de produtos de alta distribuição como atum e dourado onde alcança a marca de 45% de distribuição. Indiretamente a empresa tem como concorrentes empresas que comercializam outros produtos alimentícios.

7.6.5. Estaleiros locais

Instalados na orla de Itaipava, ocupam terrenos diversos para construção ou reforma das embarcações. Certa vez, surpreendeu um observador ao exclamar que “em Itaipava os barcos nascem embaixo das árvores”, devido ao proveito das sombras das castanheiras para o trabalho, que é caracteristicamente artesanal.

Em geral são empreendimentos administrados de forma familiar, ou seja, as habilidades e técnicas pertencem e são creditados a grupos restritos que constroem embarcações de até 18m, o maior já encomendado, todos apresentam, de certa forma como padrão, casco e estruturas de madeira, empregando fibra de vidro no revestimento da tina (viveiro de isca viva) e cobertura de casaria.

Embarcações construídas por esses estaleiros em diferentes anos vêm apresentando um aumento progressivo no comprimento total. Relatos apontam para o seguinte progresso: barcos de 10 a 12m nos anos 80; 13 a 16m nos anos 90 e 17 a 18m nos dias atuais, embora estas mesmas gerações de embarcações ainda exerçam a mesma atividade, diferenciando-se apenas na autonomia em dias no mar e quantidade de pescado e destino das rotas de captura do pescado.

7.6.6. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca de Itapemirim

Coordenada pelo Secretário José Santiago de Lima, a Secretaria Municipal realiza de forma independente do IBAMA e da SEAP-PR a coleta de informações de produção pesqueira do município. O monitoramento da Prefeitura mantém ainda um cadastro de todas as embarcações do município e um coletor de dados permanente no distrito de Itaipava. Há alguns meses, de acordo com relatos da assistente do atual secretário, Andréia Brum, a Prefeitura de Itapemirim desmembrou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca, criando uma secretaria exclusiva para assuntos da pesca no município de Itapemirim, ficando esta alocada em sede alugada, próxima à orla da localidade, alegando ser de fundamental importância a proximidade devido a importância do setor pesqueiro para a região.

7.6.7. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)

O Incaper é uma instituição ligada à Secretaria Estadual da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Estado do Espírito Santo e desenvolve importante papel na extensão pesqueira.

A extensão pesqueira no litoral capixaba, e em especial na região sul, tem um histórico de trabalhos bem sucedidos na capacitação de pescadores, informação e auxílio para acesso a linhas de créditos como o Pronaf e projetos para uso de novas tecnologias como o da aquisição de guinchos de espinhéis monofilamento para pesca de atuns e afins. Nesse contexto é destacada a atuação do Eng. de Pesca Antônio Carlos, importante referência do histórico da pesca na região, ex-professor da Escola de Pesca de Piúma e hoje coordenador de extensão pesqueira do Instituto.

Articulada com atores locais como a Apedi e a Colônia Z-10, vem reivindicando junto ao Governo do Estado importantes ações na área de infraestrutura, como construção de molhes, de um terminal de desembarque pesqueiro, que além de facilitar o acesso à praia, protege a enseada de Itaipava e a construção da fábrica de gelo, como citado anteriormente.

7.7. DA “FROTA DE ITAIPAVA” E O SISTEMA PRODUTIVO

A pesca da “Frota de Itaipava” sobre recursos oceânicos como dourado, espadarte e albacoras apresenta ainda potencial considerável de incremento da produção, considerando que esses recursos estão com seus estoques com capturas abaixo do Rendimento Máximo Sustentável estimados pela ICCAT no Atlântico Sul, ou seja, subexplorados.

Quanto ao financiamento, investimentos e subsídios, a constatação é que os principais recursos para o crescimento e construção de embarcações são dos próprios armadores locais. Alternativas de financiamento que os armadores locais têm conhecimento, como o Pronaf, disponibilizam valores relativamente baixos para empreendimentos como a construção de uma embarcação de porte médio, tida como típica, já descrito outrora.

Os armadores locais contam também com financiamento informal oferecido pela empresa Atum do Brasil, para custos de armação da embarcação. Essa forma de financiamento não é ainda muito clara quanto às questões de garantia e condições de retorno do investimento, como já mencionado acima, nas relações dos mestres com a empresa.

Das mais de 300 embarcações pesqueiras características da “Frota de Itaipava” e cadastradas no município de Itapemirim, apenas 21 contam com os subsídios do Programa do Óleo Diesel (SEAP, 2008).

Os principais *mercados* da produção desembarcada em Itaipava são: 1) mercado local representado basicamente pela empresa Atum do Brasil, peixarias que possuem embarcações e outros presentes na região sul; 2) mercado atacadista dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; 3) compradores ocasionais, representados principalmente por empresas de exportação.

A cotação do preço é que define o destino da produção, e funciona de acordo com os valores de mercado, estabelecido através de pregoeiros de pescado em São Paulo e Rio de Janeiro. O valor diário oficial do pescado é estabelecido pelos pregoeiros e divulgado nas primeiras horas do dia. Assim, os mestres buscam o melhor preço negociando pela rádio e/ ou telefone, e só após ancorar na orla de Itaipava ou em outra localidade, se conhece o destino da produção daquela viagem.

Compradores ocasionais entram no processo com propostas de compra independente do valor estabelecido nos pregões, oferecendo valores acima da média de mercado, a fim de

garantir a compra do produto, atendendo muitas vezes necessidades especiais para cumprir compromissos comerciais no exterior, como por exemplo, garantir a compra de toda a produção da viagem, se o pescado estiver de acordo com as exigências internacionais.

As fontes de informação e inovação tecnológica da “Frota de Itaipava” se dão através do aprendizado onde a capacidade de gerar e incorporar novas tecnologias são obtidos através de intensa interdependência entre os diversos atores locais, pescadores de outras regiões e compradores.

As ações de capacitação do setor são amplificadas e reproduzidas devido o círculo virtuoso como colocado inicialmente, permitindo estabelecer ainda mais a especialização produtiva do setor na pesca oceânica, incorporando maior conteúdo tecnológico e inovador, tornando o potencial produtivo dessa Frota dinâmico e passível de constante adaptação.

A Escola de Pesca de Piúma, atualmente desativada, funcionando o ensino fundamental normal, foi importante fonte de capacitação e informação dos pescadores na região. A Escola formou padrões de pesca que através da prática e oportunidades da atividade formavam novos pescadores, e também mestres reconhecidos.

O distrito de Itaipava pode ser caracterizado atualmente como detentor de um sistema produtivo da pesca de tradição oceânica devido à concentração de pequenos armadores, estaleiros, fábricas de gelo e insumos, pescadores em suas diversas especializações e a indústria Atum do Brasil.

A essa concentração espacial dos diversos atores é percebida uma série de cadeias de relações sociais e econômicas que não favorece apenas uma rede em constante renovação quando se trata da atividade pesqueira, mas uma densa e interdependente relação com o setor pesqueiro estadual e nacional, sobretudo, a troca de informações. A proximidade geográfica torna ainda mais vantajosa a competitividade para a atividade, havendo direta comunicação com instituições-chave do governo em suas várias esferas, centros de pesquisa e ONGs.

A interdependência da atividade pesqueira com a região se dá em função de seus habitantes, pois são notórias as relações de cooperação mútuas, desde a organização do trabalho familiar ou mesmo a constituição de grupos de pesca duradouros, proporcionando a constituição das sociações, possibilitando um fluxo contínuo de processos, permitindo assim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema produtivo da pesca.

Na tentativa ora apresentada à compreensão da complexidade das principais inter-relações, na identificação dos atores e instituições, como também no funcionamento do sistema e da atividade pesqueira da localidade de Itaipava, foi possível um esboço do sistema (Figura 13), adaptado e atualizado de acordo com a coleta de dados e informações secundárias. Contudo, esse não é um esquema categórico, justamente porque o trabalho alcançou o seu limite, não conseguindo alcançar muitas outras questões.

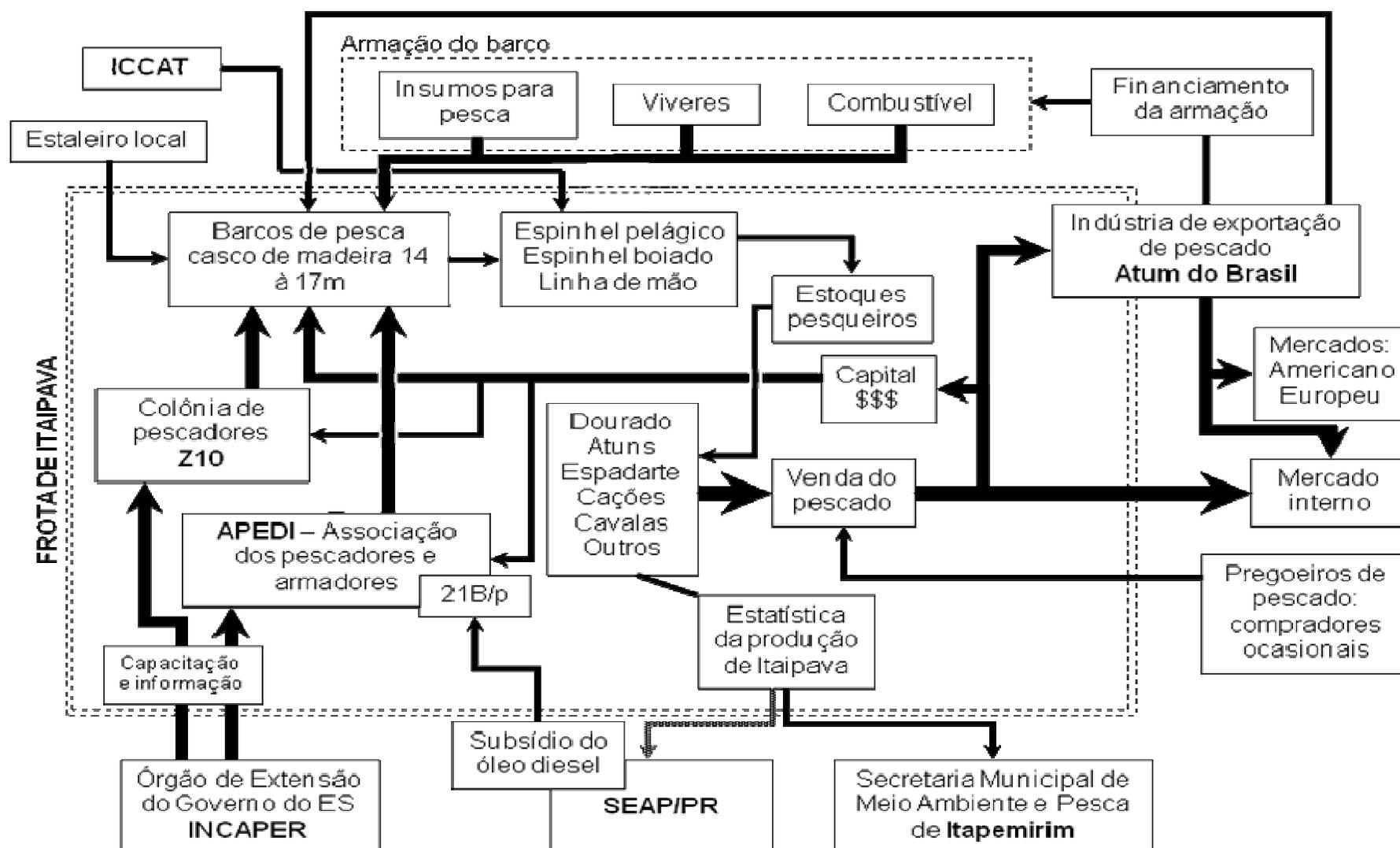


Figura 13 – Esquema do sistema produtivo da atividade pesqueira de Itaipava: atores, instituições. Fonte: (SEAP, 2008 – Adaptado pela autora).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, para Simmel (1983) e Berger (1985, 1986) e demais autores correlacionados neste trabalho à sociologia fenomenológica, a sociedade é a realidade da vida cotidiana definida pelos indivíduos nela constituídos. A conduta dos indivíduos foi aqui referenciada pelo comportamento, e o procedimento social com todas as suas implicações valorativas, traçadas durante a reflexão.

Em segundo lugar, é importante conceber essa conduta enquanto intervenção humana, como proposta na introdução. E independente dos indivíduos, da esfera de ação, há sempre um elemento de intervenção implícito nessa conduta. Intervém quem age para ou sobre outro. É interessante notar que a definição comumente adotada pelos autores citados é de interferir “em”, mesmo “a favor de”. Mas onde é debatida essa intervenção humana? Os resultados dessa prática ou de seus processos e suas estratégias? A quem interessa? E para que fim? A resposta está nos sistemas vividos, encontrados no mundo da vida, da realidade da vida cotidiana, na interação social.

Nessa perspectiva – dos indivíduos praticantes, que intervêm na ação, estado de ser do outro, a intervenção é justificada pela necessidade de complementaridade de quem recebe tal ato. A condução da análise para as comunidades litorâneas tradicionais e suas várias transformações explicam quando se dá a intervenção, ou ato que deve ser executado, com ou sem a concordância de seus integrantes, e pelo sistema vigente.

Do ponto de vista dos que recebem, são “alvo de”, “afetados” pela intervenção social, nem sempre existe a consciência dos processos ou finalidades dessa intervenção recebida. Quais são então as variantes responsáveis do conhecer, compreender ou aceitar a intervenção social? A resposta estaria nas indagações que devem partir dos e para os indivíduos praticantes da intervenção social, podendo vir a ser uma reflexão sobre a vida cotidiana e o contexto das relações sociais, e da sociedade.

Em terceiro lugar, alguns teóricos renomados já destacaram a importância do arranjo social como fator endógeno ao desenvolvimento local, tais como os principais citados neste trabalho: Pizzorno (1975), Olson (1999), Reis (2000), Putnam (2007), Granovetter (2007). No arranjo social da pesca, conferido no distrito de Itaipava, às relações estabelecidas está a constituição da confiança atrelada às competências do efetivo sucesso das pescarias.

Durante a realização do trabalho de campo, a ideia de vocação para a atividade pesqueira conduziu a tentativa de identificar o capital sociocultural e o desenvolvimento da localidade. A partir dos relatos conferidos, foi possível identificar que os pescadores de tradição oceânica de Itaipava acumularam, de acordo com a história, saberes e práticas em torno da pesca em alto-mar, possibilitando, dentre outras condições, se aventurarem na captura de espécies não encontradas na zona costeira e, assim, condicionarem a atividade de modo que possibilitasse um maior retorno financeiro.

Logo, a pesca precisava ser lucrativa, próspera, para garantir o retorno dos investimentos, conferindo destaque estadual e possibilitando condições para um constante desenvolvimento da atividade.

Os pescadores profissionais de Itaipava possuem uma série de associações com o propósito de coordenar suas ações. Contudo, devido à exigência e característica da profissão – muitos dias comprometidos em alto-mar, foi difícil identificar atenuantes à participação cívica, o que parece em um primeiro momento como desorganização à representação em instituições e órgãos de interesse.

Contudo, foi possível verificar que esses estabelecem mecanismos e formas alternativas de participação, articulando-se com os mais envolvidos nas organizações existentes com o objetivo de ação e cooperação mútuas. Como exemplo desses mecanismos, é permitido participar via Rádio, apesar das críticas com base na especulação, da compra de barcos, insumos para viagem que só torna-se possível a partir da relação de confiança.

A singularidade da região revela a importância dos bens simbólicos e do capital social acumulado e deve ser atribuída em grande medida às relações locais. As características singulares, traduzidas como coragem, ousadia e o *know-how* dos pescadores apresentaram-se como fatores substantivos para a atual configuração da atividade pesqueira, bem como as relações ratificadas que estão pautadas nas relações construídas e reiteradas na confiança, na cooperação e na reciprocidade; conceitos admitidos neste trabalho, mas mais do que isso, são confirmados durante todo o tempo nas ações que balizam as relações interpessoais e coletivas, proporcionando de fato a identificação de um ciclo virtuoso.

No caso, as formas de vida dos pescadores, como eles são, estando alocados em barcos cada vez maiores, aparentam características que se aproximam da pesca comercial-

exportadora e industrial. Mas a realidade cognoscível é típica de uma atividade exercida e presente nas categorias referidas à pesca artesanal, ou mesmo de uma pesca de média escala.

As instituições governamentais classificam a organização pesqueira de Itaipava como artesanal, assim como em todo o litoral estadual, tendo como assertiva a não existência da pesca industrial quando comparada com outras regiões brasileiras. O que está de acordo, conforme as características identificadas a partir da classificação de Diegues (1983; 2004). A pesca comercial-exportadora e industrial é identificada quando a estrutura apresenta, dentre alguns determinantes, empresas pesqueiras, que por sua vez, estão cada vez mais presentes nos meios de produção tradicionais.

Ante os critérios que se utiliza, em muitos aspectos, a atividade pesqueira de Itaipava não está distante das demais localidades classificadas enquanto artesanais no litoral brasileiro; os fatores considerados revelaram a predominância da arte da pesca tradicional, mas oceânica.

9. REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P. R. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução** 1998. 137 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ARAGÃO, J. A.; DIAS NETO, J. Considerações sobre ordenamento pesqueiro e sua aplicação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA. 5., 1987, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: AEP/CE, 1988. p. 396-418.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <<http://aurelio.ig.com.br/>>. Acesso em: 06 abr. 2008.

AZEVEDO, S. Modelos e Políticas Públicas. In: SANTOS JR., O. A. et al. (Org.). **Políticas públicas e gestão local**. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 38-44.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução Guilherme Cezarino. 3 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 519 p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p. (Coleção Antropologia, 5).

BERGER, P. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 208 p. (Coleção Antropologia, 1).

BERKES, F. (Ed.). **Common property resources**. Ecology and community-based sustainable development. Londres: Belhaven, 1989. 302 p.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de La recherche en sciences sociales**, v. 31, p. 2 -3, 1980.

BURKE, W. T.; FREEBERG, M.; MILES, E. L. United-Nations resolutions on driftnet fishing: an unsustainable precedent for high seas and coastal fisheries management. **Ocean Dev. Int. Law**, v. 25, n. 2, p. 127-186, 1994.

CADDY, J. F.; COCHRANE, K. L. A review of fisheries management past and present and some future perspectives for the third millennium. In: **Ocean Coast. Manage.**, n. 44, p. 653-682, 2001.

CAZENEUVE, J. **Dix grandes notions de la sociologie**. Jacob, Paris: Éditions Du Seuil, Points, n.75, 1976. 245 p.

CNIO. **O Brasil e o mar no século XXI**: relatório aos tomadores de decisão do país. Rio de Janeiro, 1998. 407 p.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1990. 993 p.

COSTA, P. A. S.; MARTINS A. S.; GEORGE. O. (Ed). **Pesca e potenciais de exploração de recursos vivos na região central da Zona Econômica Exclusiva**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005. 248 p.

DIAS NETO, J.; DORNELLES, L. D. C. **Diagnóstico da pesca marítima do Brasil**. Brasília: Ibama, 1996. 165 p.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

_____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004. 315 p.

DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: ATRIA, R.; SILES, M. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma** . Santiago: CEPAL/ Michigan State University, 2003. p. 147-202.

FEENY, D. et al. A Tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/ USP, 2001. p. 17-42.

FLOETER, S. R. **Um ensaio sobre o descompasso entre tecnologia pesqueira, políticas públicas e o conhecimento sobre a sustentabilidade dos oceanos.** Disponível em: <www.lbmm.ufsc.br/vertebrados/CTS_Pesca_Floeter.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 455 p.

FUNDAÇÃO PROZEE/SEAP/IBAMA. **Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil: Relatório Final.** Brasília: [s.n.], 2006. 328 p.

GORDON, H. S. The economic theory of a common-property resource: the fishery. In: BADEN, J. A.; NOONAN, D. S. (Ed.). **Managing the Commons**, 2. ed. Bloomington: Indiana University, 1998. 243 p.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **Am. J. Sociol.**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380. 1973.

_____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **Am. J. Sociol.**, v. 91, n. 3, p. 481-510. 1984.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-Eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, 2007. 40 p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, p.1243-1248, 1968.

IBAMA. **Estatística de Pesca de 2005 Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Brasília: Ibama, 2007. 147 p.

ICCAT. **Statistical Bulletin: (1950-2005).** v. 36. Disponível em: <<http://www.iccat.int/Documents/SCRS/Other/StatBull.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

INSTITUTO DO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.mileniodomar.org.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2008.

MACIEL, M. W. **A educação como instrumento na busca de soluções para os problemas socioambientais na Ilha dos Marinheiros.** Brasília: Ibama. (Série Meio ambiente, n. 28). 1999. 104 p.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Rev. Antropol.**, v. 34, p. 197-221, 1991.

MARRUL FILHO, S. 2001. 100 f. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MARTINS, A. S.; DOXSEY, J. R. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Espírito Santo. In: ISAAC, V. J. et al. (Org.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Belém: UFPA, 2006. 188 p.

MATTOS, K. M. da C.; MATTOS, A. **Valoração econômica do meio ambiente: uma abordagem teórica e prática**. São Carlos: RiMa/ Fapesp, 2004. 148 p.

McCAY, B. J.; ACHESON, J. M. (Ed.). **The question of the commons: the culture and ecology of communal resources**. Tucson: University of Arizona, 1990. 439 p.

McGOODWIN, J. R. **Crisis in world's fisheries: people, problems and policies**. Stanford: Stanford University, 1990. 248 p.

MELO, M. M. de. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental**. Florianópolis: UFSC, 2006. 133 p.

MONJARDIM, C. **Avaliação multidimensional dos sistemas pesqueiros da região central e norte do Espírito Santo, Brasil, e seus indicadores de sustentabilidade**, 2004. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2004.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito moderno do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004. 306 p.

MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 34).

MORAES, S. C. **Colônia de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/SergioCarSbs2001.rtf>>. Acesso em: 5 mar. 2008.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999. 201 p.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University, 1990. 270 p.

PAES, E. T. Nécton Marinho. In: PEREIRA, R. C.; SOARES-GOMES, A. (Org.). **Biologia Marinha**. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. p. 159-193.

PAIVA, M. P. (Coor.). **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: EUFC, 1997. 278 p.

PIZETTA, G. T. **Avaliação multidimensional dos sistemas pesqueiros da região sul do Espírito Santo, Brasil, e seus indicadores de sustentabilidade**, 2004. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2004.

PIZZORNO, A. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELS, M.. **Participación y cambio social en la problemática contemporánea**. Buenos Aires: S.I.A.P/ Planteos, 1975. p.13-82.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 260 p.

RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro**, 2006. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

RANGEL, M. F. S. **Diagnóstico do setor pesqueiro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Emater/RS, 1995. 70 p.

REIS, F. W. **Política e racionalidade**: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 194 p.

ROBINSON, D. (Org.). **Building Social Capital**. Wellington: Institute of Policy Studies/Victoria University of Wellington, 2002. 85 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SCHMITT, L. **Um estudo sobre a capacidade tecnológica da indústria pesqueira do Rio Grande do Sul**, 1998. Dissertação (Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998. 139 p.

SCHUTZ, A. Bases da Fenomenologia. In: WAGNER, H. R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEAP. Secretaria Especial de Aquicultura e pesca. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap>. Acesso: 15 mar. 2009.

SEAP. Registro Geral da Pesca – Resultado do Recadastramento dos Pescadores do Brasil. Brasília, 2008. 104 p. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/seap>>. Acesso: 23 out. 2008.

SOUSA, C. R. **Construindo barcos, construindo vidas**: retratos vivos da memória de um pescador de Itaipava, ES. – Peça etnográfica apresentada à disciplina Experiencia y escritura em la antropologia. Una poética para la investigación etnográfica, Programa de Postgrado em Antropología Social, Universidad Nacional de Misiones. Posadas, 2007. (Mimeo)

STEIN, C. E. **Dinâmica da Frota Linheira de Itaipava**, 2006. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

STEINER, F. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006. 135 p.

VILLAR, F. Classificação da pescarias. Valor das sociedades de pesca. In: _____. **Pelas indústrias da Pesca no Brasil**. [S.l.]: [s.n.], [19--?].

WAIZBORT, L. Simmel no Brasil. **Dados**. v. 50, n. 1, p. 11-48, 2007.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, São Paulo: Universidade de Brasília/ Estado de São Paulo, 1999. 464 p.

WOLFF, K. H. (Org.). **The Sociology of Georg Simmel**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1950. p. 118-144.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

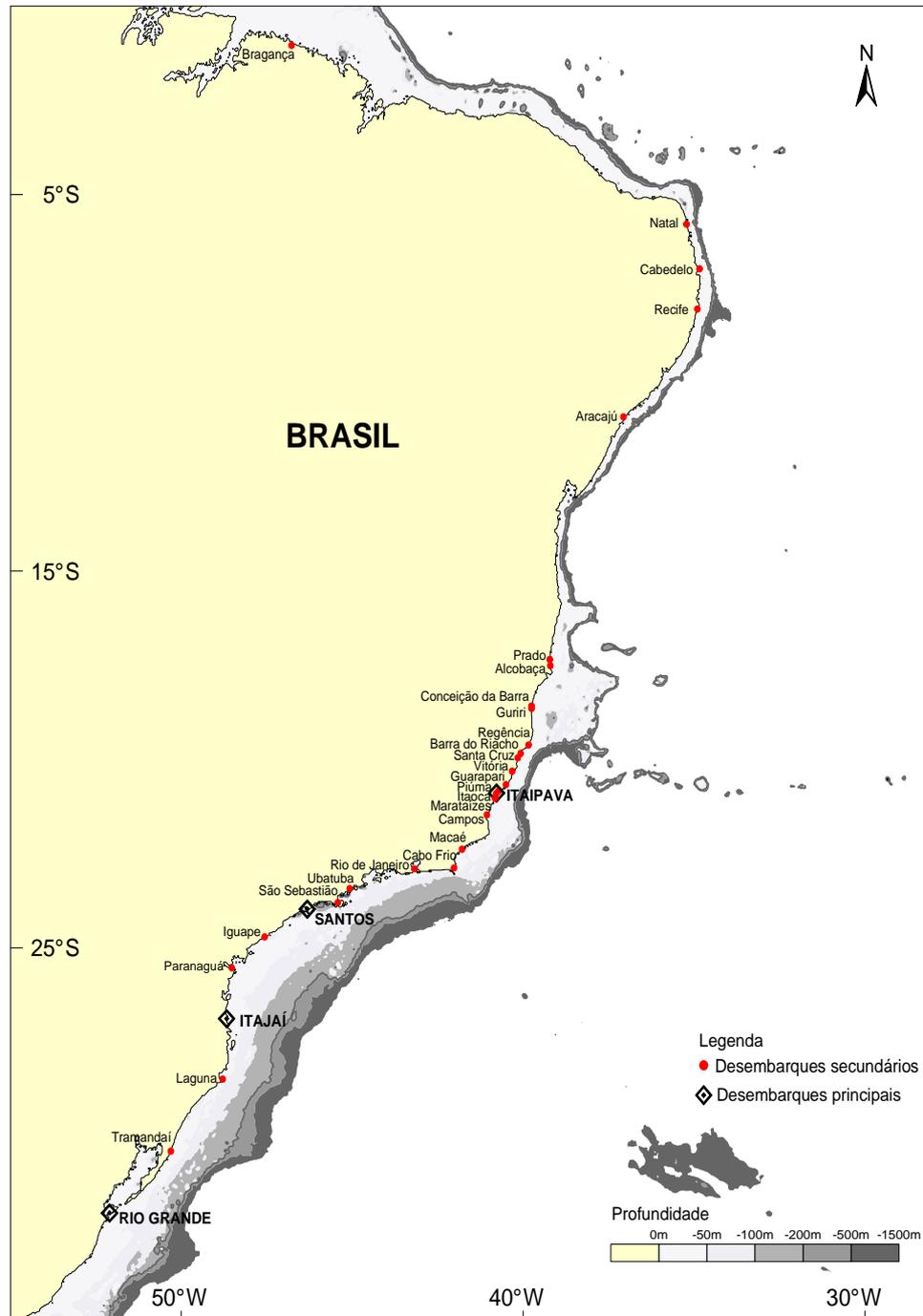


Figura 1 – Localização dos pontos de desembarque que a “Frota de Itaipava” alcança, realizando atividades de pesca, o que proporciona relações de produção e comercialização com outras frotas do país. **Fonte:** A autora.

APÊNDICE B

Das classificações da atividade pesqueira

Para uma caracterização e conhecimento mais abrangente da classificação da atividade²⁰, se faz necessário descrever sucintas interpretações de alguns autores sobre as tipologias das formas da organização social e da produção da pesca, ressaltando assim algumas diferenças de interpretação. No século XIX o Almirante Frederico Villar, da Marinha de Guerra do Brasil, teve grande atuação no litoral brasileiro e publicou importantes registros. Na época já existia preocupação com a divisão e organização da pesca, sendo

“classificada, em toda parte, da seguinte forma: a (grande pesca), b (pesca de alto-mar) e c (pesca costeira). Para nós a grande pesca será a feita por navios que se afastarem muito de seu porto – sede da empresa – e vão pescar longe, nos bancos e ilhas no oceano, fora de seus Estados. Será a do navio que sair do Rio Grande do Sul, por exemplo, e vá pescar na Ilha da Trindade, nos Abrolhos, em Fernando de Noronha, nos bancos da foz do Amazonas, etc. A pesca de alto-mar e a pequena pesca são as que fazem atualmente as nossas jangadas, barcos e baleeiras, perdendo as costas de vista ou costa a costa, como as canoas de borda aberta” (VILLAR, [19--?]: 65)²¹.

A pesca é comumente distinguida como uma atividade exercida pelo pescador artesanal e pelo pescador industrial, o primeiro, formado pela desintegração da forma pescador-lavrador, vive da agricultura e no período de entressafra agrícola, dedica-se à pesca como atividade complementar. O destino de sua produção é o consumo familiar e eventualmente a comercialização do excedente; enquanto que o pescador industrial vive exclusivamente da atividade, retirando dela toda sua renda. Porém, “a característica de pequena produção não possibilita que haja acumulação, o que faz com que o pescador viva na dependência dos ciclos” (DIEGUES, 1983: 215-216).

A pesca artesanal caracteriza-se ainda, pelo fato de utilizar mão-de-obra familiar. Conforme Maciel (1999: 56), o pescador é dono dos meios de produção e com o controle sob seu trabalho destina a produção a satisfazer as necessidades básicas da família e vende o

²⁰ Os fatores variáveis comumente considerados nas definições e classificações da atividade pesqueira são, dentre muitos: a escala de atuação (local, regional, nacional ou internacional); a identificação dos investimentos financeiros e esforço de pesca (barcos pequenos a grandes, tecnologia); a capitalização dos recursos (estrutura familiar ou empresarial); as estruturas de poder (político e financeiro); a diversidade das espécies exploradas (intensificação e diversificação); e dependência do ambiente (local e oceânica).

²¹ VILLAR, F. Classificação da pescarias. Valor das sociedades de pesca. In: VILLAR, F. *Pelas indústrias da Pesca no Brasil* (da Marinha do Brasil).

excedente para aquisição de outros produtos. Sua integração com o meio ambiente é feita sem qualquer tecnologia, pois são utilizadas apenas técnicas rudimentares. Enquanto que para Marrul Filho (2001: 12) a pesca artesanal caracteriza-se também, pelo uso de tecnologias de pequeno impacto ambiental, pois o processo produtivo é baseado no “saber-fazer”, ou seja, no conhecimento tradicional da dinâmica dos mares e cardumes.

A utilização de máquinas restringe-se ao motor da embarcação, e a não ser por uso de técnicas de arrasto, não interfere no ambiente explorado. A comercialização na atividade pesqueira artesanal ocorre diversamente de outras atividades: baseia-se no sistema de partilha ou quinhão, além da presença do intermediador ou atravessador (normalmente alguém da comunidade que se especializa na compra e venda do pescado) que negocia com a indústria e também age como financiador (MARRUL FILHO, 2001: 13).

Diferentemente da pesca industrial, que está segmentada em pesca costeira e oceânica. Para Dias Neto e Dornelles (1996: 24), a pesca industrial costeira possui embarcações com maior autonomia que os da pesca artesanal, com capacidade para atuar longe da costa, explorando recursos pesqueiros que se encontram concentrados em determinados locais. Utilizam também mecanização para captura, motores mais potentes e equipamentos eletrônicos de navegação e detecção. A pesca industrial oceânica envolve embarcações de grande porte, algumas industrializam o pescado, possuem sofisticados equipamentos de navegação e de detecção de cardumes que possibilitam a captura em áreas oceânicas distantes.

Marrul Filho (2001: 13-15) caracteriza como pesca industrial costeira ou semi-industrial (normalmente armadores de pesca), quando os proprietários não participam do processo de captura. No barco há a presença de um mestre, e as demais funções são divididas. Nesta modalidade de pesca há ainda a remuneração pelo sistema de partes e, em alguns casos, assalariamento complementar. Enquanto que na pesca industrial oceânica (empresarial-capitalista), o alto grau de mecanização das embarcações e equipamentos de captura substitui completamente o “saber-fazer”, e a mão de obra é remunerada com um piso mínimo, mas, ainda aparece o pagamento por partes sobre o valor da produção.

ANEXOS

ANEXO A

----- Forwarded message -----

From: **Jorge Pablo Castello** <docjpc@furg.br>
 Date: 09/04/2007 12:15
 Subject: [pesca_brasil] DECALARAÇÕES DO MINISTRO GREGOLIN
 To: pesca_brasil@yahoo.com

Caros Colegas:

Quando recebi a mensagem postada pela colega Mary, fiquei atônito e lendo várias vezes o texto da reportagem. Parece-me apropriado divulgar alguns comentários às manifestações atribuídas ao Ministro. Elas seguem em parêntese em azul no próprio texto da reportagem.

Cordiais saudações a todos,

JP Castello

Pesca em águas profundas pode ajudar a preservar fauna marinha, diz Ministro

Ivan Richard / Agência Brasil [05/04/2007]

Brasília - Cerca de 80% das espécies exploradas comercialmente na costa do país estavam (*como estavam? que eu saiba continuam estando...*) no limite da capacidade de recuperação, segundo estudo do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee). Ou seja, as espécies que vivem na região costeira estão ameaçadas pelo crescente desequilíbrio ambiental e pela pesca excessiva.

Em entrevista à Agência Brasil, o Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), Altemir Gregolin, explicou que o Brasil tem buscado alternativas, como a pesca em águas profundas e a aquicultura, para reverter o quadro negativo. Segundo Gregolin, o Revizee constatou que a costa do Atlântico Sul não é tão rica em nutrientes. Mas, por outro lado, revelou que essa área apresenta um nível de pesca relativamente grande, principalmente, as regiões Sudeste e Sul nas áreas mais profundas.

"Diria que temos potencial de crescimento na costa marítima por meio de uma gestão eficiente dos estoques, mas, especialmente, na pesca em profundidade", destacou o Ministro. "O que estamos fazendo, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, primeiro, é o ordenamento, fazendo uma gestão eficiente dessas pescarias, estabelecendo períodos de defeso maior, no caso da sardinha, ordenando a pesca da lagosta, na região Nordeste, a pesca do pargo e a piramutaba, na região Norte. (*Isto, de fato, queremos crer que é possível, sempre e quando se adotem as impostergáveis medidas "amargas" e sempre e quando, o ecossistema não tenha entrado num novo estado de equilíbrio impedindo o retorno ao estado prévio à sobreexploração, situação que se prolonga por, no mínimo, uma década.*) Ou seja, estabelecendo um processo de gestão que reduza o esforço de pesca que permita o crescimento dos estoques pesqueiros", argumentou o Gregolin.

Ao mesmo tempo, afirmou, a Seap está estimulando e direcionando a pescaria para águas mais profundas, que na avaliação do Ministro, é onde o Brasil tem um potencial bastante grande. "Ou seja, ocupar a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), pescar em águas internacionais, a tal ponto que aumentamos de 43 para 46 mil toneladas a pesca de atuns, que é um pescado nobre. Aumentamos as cotas internacionais em que a gestão é feita por órgãos internacionais", informou. (*O espaço para este aumento é limitado e é necessário lembrar que tem ser "negociado" no seio da ICCAT*) O Ministro afirmou que a pesca em águas profundas é uma prática que "historicamente" não recebeu investimentos do governo "a tal ponto que até hoje vivemos com uma política de arrendamento de embarcações". De acordo com Gregolin, o governo tem investido no Profrota, (*Não tenho conhecimento desse investimento; embora tenha sido divulgado em numerosas ocasiões não conheço nenhum caso, pelo menos na região sudeste-sul, de investimentos nesse setor. Por outro lado, apesar de várias vezes comentado, não houve qualquer ação no sentido de estabelecer critérios de substituição para construção de novos barcos, ou seja, se retira um x nº de barcos velhos por um y nº de barcos novos. Isto é necessário porque temos barcos demais para pouco peixe. Ainda mais, cada barco novo tem maior poder de pesca que cada unidade antiga. Minha opinião é que o ProFrota apenas atende aos interesses da indústria naval (estaleiros) e a armadores em captar recursos públicos (com taxas financeiras de "pai para filho") e maximizar o lucro no menor tempo possível explorando qq. recurso com biomassa acumulada (veja-se o caso do peixe-sapo). O singular é que o Ministro pouco caso faz dos resultados do REVIZEE*) destinado à construção e modernização de embarcações, cujo objetivo é construir uma frota nacional, para substituir os barcos arrendados e permitir que o Brasil possa ampliar a captura na ZEE e também em águas internacionais.

Segundo a Seap, a frota nacional de grandes embarcações, com capacidade de realizar pesca oceânica, não ultrapassa 80, enquanto na Espanha, por exemplo, são mais de mil barcos (*escolher Espanha como um exemplo é de fato o paradigma deste governo! A UE passa penúrias para conseguir que a Espanha (ppal. frota e consumidor na Europa) reduza sua frota pela metade na nova ZEE da UE sem falar dos inúmeros subsídios pagos no descomissionamento dos barcos*). O Ministro ressaltou, no entanto, que a questão ambiental está sendo observada. Para isso, o governo concede isenção fiscal para que pescadores substituam barcos que pesquem espécies ameaçadas por embarcações com equipamentos que capturem apenas espécies economicamente viáveis e não estejam em risco (*Isto não existe!!*)

Jorge P. Castello
 Depto. de Oceanografia; FURG
 CxP 474; 96201-900
 Rio Grande - RS - Brasil

ANEXO B

Secretaria de Aquicultura e Pesca recebe status de ministério com 75% de comissionados

Daniela Lima

Publicação: 29/07/2009 08:33 Atualização: 29/07/2009 08:46

O letreiro que indicava a existência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca na Esplanada dos Ministérios foi retirado na tarde de ontem. Ele será substituído por um que fará menção ao novo status oficial da pasta, o Ministério da Pesca e da Aquicultura. A troca é a parte mais visível das mudanças feitas desde que a secretaria foi alçada ao posto de 38º ministério do governo Lula, por lei sancionada na última semana de junho. Mas as principais alterações não se resumirão à fachada.

Comandado pelo petista Altemir Gregolin, o órgão ocupa nove salas no Bloco D da Esplanada dos Ministérios. Hoje, conta com 210 funcionários em Brasília, dos quais 42 são do quadro efetivo e 88 comissionados. Os restantes são requisitados de outros órgãos. Tão logo seja publicado o decreto necessário para definir o staff da pasta, serão contratados 286 servidores, todos comissionados. Com a medida, que dobrará o número de funcionários, o Ministério da Pesca terá 75,4% do pessoal admitido sem realização de concurso público.

O percentual está muito acima da média do governo federal. Segundo o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, edição de junho deste ano, o Poder Executivo federal tem 542,8 mil servidores civis ativos, dos quais 78,3 mil lotados em cargos e funções comissionadas. Ou seja, 14,5% do total. O processo de criação do ministério foi controverso. Durante votação no Congresso do projeto que tratava de sua implementação, a oposição fez todo tipo de provocação. O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), até hoje costuma fazer graça. “Daqui a pouco vão criar o ministério da banana. O que falta para a pesca não é ministério, é política e gestão.”

Desconforto

As críticas geram desconforto dentro da nova pasta. Sua criação foi tachada como derrota histórica para ambientalistas, que garantem não haver estoque de peixes para o fomento da produção pesqueira proposto pelo ministério — cerca de 40% de aumento do volume atual. Mas houve quem comemorasse. O novo ministro Altemir Gregolin é afilhado político da líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti. Ele foi candidato a deputado estadual em Santa Catarina, mesmo estado de Ideli, em 2002. Recebeu 18.124 votos e ficou com uma suplência. Sua mentora é pré-candidata ao governo do estado nas eleições de 2010. Segundo os números mais recentes, de 2007, Santa Catarina é o maior produtor de pescados do Brasil, com 184,4 mil toneladas por ano.

Gregolin iniciou a trajetória na política de gestão pesqueira do governo federal em 2004, quando foi nomeado subsecretário de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca. Em 2005, tornou-se secretário adjunto e, em 2006, assumiu a secretaria, que agora é ministério.

Ele gerencia um órgão sem estrutura, mas com robusto orçamento. No ano de 2003, quando a ainda secretaria especial da pesca foi criada, contava com R\$ 11,5 milhões. Os números cresceram consideravelmente de lá para cá, chegando a R\$ 446,7 milhões em 2009, com estimativa de, no próximo ano, ultrapassar a casa de meio bilhão de reais, valores que não incluem despesa com pessoal. A contratação dos 286 comissionados, que darão corpo ao ministério, custará mais R\$ 8,5 milhões por ano.

Fiscalização

Entre as atribuições da pasta estão a normatização das atividades de aquicultura e pesca, a fiscalização e a concessão de licenças. Essa última é alvo de críticas. Ambientalistas questionam como o órgão que tem como missão incentivar a produção pesqueira pode ser o responsável pela emissão de licenças para pesca e fiscalização.

O Ibama era o responsável pela emissão dessas licenças. Com o surgimento do ministério, perdeu espaço e autonomia. O Correio apurou que as relações entre gestores dos dois órgãos, que precisarão trabalhar em cooperação para garantir a sanidade do pescado e dos ecossistemas brasileiros, estão estremecidas. “Nas reuniões de trabalho, falta sair tapa”, narrou uma fonte.

CORAIS ENFERMOS

Em maio, o Correio publicou série de reportagens sobre o desgaste dos ecossistemas marinhos em decorrência da ação do homem. A pesca desmedida e a poluição comprometeram a saúde de corais e de espécies da costa brasileira. A resposta da natureza já é sentida pelos pescadores, que se arriscam mar adentro em jangadas e traineiras, buscando peixes cada vez mais longe, comprometendo a própria segurança.

Estoque destoa dos objetivos

Entre as metas do Ministério da Pesca e Aquicultura está o aumento de 40% da produção pesqueira brasileira até 2011. A ideia é passar dos atuais 1,07 milhão de toneladas por ano para 1,4 milhão. O objetivo preocupa especialistas. Isso porque diversos estudos mostram que o estoque de peixes nas águas da costa brasileira está diminuindo. “A tendência geral da pesca no Brasil é de um declínio geral nos últimos 20 anos. Não podemos fomentar o aumento da captura de pescado no Brasil sem antes resolver o passivo que temos”, explica Guilherme Fraga, diretor do programa marinho da Conservação Internacional, que atua em Abrolhos, no sul da Bahia.

O ministério sabe disso e argumenta que o fomento se daria em duas frentes: primeiro, incentivando a pesca de espécies pouco exploradas, como a anchoíta, e a pesca oceânica. Além disso, o governo quer investir na disseminação da aquicultura, aumentando o número de criadouros de peixes, moluscos e crustáceos. Segundo o diretor de Gestão Estratégica e Articulação Institucional da pasta, Manoel Viana, essas seriam maneiras sustentáveis de aumentar a produção brasileira.

Criadouros

O governo admite, no entanto, que a pesca artesanal, hoje responsável pela renda de 600 mil famílias, não seria incentivada. Prefere trabalhar com a possibilidade de fomentar a aquicultura familiar. Ainda assim, a estratégia encontraria problemas, por conta da falta de definição de uma política. “É preciso ter ordenamento, regulamentação, para se estabelecer parâmetros. O fato é que o setor no Brasil hoje não se opera em níveis sustentáveis”, rebateu o coordenador do grupo de estudos pesqueiros da Univali, de Santa Catarina, José Angel.

O Ministério diz ainda que está trabalhando em programas que abram crédito aos pescadores artesanais para possibilitar a pesca oceânica. Quanto à fiscalização dos pescados, admite que o sistema atual é capenga. “Vamos trabalhar em conjunto com o Ibama e com as polícias ambientais para melhorar”, garantiu Manoel.

Para os especialistas, o ponto central de toda a discussão é a responsabilidade com a recuperação dos estoques de peixes. “Isso envolve sacrifícios, que seriam econômicos e sociais. E como é um ministério criado por um governo popular, não se espera que queira sacrificar pessoas”, ressaltou José Angel.

O que dizem os especialistas

Os estoques de peixes estão em declínio acentuado no Brasil há pelo menos 20 anos

Existem projetos de recuperação desses estoques, em que são estabelecidas áreas de proteção

Os especialistas dizem que, no caso de algumas espécies, como a sardinha, em cinco anos seria possível alcançar resultados positivos

Com a recuperação dos estoques, os níveis de pesca poderiam ser restabelecidos de forma sustentável

Outra forma de aumentar a lucratividade do mercado seria agregar valor aos pescados brasileiros. Isso poderia ser feito se houvesse investimento na cadeia de produção do pescado

O Ministério da Pesca diz que, entre seus projetos, está o investimento em fábricas de gelo, para aumentar a vida útil dos produtos

Fonte: Correio Brasiliense | Política. <<http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/182/2009/07/29/politica,i=130448/SECRETARIA+DE+AQUICULTURA+E+PESCA+RECEBE+STATUS+DE+MINISTERIO+COM+75+DE+COMISSIONADOS.shtml>>. Acesso em: 08 de agosto de 2009.